Universidade do Minho

Instituto de Ciências Sociais

Bruna Rafaela Brandão dos Santos

População em situação de sem-abrigo: Perceções dos Fatores de Sucesso e Insucesso da Intervenção Social

Janeiro de 2025

População em situação de sem-abrigo: Perceção dos Fatores de sucesso e Insucesso da Intervenção Social

Bruna Rafaela Brandão dos Santos

UMinho | 2025

Universidade do Minho
Instituto de Ciências

Bruna Rafaela Brandão dos Santos

População em situação de sem-abrigo: Perceções dos Fatores de Sucesso e Insucesso da Intervenção Social

Dissertação de Mestrado
Crime, Diferença e Desigualdade

Trabalho efetuado sob a orientação do(a)
Professora Doutora Alice Maria Delerue Alvim Matos

Janeiro 2025

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do Repositório UM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição
CC BY

https://creativecommons.org/licenses/by/4.

Em nome dos que choram,
Dos que sofrem,
Dos que acendem na noite o facho da revolta
E que de noite morrem,
Com a esperança nos olhos e arames em volta.
Em nome dos que sonham com palavras
De amor e paz que nunca foram ditas,
Em nome dos que rezam em silêncio
E falam em silêncio
E estendem em silêncio as duas mãos aflitas.
Em nome dos que pedem em segredo
A esmola que os humilha e destrói
E devoram as lágrimas e o medo
Quando a fome lhes dói.

Em nome dos que dormem ao relento
Numa cama de chuva com lençóis de vento
O sono da miséria, terrível e profundo.
Em nome dos teus filhos que esqueceste,
Filho de Deus que nunca mais nasceste,
Volta outra vez ao mundo!

José Carlos Ary dos Santos- *"Kyrie" – a Liturgia do Sangue, 1963*

AGRADECIMENTO

Dada por concluída esta etapa do meu percurso académico, quero expressar o meu agradecimento a todos que de alguma forma sempre me apoiaram e incentivaram ao longo desta minha jornada tão desafiante.

Aos meus pais e à minha irmã devo o maior agradecimento, o apoio incondicional, o amor, as palavras de encorajamento foram essenciais ao longo deste caminho desafiador. Principalmente nos momentos mais difíceis em que só tive vontade de desistir, estiveram sempre do meu lado e fizeram-me acreditar que seria possível!

À Professora Doutora Alice Delerue Matos agradeço a orientação, disponibilidade, apoio e incentivos permanentes facultados ao longo deste percurso.

Um agradecimento especial a todas as pessoas em situação de sem-abrigo que tornaram a realização deste estudo possível e de certa forma partilharam comigo os seus pensamentos, percursos, desafios e experiências de vida.

Agradeço também às equipas de rua que participaram neste estudo partilharam desafios que enfrentam e diariamente trabalham para apoiar esta população.

Por fim, à Universidade do Minho e principalmente a todos os docentes do Mestrado em Crime, Diferença e Desigualdade, pelo ensino transmitido.

Obrigada!

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

População em situação de sem-abrigo: Perceções dos Fatores de Sucesso e Insucesso da Intervenção Social

RESUMO

A problemática dos sem-abrigo, carateriza-se atualmente na sociedade portuguesa, por ser uma problemática em constante mutação e uma manifestação daquilo que são as características das situações crónicas e duradouras das PSSA (Neves, 2022).

O trabalho é constituído por um enquadramento teórico e um estudo empírico sobre a população em situação de sem-abrigo e as perceções dos técnicos das equipas de rua acerca desta realidade. Pretende-se com este estudo caraterizar uma amostra de pessoas em situação de sem-abrigo no concelho de Aveiro e perceber como avaliam as ações e intervenções sociais de que são alvo, assim como se pretende perceber a opinião dos técnicos das equipas de rua sobre as intervenções e políticas públicas existentes.

Recorreu-se ao uso de métodos e técnicas de natureza qualitativa, em que a recolha de informação incidiu sobre dados documentais e recorreu-se à observação participante e à entrevista semiestruturada. As entrevistas incidiram sobre 19 PSSA na sua maioria composta por indivíduos do sexo masculino, que vivem e dormem na rua, sem qualquer retaguarda familiar, em situação económica precária, alguns com problemas aditivos associados à doença mental e muito dependentes de apoios sociais.

De um modo geral pode concluir-se que a problemática dos sem-abrigo no concelho de Aveiro é complexa, influenciada por fatores habitacionais, económicos, sociais e de saúde. Uma grande parte das PSSA enfrentam diversas fragilidades como a falta de retaguarda e apoio familiar, problemas com consumos associados à doença mental e dependência de apoios sociais. Os técnicos das equipas de rua desempenham um papel crucial, contudo apontam falhas nas políticas públicas. Assim, destaca-se a necessidade de estratégias mais integradas e sustentáveis para promover a reinserção social e a melhoria da qualidade de vida desta população.

Palavras-chave: Pessoas em situação de sem-abrigo; Intervenção Social; Exclusão Social; Equipas de rua;

Homeless Population: Perceptions of Success and Failure Factors in Social Intervention

ABSTRACT

The issue of homelessness in Portuguese society is currently characterized by constant change and represents a manifestation of the chronic and long-lasting conditions of PSSA (Neves, 2022).

The work consists of a theoretical framework and an empirical study on the homeless population and the perceptions of street team professionals regarding this reality. The aim of this study is to characterize a sample of homeless individuals in the municipality of Aveiro and understand how they evaluate the social actions and interventions directed at them. Additionally, it seeks to understand the opinions of street team professionals on the existing interventions and public policies.

The study used qualitative methods and techniques, with data collection focusing on documentary analysis, participant observation, and semi-structured interviews. The interviews were conducted with 19 individuals from the homeless population, the majority of whom were male, living and sleeping on the streets without family support, in precarious economic conditions, some with addiction problems associated with mental illness, and highly dependent on social support.

In general, it can be concluded that the issue of homelessness in the municipality of Aveiro is complex, influenced by housing, economic, social, and health factors. A significant portion of PSSA face various vulnerabilities, such as a lack of family support, substance use associated with mental illness, and dependence on social assistance. Street outreach teams play a crucial role; however, they highlight shortcomings in public policies. Therefore, there is a need for more integrated and sustainable strategies to promote social reintegration and improve the quality of life of this population.

Keywords: Homeless people; Social Intervention; Social Exclusion; Street Teams.

ÍNDICE

AGRADECIMENTO 3
RESUMO 5
ABSTRACT 6
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS 9
INTRODUÇÃO 11
Capítulo I- Enquadramento teórico 14
1. Pobreza e exclusão social 14
1.1. Os conceitos de pobreza e exclusão social 14
1.2. Pobreza e exclusão social em Portugal 19
1.3. Quem são as pessoas em situação de sem-abrigo? 23
Capítulo II- Políticas sociais públicas 27
2.1. As políticas públicas sobre a situação de sem-abrigo em Portugal 28
2.2. A Intervenção social 30
2.3. Intervenção social à pessoa em situação de sem-abrigo na zona de Aveiro 36
Capítulo III – Objetivos e procedimentos metodológicos 39
3.1. Objetivos do estudo 40
3.2. Procedimentos metodológicos 41
3.2.1 População e amostra 42
3.2.2 Técnicas de recolha e tratamento de informação 46
3.2.3. Considerações éticas 47
3.2.4 Tratamento e análise de dados 49
CAPÍTULO IV - Perceções das pessoas em situação de sem-abrigo sobre a intervenção social de que são alvo 53
4.1. Trajetórias de vida das pessoas em situação de sem-abrigo 54
4.2. Apoio económico e intervenção social 57
4.3. Perceções e intervenção das equipas de rua 60
4.4 Acesso a serviços de saúde e outros 69
4.5 Acesso a habitação 71
4.6 Nível de satisfação com os serviços e apoio prestados 74
CAPÍTULO V - Perceções das equipas de rua sobre a intervenção social 77
5. Perceções dos técnicos de equipas de rua e gestão de casos 77
5.1 Características da população sem-abrigo: causas e consequências do problema 78

5.1.1 Características da população sem-abrigo da cidade de Aveiro 78
5.1.2. Determinantes da situação de sem-abrigo 82
5.2 Obstáculos à integração social das pessoas em situação de sem-abrigo. 84
5.3 Características da intervenção social junto das pessoas em situação de sem-abrigo 87
5.4 Avaliação da intervenção e formas de a melhorar 93
5.5 Políticas públicas. 109
CONCLUSÃO 115
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 117
Anexos 123
Anexo I. Consentimento Informado Pessoas em Situação de Sem-abrigo 124
Anexo II. Consentimento Informado Técnicas Equipas de Rua 126
Anexo III. Guião de Entrevista Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 129
Anexo IV. Guião de Entrevista Equipas de Rua 130

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PSSA- Pessoas em Situação de Sem-Abrigo

SSA- Situação de Sem-Abrigo

RSI- Rendimento Social de Inserção

PSI- Prestação Social para Inclusão

ENIPSSA- Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo

ONU- Organização das Nações Unidas

IPSS- Instituição Particular de Solidariedade Social

SS- Segurança Social

NPISAA- Núcleo Planeamento e Intervenção Sem Abrigo de Aveiro

CLASA- Conselho Local de Ação Social de Aveiro

ETHOS- European Typology of Homelessness and Housing Exclusion

ODS- Objetivos do desenvolvimento sustentável

PALOP- Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Indicadores de privação e exclusão severa em Portugal 22
Figura 2: Tipologia Europeia de exclusão relacionada com a habitação..... 25

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Caraterização da Amostra – Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 44
Tabela 2: Caraterização da Amostra – Equipas de Rua 45
Tabela 3:Estrutura da análise de conteúdo temática dos discursos das PSSA 51
Tabela 4: Estrutura da análise de conteúdo temática da informação facultada pelos técnicos..... 52

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa visa caraterizar o contexto de vida das pessoas em situação de sem-abrigo e apurar as perceções de diversos atores sociais (pessoas em situação de sem-abrigo e técnicas das equipas de rua que lhes prestam apoio) sobre a intervenção social de que estas pessoas são alvo. O estudo foi realizado no concelho de Aveiro.

O ponto de início deste estudo foi o contacto com as pessoas em situação de sem-abrigo, no âmbito de um projeto designado de "Ceia com Calor" promovido pela comissão de voluntariado da IPSS Florinhas do Vouga de Aveiro, entidade que integra o Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISAA).

Esta experiência como observadora participante no terreno suscitou diversas interrogações sobre esta problemática, de forma a compreender como estas pessoas vivem diariamente, os mecanismos que utilizam para sobre"viver" e lidar com as condições adversas que enfrentam, o nível de satisfação com os serviços prestados pelas equipas de rua e os apoios disponibilizados pelas instituições. Além disso, procurou-se conhecer a opinião das técnicas das equipas de rua que trabalham diariamente e diretamente com esta população acerca das políticas públicas existentes.

Pretende-se, compreender as barreiras e potencialidades da intervenção social a partir da perspetiva de quem vive ou trabalha diretamente com esta população, pretende-se aprofundar o conhecimento sobre as perceções dos diferentes atores sociais que lidam diariamente com esta realidade, com o objetivo de identificar boas práticas e lacunas nas políticas sociais em vigor. A população em situação de sem-abrigo constitui um dos mais graves problemas da sociedade contemporânea refletindo a complexidade das desigualdades socioeconômicas e a vulnerabilidade de determinados grupos (Quintas, 2010). Este fenómeno não se limita só à ausência de uma habitação, envolve inúmeros fatores de um processo complexo de exclusão social, problemas de saúde mental, desemprego, rutura familiar e relacionais (Rosa & Guadalupe, 2015).

O foco principal está em explorar as opiniões, interpretações, sentimentos e analisar a eficácia das estratégias e políticas adotadas, verificando se estas atendem às reais necessidades e expectativas das pessoas em situação de sem-abrigo, enquanto, simultaneamente, indica-se desafios e limitações enfrentadas quer estejam relacionadas com a falta de recursos, como dificuldades burocráticas, estigmatização ou

entraves do próprio sistema de apoio considerando a visão dos próprios sem-abrigo e dos técnicos. Pretende-se ainda identificar boas práticas e áreas que necessitam de melhoria ou inovação, de forma a estruturar intervenções eficazes e propor soluções ajustadas às realidades locais.

Deste modo, o objetivo é construir uma visão holística sobre a intervenção social no concelho de Aveiro, contemplando tanto as perceções positivas quanto as críticas de modo a contribuir para a reformulação de práticas e políticas que melhorem a qualidade de vida das pessoas sem-abrigo.

O estudo inicia-se com uma introdução, onde se contextualiza o tema apresentado, o enquadramento teórico e os objetivos da investigação.

De modo a atingir os objetivos propostos o estudo encontra-se dividido em cinco capítulos: I Enquadramento teórico; II Políticas sociais públicas; III Objetivos e procedimentos metodológicos; IV Perceções das PSSA sobre a intervenção de que são alvo e V Perceções dos técnicos das equipas de rua e gestão de casos.

O Enquadramento teórico aborda a pobreza e a exclusão social explicando os diversos conceitos, fazendo análise à situação de pobreza e exclusão social em Portugal, destacando as desigualdades sociais existentes e a importância de políticas públicas. Por fim, é abordado o perfil das pessoas em situação de sem-abrigo, caracterizando-as como um grupo vulnerável e marginalizado, com trajetórias de vida marcadas por desafios significativos e de escassos recursos. O segundo capítulo aborda as políticas públicas e a intervenção social direcionada à população em situação de sem-abrigo em Portugal, com foco no concelho de Aveiro. O terceiro capítulo descreve os objetivos e procedimentos metodológicos do estudo. O quarto capítulo aborda as perceções das pessoas em situação de sem-abrigo sobre a intervenção social que recebem, analisando as suas trajetórias de vida; o apoio económico e intervenção social; a intervenção das equipas de rua e as dificuldades no acesso a serviços de saúde e habitação, destacando obstáculos encontrados. O quinto capítulo aborda as perceções dos técnicos de equipas de rua e gestão de casos sobre a população sem-abrigo, destacando as causas e características desse problema, com foco no conselho de Aveiro.

Por fim, a investigação finaliza com uma conclusão que sintetiza os principais achados, refletindo sobre as perceções das pessoas em situação de sem-abrigo e dos técnicos para a definição de medidas e estratégias de intervenção mais eficazes e adequadas às necessidades da população sem-abrigo em Aveiro.

Capítulo I- Enquadramento teórico

1. Pobreza e exclusão social

1.1. Os conceitos de pobreza e exclusão social

Nos finais do séc. XVIII, em pleno desenvolvimento da Revolução Industrial, surgiram, em Inglaterra, os primeiros estudos sociais sobre a pobreza (Toscano, 1993, citado por Fernandes, 2006). Naquela época, a pobreza era vista como um problema social inevitável, mas também como algo necessário, pois dava a oportunidade aos mais ricos de praticar a caridade. A pobreza era assim considerada como um fenómeno natural e inevitável (Fernandes, 2006).

A partir do séc. XVI, segundo Toscano (1993) citado por Fernandes (2006) outra denominação surgiu, como uma "visão urbano-municipalizante" que assentava num *"sentimento depuração, recenseamento e policiamento social"*, ou seja, para aqueles que eram considerados os "falsos pobres" assim dizendo, os vagabundos, eram tomadas medidas punitivas e, simultaneamente, criadas estruturas policiais que vigiavam e inspecionavam o quotidiano desses indivíduos. Estas medidas, eram levadas a cabo pelos Municípios (Fernandes, 2006).

Com o aparecimento do Capitalismo, os pobres que na sua maioria se encontravam associados à classe operária adquiriram uma nova identidade. Surgiu, assim, uma nova visão acerca da pobreza, ou seja, esta passou a ser vista como resultado das relações socioeconómicas que, por sua vez, eram consequência dos mecanismos de exploração e dominação capitalista, geradores de desigualdades sociais (Toscano, 1993, citado por Cardoso, 2017).

Na década de 70, a Organização Internacional dos Trabalhadores alargou o conceito de pobreza, esta passou a ser definida pela incapacidade de satisfazer as necessidades básicas e pela privação dos direitos (Fernandes, 2006). Com o aparecimento da crise económica mundial dos anos 70 e 80, houve um aumento da população que se encontrava em situação de pobreza, surgindo os "novos pobres" (Fernandes, 2006), caraterizados como, indivíduos e famílias que nunca tinham passado por situações de precariedade e que, supostamente, encontravam-se bem inseridos na sociedade,

porém, em consequência do desemprego, ficaram desinseridos laboral e socialmente (Gonçalves, 2022).

A idealização de que a pobreza só atinge os que estão mais abaixo da estrutura social tornou-se numa mera ilusão. Nas duas décadas seguintes, o conceito de pobreza tornou-se mais presente, sendo valorizados aspetos como o isolamento, a vulnerabilidade e o bem-estar (Fernandes, 2006).

A pobreza é um conceito relativo em que a situação da pessoa é analisada em função dos padrões sociais da comunidade a que pertence. Desta forma a pobreza pode ser definida como a condição humana -*"condição humana caraterizada por privação sustentada ou crónica de recursos, capacidades, escolhas, segurança e poder necessários para o gozo de um adequado padrão de vida e outros direitos civis, culturais, económicos, políticos e sociais"* (Nações Unidas, 1966) ou seja, podemos afirmar que a pobreza é a privação das condições necessárias para o acesso a uma vida digna (EAPN, nd), a essa privação social, podemos chamar de "nudez social" (Thelen, 2004, citado por Martins, 2007).

Os estudos sobre a pobreza têm uma perspetiva culturalista (Capucha, 1993, citado por Fernandes, 2006), isto é, a impossibilidade de participar nas atividades e ter as condições de vida e conforto consideradas habituais na sociedade, tais como, atividades culturais, educacionais, e o acesso à saúde (Capucha, 1993, citado por Fernandes, 2006), escassez de recursos que não permitem à pessoa participar ativamente na sociedade em que está inserida. Nestas últimas perspetivas inserem-se os conceitos de pobreza absoluta e pobreza relativa (EAPN, nd).

A pobreza absoluta remete para circunstâncias em que os indivíduos não conseguem satisfazer as necessidades mais básicas à sua sobrevivência tais como a alimentação, habitação, saúde e educação. Já a pobreza relativa, remete para estilos de vida, privações e rendimentos que se situam num patamar muito abaixo do nível de vida do país (EPAN, nd). Trazendo dificuldades à vida das pessoas, impedindo-as de participar de forma social, cultural e económica em sociedade (Barreto, 2000).

A pobreza não representa apenas a insuficiência de recursos económicos. O conceito de exclusão social enquadra algumas das dimensões retratadas na evolução do conceito de pobreza, esta é um dos fenómenos integrantes da exclusão social. A exclusão abrange formas de privação não material, ultrapassando a falta de recursos

económicos. A ausência de recursos sociais, políticos, culturais e psicológicos é enquadrada teoricamente pelo conceito de exclusão social (Rodrigues et al., 1999)

O conceito de exclusão social, como o conhecemos hoje, aparece pela primeira vez na década de 1960, e carateriza-se pela dificuldade dos indivíduos se integrarem socialmente (Paugam, 1996, citado por Bento & Barreto, 2002) levando a um processo de rutura com a sociedade (Rodrigues, 2000) fazendo com que muitos indivíduos que até então estavam inseridos socialmente ficassem excluídos do exercício de cidadania (Costa, 1998, citado por Fernandes, 2006).

A pobreza e a exclusão levam a um processo de degradação psicológica, a uma perda da própria identidade, à falta de motivação, iniciativa, auto-confiança (Tavares, 2010). Acabando por se reforçarem mutuamente, por exemplo, quando uma pessoa perde o emprego, fica sem recursos financeiros o que impede o acesso a bens e serviços, tais como, habitação, saúde e lazer (EAPN, 2014). Este impedimento, cria no individuo um sentimento de não pertença à sociedade. Surge assim, o conceito de uma "nova pobreza" relacionada com um grupo de indivíduos que até ao momento pertenceram à classe média ou à classe alta, mas neste momento encontram-se na classe baixa devido a situações de desemprego e perdas de negócios, são criadas situações de "desfiliação" e crise das relações primárias entre indivíduos que vivem em situações de precariedade no meio onde estão inseridos (Moreira, 2015).

O processo que culmina na situação de sem-abrigo implica, quase sempre, um processo de desfiliação longo e progressivo, em que todos os laços pessoais e sociais, família, escola, trabalho e instituições públicas vão sendo progressivamente destruídos (Martins, 2007). Entende-se por desfiliação segundo, Silva (2023) qualquer rutura de laços familiares e socio-laborais.

Face ao exposto, os dois conceitos relacionam-se e consolidam-se mutuamente, a exclusão do mercado laboral e habitação gera pobreza e, consequentemente, impede o acesso a bens e serviços socialmente relevantes à sobrevivência humana (Pina et al., 2021).

A população em situação de sem-abrigo é marcada pela pobreza e exclusão social, alvo de discriminação, estereótipos e estigma social (Alcântara, et al., 2015). As ruturas sociais, profissionais ou familiares apresentam-se como fatores que vulnerabilizam as

pessoas em situação de sem-abrigo tornando-as num grupo de risco. (Dwyer et al., 2014; Hoven et al., 2016; Topolovec-Vranic et al., 2017 citado por Caridade, 2017).

É evidente que as PSSA representam um dos grupos mais afetados pela "nudez social" (Martins, 2007). Enfrentam fortes desafios, não apenas materiais, mas também emocionais e sociais, acentuado pela falta de habitação de segurança e de pertença à sociedade (Machado, 2012). É uma forma de exclusão social uma vez que está associada à falta de acesso a aspetos fundamentais da existência, ou seja, condições de vida, participação social e cidadania (Perista & Baptista, 2010).

Nesta medida, o fenómeno dos sem-abrigo pode ser interpretado como algo que é gerado por processos de reconfiguração de diferentes tipos de laços sociais, ou seja, ligações ao mundo do trabalho que se enfraquecem e se perdem, mas é também uma questão de redução das possibilidades de acesso aos direitos de cidadania (Aldeia, 2014).

Em Portugal, a Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (ENIPSSA), de 2021, considera que pessoa em situação de sem-abrigo é aquela que, independentemente da sua nacionalidade, origem racial ou étnica, religião, idade, sexo, orientação sexual, condição socioeconómica e condição de saúde física e mental, se encontre sem-teto ou sem-casa. Indivíduos sem-teto vivem em espaços públicos como estações de metro e comboio, jardins, viadutos, passeios, em abrigos de emergência de curta duração, e em locais precários como entradas de prédios, carros, prédios/casas abandonadas. Já pessoas sem casa são pessoas que se encontram em centros de alojamento temporário que procuram promover a sua inserção. Porém, a definição de sem-abrigo tem vindo a alterar-se e a agrupar-se cada vez mais condições de vulnerabilidade. Contudo, segundo o Conselho de Ministros n.º 208/2024, de 30 de Dezembro de 2024, a nova Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (2025-2030), o conceito de sem-abrigo, surge alargado no sentido em que, para além das pessoas sem-teto e sem-casa, são também consideradas sem-abrigo, todas as pessoas que se encontram em risco de vivenciar esta problemática (Presidência do Conselho de Ministros, 2024).

A situação de sem-abrigo representa uma violação dos direitos humanos, principalmente, o direito à habitação, mas também poderá constituir uma violação de vários direitos civis e políticos, nomeadamente o direito à proteção contra um

tratamento desumano e degradante, o direito à vida privada e familiar e em alguns casos, o direito à vida (Camacho, 2022).

Este processo de exclusão social pode ser muitas vezes reforçado pelo facto de as pessoas em situação de sem-abrigo serem alvo de preconceitos e serem rotuladas de forma negativa, podendo levar a que a sua condição seja ainda mais desprezada pela sociedade (Machado, 2012).

As PSSA são vítimas de um longo processo de exclusão social, processo esse de perda de referências, ausência de oportunidades, escassez de recursos, incapacidade de reivindicação de interesses e impossibilidade de afirmação dos indivíduos (Fernandes, 2006), este processo resulta no agravamento da discriminação de que são alvo. Esta estigmatização origina a desqualificação social, impedindo a participação total destes indivíduos na sociedade (Rayburn & Guittar, 2013, citado por Ferreira, 2019). A estigmatização atribui características negativas a um grupo ou a um indivíduo, neste caso às PSSA. A estigmatização leva à desqualificação social, um processo em que esses indivíduos são percebidos como menos dignos de respeito e recursos (Ferreira, 2019). Rayburn & Guittar (2013) citado por Ferreira (2019) defendem que a estigmatização impede a participação total dos sem-abrigo na sociedade, uma ideia que se assemelha com a teoria da rotulagem, ou seja, quando a sociedade rotula uma pessoa em situação de rua como “mendigo” “sem-abrigo” isso não apenas define a sua identidade de maneira negativa, mas também limita as suas oportunidades de emprego, habitação e serviços, excluindo-os socialmente.

Deste processo de exclusão social resulta o enfraquecimento dos laços sociais que ligam estes indivíduos à sociedade em geral (Rosa & Guadalupe, 2015).

A teoria da rotulagem ajuda a entender como os rótulos negativos reforçam esta exclusão, ou seja, os rótulos estigmatizantes ao promover a exclusão, prejudicam os laços sociais dos sem-abrigo com a comunidade em geral, isso leva a um ciclo de isolamento e desconfiança mútua, a teoria ilustra como a aceitação de um rótulo de “desviante” pode enfraquecer a identidade social e a conexão com a sociedade. Isto quer dizer, que um sem-abrigo que é rotulado de forma negativa acaba por ser menosprezado pela restante sociedade, o que limita suas interações sociais e oportunidades de formar redes de apoio, ou seja, os indivíduos em SSA, são moldados pela forma como a sociedade os rotula. Diariamente enfrentam estigmas sociais

associados ao seu estado, ou seja, são marcados socialmente levando à sua desvalorização socialmente, criando um isolamento social que por sua vez, reforça a exclusão e dificulta a reintegração na vida em sociedade. (Rosa & Guadalupe, 2015).

1.2. Pobreza e exclusão social em Portugal

Em Portugal, a pobreza e a exclusão social é afetada por fatores econômicos, políticos e sociais ao longo dos séculos. A evolução desses fenômenos está ligada ao desenvolvimento do país desde o período medieval até aos tempos contemporâneos (Gomes & Guadalupe, 2011).

Durante a Época Medieval, Portugal era composto por uma sociedade agrícola feudal, onde a pobreza estava presente entre camponeses e trabalhadores rurais. As desigualdades sociais eram grandes, as terras eram propriedade da nobreza e do clero, enquanto a maioria da população, era composta por camponeses que trabalhavam nas terras dos senhores feudais e viviam em condições de sobrevivência. A pobreza era considerada endêmica, nomeadamente, nas áreas rurais, onde as condições de vida eram duras. O conceito de exclusão social ainda era difuso, mas já existiam classes que viviam à margem da sociedade, como é o caso dos mendigos (Sá, 1997).

A igreja católica desempenhava um papel crucial no apoio social aos pobres aceitando a pobreza como uma parte natural da vida. Através das ordens religiosas, a igreja proporcionava assistência através de hospitais, albergues e de esmolas. Contudo, essa ajuda era paliativa e não resolvia as causas estruturais da pobreza (Sá, 1997).

Com o início dos Descobrimentos e da Expansão Marítima, nos séculos XV e XVI, Portugal passou por uma época de grande de enriquecimento e colonização de novas terras. No entanto, os benefícios foram concentrados na alta sociedade, enquanto a maioria da população continuava em condições de pobreza. No campo, a agricultura era pouco desenvolvida, e cidades o crescimento demográfico não era acompanhado por uma melhoria nas condições de vida levando ao aparecimento de uma população pobre e marginalizada resultado da falta de empregos e do aparecimento da pobreza crônica (Sá, 1997).

A exclusão social, tornou-se mais visível nesta época, começaram a surgir nas ruas das cidades, mendigos e vagabundos. As respostas institucionais eram limitadas e a

pobreza começou a ser vista como uma questão de desvio moral, associada à mendicidade (Sá, 2008).

Já no século XIX, marcado pela industrialização tardia, a população começou por migrar do campo para as cidades, em particular, para a área metropolitana do Porto e Lisboa. Devido ao ritmo lento da industrialização foi surgindo uma situação de pobreza generalizada, pois as cidades não estavam preparadas para receber uma grande quantidade de trabalhadores rurais que migravam à procura de melhores condições de vida. Começaram a surgir bairros operários sobrelotados caraterizados por uma pobreza extrema, com condições de vida precárias, com falta de condições básicas. Foi um período marcado por grandes desigualdades, onde a exclusão social se expressava na marginalização de trabalhadores que não tinham acesso a direitos ou a apoios sociais (Sá, 1997).

Com a implementação da Primeira República Portuguesa, entre 1910-1926, o país atravessava graves dificuldades económicas tais como: o desemprego, a desigualdade social, e períodos de grande instabilidade política, resultando num aumento da pobreza (Lúcio & Marques, nd).

Com a entrada em vigor da Constituição e o aparecimento do Estado Novo, em 1933, liderado por António Oliveira de Salazar acompanhado por um regime de uma política de restrição e controle social, a pobreza continuou a ser um problema estrutural, era vista como uma condição inevitável e até desejável para manter a ordem social (Gato, 2020). Começaram a surgir instituições e programas de apoios como o Governo Civil, a Santa Casa da Misericórdia e o jornal "O Século" e refeitórios sociais, com o fundamento de entregarem esmolas e subsídios para os mais necessitados. Passou a existir uma maior preocupação com as condições de higiene, criaram-se balneários públicos e edificação de colónias balneares para os mais necessitados e crianças (Pinto, 1999, citado por Bento e Barreto, 2002).

Com a emergência do Estado Novo a repressão política aumentava e a Polícia de Segurança Pública acabou por assumir um papel mediador entre os mendigos e a sociedade civil, englobando igualmente funções de assistência e reeducação social. No que concerne no Decreto de Lei nº 30/389 de 20 de Abril de 1940, foram criados albergues, de forma a atuarem como prevenção à mendicidade em todas as cidades distritais inaugurando uma nova abordagem no domínio da assistência em que foram

assumidas funções desempenhadas por Misericórdias e outras associações de caráter religioso (Bastos, 1997, citado por Bento & Barreto, 2002).

Desde então, os mendigos eram "enviados" para a sua localidade de origem ou para os albergues e asilos da polícia. Nos referidos albergues encontravam-se mendigos nas mais variadas situações: idosos, menores, doentes mentais, alcoólicos, tuberculosos, prostitutas, homossexuais, delinquentes e reincidentes (Bastos, 1997, citado por Bento e Barreto, 2002).

Foram então, implementadas e criadas políticas sociais públicas, porém essas medidas não eram suficientes para combater a pobreza em larga escala.

Após a Revolução dos Cravos de 1974 e a queda do regime ditatorial, Portugal, entrou numa fase de democratização econômica. A pobreza e a exclusão social continuaram presentes nesta época devido à mudança da economia portuguesa para uma economia de mercado aberto, seja no sentido de aquisição de bens ou entrada de capital (Pomar et al., 2023). Com a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia em 1986, o governo tentou solucionar problemas como o desemprego, a falta de habitação e as desigualdades sociais, através de novos investimentos, oportunidades e o acesso a fundos estruturais que ajudaram a modernizar o país (Rodrigues, 2012).

As políticas sociais públicas de combate à pobreza, como a criação de programas de combate à pobreza e de inclusão social começaram a ser desenvolvidos (Lourenço, 2005) A criação do Rendimento Social de Inserção (RSI) pela Lei n.º 19-A/1996, de 29 de junho e o fortalecimento dos serviços de saúde e educação, ajudaram a mitigar alguns dos efeitos mais graves da exclusão social (Lourenço, 2005).

No início do século XXI, após a crise financeira de 2008, Portugal enfrentava desafios persistentes de pobreza. As medidas de austeridade adotadas entre 2010 e 2014, durante a crise, agravaram as condições de vida de muitos portugueses. O corte em programas sociais, o aumento do desemprego e da precariedade laboral, fez com que houvesse um elevado crescimento da pobreza e exclusão social (Carmo et al., 2018). Contudo, a partir de 2015, Portugal começou a recuperar economicamente, reforçando as medidas de proteção social, tais como, o aumento do salário mínimo e a prestação de apoios a famílias vulneráveis (Carmo et al., 2018). Ainda assim, em 2020, a pandemia do Coronavírus (COVID-19) levou ao aparecimento de novos desafios, realçando

vulnerabilidades no mercado de trabalho e nas condições de habitação, intensificando a pobreza em muitos setores da sociedade (Lages, 2022).

Perante esta linha do tempo é notório que a pobreza e a exclusão social são traços caraterizadores da sociedade portuguesa. O elevado número de indivíduos nesta situação ao longo dos tempos assim o indicia (Lages, 2022).

Apesar de Portugal ter feito progressos em várias áreas, a pobreza e a exclusão social, ainda são problemáticas presentes na sociedade. Os dados disponíveis são inequívocos: a pobreza, na sua dimensão monetária, é uma realidade quotidiana para cerca de 20% da população portuguesa (Diogo, Castros & Perista, 2015) pelo que existem ainda mais de 2 milhões de pessoas em risco de pobreza e exclusão social (Peralta, Carvalho & Fonseca, 2023).

Segundo o relatório de 2024 sobre "Pobreza e Exclusão Social em Portugal" redigido pela Cáritas, em 2023 cerca de 241 mil pessoas viviam sem possibilidade de ter uma alimentação adequada; 712 mil sem capacidade de comprar roupa nova; um milhão sem capacidade de gastar uma pequena quantia consigo mesmo; mais de 2 milhões sem capacidade de manter a casa devidamente aquecida.

Nr. de indivíduos (milhares)

	2019	2020	2021	2022	2023
Em privação material e social	1359	1306	1387	1230	1256
Em privação material e social severa	577	551	604	543	513
Em situação de subutilização do trabalho	686	748	676	620	642
Sem capacidade para ter uma alimentação adequada	237	257	247	310	241
Sem capacidade para comprar roupa nova	793	833	884	755	712
Sem capacidade para gastar uma pequena quantia consigo	937	1069	1264	1003	1078
Sem capacidade para manter a casa devidamente aquecida	1946	1799	1685	1810	2177
Sem abrigo	7,1	8,2	9,6	10,8	n.d.

Figura 1: Indicadores de privação e exclusão severa em Portugal

Fonte: *Relatório "Pobreza e Exclusão Social em Portugal" redigido pela Cáritas Portuguesa*

Perante estes valores, o quadro apresentado revela um aumento preocupante na situação dos sem-abrigo em Portugal entre 2019 e 2023. Verifica-se um aumento constante no número de pessoas em situação de sem-abrigo, passando de 7,1 mil em 2019 para 10,8 mil em 2022. Os dados de 2023 não estão disponíveis, mas a tendência crescente nos anos anteriores levanta sérias preocupações sobre a eficácia das políticas de apoio social e habitação.

Este aumento pode ser atribuído a vários fatores, incluindo crises econômicas, falta de acesso a habitação a preços acessíveis, desemprego e a persistente desigualdade social. Além disso, a pandemia de COVID-19, que atingiu o mundo em 2020, agravou a situação de muitas pessoas em situação vulnerável, levando a um aumento na perda de habitação e precariedade.

Ao longo dos tempos, foram realizados esforços para melhorar o desenvolvimento económico, tais como, o aumento do salário mínimo, medidas de apoio à habitação, criação de programas de apoio social, e o reforço da economia, estes esforços refletem as políticas implementadas pelo governo, de forma a mitigar a pobreza e exclusão social no país (Diogo et al., 2015). Ainda assim, é importante continuar a trabalhar em políticas públicas contínuas e eficazes para garantir um desenvolvimento mais inclusivo (Rodrigues, 2000).

Em resumo, os dados apresentados sublinham a necessidade urgente de intensificar e reavaliar as políticas públicas de apoio aos sem-abrigo em Portugal, garantindo que estas pessoas recebam não apenas abrigo, mas também o suporte contínuo necessário para superar a exclusão social e reintegrar-se plenamente na sociedade.

1.3. Quem são as pessoas em situação de sem-abrigo?

Ao longo da história, várias foram as terminologias adotadas para designar a população sem-abrigo, tais como: “mendigos”, “vagabundos”, “vadios”, “ociosos”, “indigentes” e “pedintes” (Bento & Barreto, 2002).

Segundo Fernandes (2006), os estudos sobre a problemática dos sem-abrigo em Portugal iniciou-se na metade da década de oitenta do século XX, contudo, a nível internacional existem estudos desde os finais dos anos sessenta que tiveram como principal objetivo compreender o aumento do número de pessoas em situação de sem-abrigo e o facto de estes utilizarem a rua como local de “habitação” (Damon & Firdion, 1996 citado por Fernandes, 2006). Na verdade, esta problemática sempre existiu nas sociedades, estando ligada a movimentos migratórios, segmentos de marginalizados ou desastres naturais, mas sempre associada à pobreza e exclusão social (Vital, 2024).

A condição de sem-abrigo é a consequência de um trajetória de vida com falta de retaguarda e apoios familiares, traduzindo-se numa estrutura frágil, no qual se vai

agravando consoante os obstáculos e dificuldades que vão surgindo (Bento & Barreto, 2002).

A situação de sem-abrigo não pode ser definida de forma unilateral, quer isto dizer que a realidade das pessoas em situação de sem-abrigo é complexa e não pode ser explicada ou entendida a partir de uma única causa ou perspetiva. No decorrer dos anos, a pessoa em situação de sem-abrigo era vista como alguém que devido às dificuldades e crises económicas não tinha um teto para morar (Coutinho, 2021). Contudo, com a evolução dos estudos sobre esta problemática é possível afirmar que diversas são as razões que levam alguém a passar por uma situação de sem-abrigo (Coutinho, 2021) caraterizada por experiências e ausências, ruturas e fragilidades, acentua-se a questão da habitação, a pobreza e da exclusão social num sentido mais alargado (Bento & Barreto, 2002; Cancela et al., 2023).

A idealização teórica de pessoa sem-abrigo, foi apresentada através da tipologia europeia *Ethos - European Typology of Homelessness and Housing Exclusion*. Esta tipologia foi criada pela *European Federation of National Organizations Working with the Homeless* (FEANTSA) na tentativa de melhorar a compreensão e o acompanhamento das pessoas em situação de sem-abrigo na Europa. Embora, o conceito de sem-abrigo seja distinto de país para país foi fundamental a criação de uma tipologia que permitisse que o conceito abrangesse mais do que a face visível do problema (Coutinho, 2021).

Esta tipologia tem por base a definição de quatro tipos de categorias principais: (1) Sem-Abrigo – inclui pessoas que vivem na rua, sem acesso a alojamento e aquelas em alojamentos de emergência; (2) Sem alojamento- inclui pessoas em centros de acolhimento, alojamentos para imigrantes, mulheres e pessoas que saíram de instituições como é o caso das prisões; (3) habitação precária- refere-se às pessoas que vivem em situações de habitação instável, como alojamento provisório com familiares ou amigos, ocupação ilegal de casas ou em risco de despejo; (4) habitação inadequada – inclui pessoas que vivem em estruturas provisórias que não atendem às normas sociais ou de habitação digna, bem como aquelas que vivem em habitações com sobrelotação. Esta tipologia criada pela FEANTSA, ajuda a entender a complexidade da exclusão habitacional e a formular políticas mais eficazes para abordar as diferentes situações (FEANTSA, 2005).

Categoria conceptual		Categoria Operacional		Definição geral
SEM ABRIGO	1	Pessoas que vivem na rua	1.1	Dormir na rua (sem acesso a alojamento de emergência) / Sem Abrigo
	2	Pessoas em alojamento de emergência	2.1	Alojamento de emergência
SEM ALOJAMENTO	3	Pessoas em lares de alojamento, para pessoas sem domicílio	3.1 3.2	Lar de alojamento em fase de inserção Alojamento provisório
	4	Pessoas em lar de alojamento para mulheres	4.1	Lar de alojamento para mulheres
	5	Pessoas em alojamento para imigrantes	5.1 5.2	Alojamento provisório/ Centro de Acolhimento (requerentes de asilo Lar para trabalhadores migrantes
	6	Pessoas que saíram de instituições	6.1 6.2	Instituição penal Instituição médica
	7	Beneficiários de um acompanhamento em alojamento	7.1 7.2 7.3 7.4	Instituição de cuidados destinada às pessoas sem domicílio Alojamento acompanhado Alojamento de transição acompanhado Alojamento assistido
HABITAÇÃO PRECÁRIA	8	Pessoas em habitação precária	8.1 8.2 8.3 8.4	Provisoriamente alojado pela família ou amigos Sem arrendamento (sob)location Ocupação ilegal de uma construção Ocupação ilegal de um terreno
	9	Pessoas à beira de despejo	9.1 9.2	Aplicação de uma decisão de expulsão (aluguer) Pareceres de apreensão (propriedade)
	10	Pessoas vítimas de violência doméstica	10.1	Incidentes registados pela polícia ligada à violências domésticas
HABITAÇÃO INADEQUADA	11	Pessoas que vivem em estruturas provisórias e não se adequam às normas sociais	11.1 11.2 11.3	Habitação móvel/caravana Construção não conforme com as normas Estrutura provisória
	12	Pessoas em alojamento indigno	12.1	Habitação (ocupado) declarada inabitável em conformidade com a legislação nacional
	13	Pessoas vivem em condições de sobrepopulação severa	13.1	Normas nacionais mais severas

Figura 2: Tipologia Europeia de exclusão relacionada com a habitação

Fonte: Federação Europeia de Organizações Nacionais, elaborada em 2005.

Em Portugal, a ENIPSSA (Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo) baseia-se na tipologia europeia *ETHOS* (Tipologia Europeia de Exclusão Relacionada com a Habitação), para categorizar as pessoas em situação de sem-abrigo. É usada como ferramenta que ajuda a compreender as diversidades das condições vividas pelas pessoas em situação de sem-abrigo, traçando uma intervenção de acordo com as necessidades de cada grupo (Coutinho, 2021).

As noções de sem-abrigo voltam-se para os estilos de vida da pessoa, locais onde permanece, condições da habitação e requisitos para apoios sociais, mas o uso de diferentes normas em cada definição gera diferentes perspetivas sobre a situação de

sem-abrigo, e afeta as políticas públicas adotadas para lidar com esta problemática (Tipple & Speak, 2005, citado por Maroco et al., 2010).

A ENIPSSA (Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo) (2021) considera que pessoa em situação de sem-abrigo é aquela que independentemente da sua nacionalidade, origem racial ou étnica, religião, idade, sexo, orientação sexual, condição socioeconómica e condição de saúde física e mental, se encontre sem teto ou sem casa. Indivíduos sem teto vivem em espaços públicos como estações de metro e comboio, jardins, viadutos, passeios, em abrigos de emergência de curta duração; e em locais precários como entradas de prédios, carros, prédios/casas abandonadas. Já pessoas sem casa são pessoas que se encontram em centros de alojamento temporário que procuram promover a sua inserção.

A crise habitacional e o aumento do custos de vida, entre outros fatores explicam o aumento do número de pessoas em situação de sem-abrigo, mesmo nas sociedades com níveis de desenvolvimento socioeconómico mais elevados. A situação de sem-abrigo constitui, neste momento, a mais grave manifestação de pobreza e exclusão social na Europa. Trata-se, pois, de um problema social urgente, que exige uma maior atenção dos governantes políticos, a todos os níveis: local, regional, nacional e da União Europeia (EAPN, 2022).

Atualmente, assistimos a uma maior visibilidade desta condição, nos grandes centros urbanos. Esta concentração deve-se ao facto de, nas grandes cidades, as respostas sociais estão mais concentradas e alguns meios de sobrevivência, como a mendicidade, terem maior impacto, devido ao maior aglomerado de indivíduos nestes locais (Freitas, 2021).

Capucha (2004) afirma que as pessoas que estão em situação de sem-abrigo constituem uma população extremamente vulnerável. Ser sem-abrigo é sinonimo de viver numa profunda carência de recursos essenciais, como a alimentação, a habitação, acesso à saúde e rutura familiar (Machado, 2012).

Em 2023, mais de treze mil pessoas, encontravam-se na condição de sem-abrigo em todo o país. Cinco mil dessas pessoas, encontravam-se sem teto a dormir na rua.

Numa entrevista ao jornal "*O Público",* o coordenadora da Estratégias Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (ENIPSSA), afirma um aumento desta problemática em relação a 2022 (Público, 2024). Organizações de intervenção

social, que diariamente atuam com esta população, estimam que no ano de 2023, existiu um maior número de jovens e migrantes a viver na rua. Este aumento é particularmente expressivo nas regiões do Alentejo e Centro (Público, 2023).

Mesmo sendo uma realidade em todo o país, este fenómeno assume maior visibilidade nas cidades de Lisboa e Porto, que centralizam mais de metade das PSSA (Público, 2023). As pessoas em situação de sem-abrigo, são um reflexo das falhas da sociedade, resultantes de desigualdades econômicas, da exclusão social e a insuficiência de políticas públicas eficazes.

Identificar as diversidades e complexidades destas população é fundamental para a criação de políticas integradas e inclusivas que procurem não apenas oferecer abrigo, mas também possibilitar a reintegração social destas pessoas, garantindo-lhes direitos fundamentais como acesso à habitação, saúde e educação.

Capítulo II- Políticas sociais públicas

A questão da população em situação de sem-abrigo é um dos maiores desafios sociais das sociedades contemporâneas. As políticas sociais públicas assumem um papel crucial no combate ao problema, procurando assegurar direitos básicos e promover a inclusão social dessas pessoas (Coutinho, 2021).

Diversos autores têm estudado a realidade das pessoas em situação de sem-abrigo e sobre as diversas estratégias e medidas implementadas pelo governo. As políticas sociais públicas focadas nas PSSA têm como principal objetivo garantir a dignidade humana, promover a inclusão social e oferecer apoio para que estas pessoas possam reconstruir as suas vidas (Caridade, 2017).

No que concerne a nível político alguns países enfrentam esta realidade através da criação de condições promovem o bem-estar (Dwyer, et al., 2014; Thomas et al., 2011 citado por Caridade, 2017). Contudo, existem ainda carências e problemas burocráticos que, por vezes, dificultam os processos de intervenção e prevenção neste tipo de problemas (Gonçalves, 2016).

2.1. As políticas públicas sobre a situação de sem-abrigo em Portugal

Em comparação a outros países da Europa, a problemática dos sem-abrigo, em Portugal, foi tardiamente abordada, quer a nível teórico, quer a nível das políticas e respostas sociais (Gonçalves, 2016).

Em Portugal, a situação de sem-abrigo tem vindo a receber maior preocupação nos últimos anos, com um aumento notório da visibilidade desta problemática tantos nas grandes cidades como em regiões mais pequenas. Este aumento é resultado de vários fatores incluindo: crises económicas, desemprego, desigualdades sociais, falta de acesso a habitação acessível, bem como problemas de saúde mental e dependências. (Observador, 2024). Diante disto, as políticas sociais públicas assumem um papel crucial no combate desta problemática, procurando assegurar direitos básicos de forma a promover a inclusão social destes indivíduos (Baptista, 2018).

Em Portugal, a Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas Sem-Abrigo (ENIPSSA) tem sido a principal política pública no combate à situação de sem-abrigo. Implementada em 2009 e revisada em 2021, com a adoção da nova estratégia ENIPSSA 2021-2023 e mais recentemente prorrogada a de 2025-2030 (ENIPSSA, 2024).

As estratégias incluem ações integradas nas áreas da habitação, saúde, emprego, e acompanhamento social, promovendo uma abordagem baseada nos princípios de *Housing First* e em políticas públicas de inclusão social. Esta abordagem influenciou políticas públicas em vários países, incluindo a implementação deste modelo em Portugal no contexto das Estratégias Nacionais para a Integração das Pessoas Sem-Abrigo (Martins, 2018).

No contexto internacional, a abordagem *Housing First* tem sido reconhecida como eficaz, particularmente em países como a Finlândia, onde quase se erradicou a condição de sem-abrigo (Visão, 2019).

Segundo estudos realizados por Padgett et al. (2006) mostram que o *Housing First* prioriza a habitação como um direito básico, em comparação com abordagens tradicionais baseadas em "Treatment First", ou seja, tratamento em primeiro, em que frequentemente exige que as pessoas em situação de sem-abrigo ultrapassem barreiras como tratamento de dependências, antes de lhes ser dado o acesso a uma habitação permanente. Neste estudo de Padgett et al. (2006) compararam dois grupos, a

abordagem a um dos grupos foi realizada através de uma intervenção *Housing First,* em que os participantes recebiam habitação imediata, com suporte contínuo e voluntário para questões de saúde mental e integração social. A outra abordagem era baseada no modelo tradicional, em que os participantes, antes de terem acesso a uma habitação permanente, era necessário passarem por várias etapas, ou seja, abrigos temporários e reabilitação (Padgett et al., 2006)

Os resultados obtidos concluíram que os participantes do *Housing First* alcançaram elevadas taxas de estabilidade habitacional ao longo do tempo, em comparação com os do modelo tradicional. A nível da saúde mental e qualidade de vida, embora não tenham sido observadas melhorias dramáticas, a estabilidade habitacional contribuiu para um ambiente mais favorável à recuperação, acabando por muitos participantes do *Housing First* aderiram a serviços de saúde e programas de recuperação (Padgett et al., 2006) Este modelo mudou paradigmas ao enfatizar a habitação como um direito humano fundamental, ao invés de uma recompensa por progressos terapêuticos ou comportamentais (Padgett et al., 2006)

O *Housing First* é uma das abordagens promovidas no eixo de Intervenção, reconhecido como um modelo eficaz para lidar com a situação de sem-abrigo de longa duração (Martins, 2018).

A ENIPSSA reconhece o *Housing First* como um modelo prioritário para atingir a meta de erradicação da situação de sem-abrigo em Portugal até 2030, através de: (1) Expansão de Programas - Aumentar o número de projetos *Housing First,* especialmente nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto; (2) Coordenação Interinstitucional - Envolver as autarquias, organizações não governamentais (ONGs) e os serviços de saúde na implementação do modelo; (3) Monitorização e Financiamento - Investimentos públicos, combinados com fundos europeus, para sustentar e ampliar os programas (ENIPSSA, 2024)

Contudo, a ENIPSA enfrenta desafios significativos, entre eles estão a insuficiência de recursos financeiros, a fragmentação dos serviços e a falta de articulação entre as políticas de habitação, saúde e trabalho (ENIPSSA, 2023). Outro problema importante é a dificuldade de acesso das pessoas sem-abrigo aos serviços, na maior parte das vezes devido à complexidade burocrática ou ao estigma associado à sua condição (ENIPSSA, 2023).

Para superar essas limitações, é fundamental ampliar e consolidar os programas habitacionais, com especial atenção ao *Housing First*, ao mesmo tempo em que se promove uma integração mais efetiva entre diferentes áreas da política pública. Também é necessário investir na formação das equipas de intervenção, na redução do estigma social e no fortalecimento das redes de apoio. A monitorização contínua das políticas e a inclusão das pessoas sem-abrigo no processo decisório são passos essenciais para garantir maior eficácia e equidade nas ações implementadas (Neves, 2022).

As políticas sociais públicas voltadas para a população sem-abrigo, quando bem articuladas e baseadas em evidências, podem transformar vidas, restituindo dignidade, autonomia e oportunidades. Contudo, é preciso um compromisso contínuo, tanto das instituições como da sociedade, para assegurar que ninguém seja deixado para trás. O desafio não é apenas oferecer abrigo, mas garantir que cada pessoa tenha acesso pleno aos direitos fundamentais, incluindo a habitação, a saúde e a cidadania. (Martins, 2018).

2.2. A Intervenção social

Em Portugal, desde o início da década de 90, que as PSSA têm vindo a receber um grande apoio por parte das instituições. Foram desenvolvidos, ao longos dos anos projetos e apoios destinados para esta população (Bento & Barreto, 2002).

Atualmente, assistimos a um aumento considerável ou maior visibilidade de pessoas em situação de sem-abrigo nos grandes centros urbanos. É neste contexto que surgem as Equipas de Rua com o objetivo de prestar auxílio e melhorar as suas condições de vida. O trabalho desenvolvido por estas equipas é fundamental e contribui de forma positiva para a integração social das pessoas que dela beneficiam (Lino, 2019).

No contexto português, existe uma diversidade de instituições e organizações que assumem um papel fulcral no quotidiano das PSSA (Rosa & Guadalupe, 2011).

O apoio formal a estes indivíduos é fornecido pela Segurança Social e por diversas instituições particulares de solidariedade social e organizações não governamentais (ONG'S) que disponibilizam cuidados básicos a nível alimentar, saúde, habitação que atuam através de equipas de rua e o apoio de refeitórios e balneários sociais (Rosa &Guadalupe, 2011).

Segundo, Bento & Barreto (2002) a integração deste grupo de indivíduos baseia-se na procura de respostas que vão ao encontro das suas atuais necessidades. Desta forma,

Bento & Barreto definiram quatro fases no processo de intervenção junto deste público: (1) adesão ao apoio prestado pelas equipas de rua; (2) transição, ou seja, participação em ateliers ocupacionais, formação profissional e programas de reabilitação; (3) permanência em centros de acolhimentos, frequência de refeitórios e balneários sociais, de modo a satisfazer as necessidades básicas; e, por fim, (4) integração em empresas de inserção social, família, instituições e procura de emprego.

Segundo Snow & Anderson (1993) é essencial que a intervenção seja realizada em função de cada indivíduo, tendo em conta o período vivido na condição de sem-abrigo.

Na medida em que o tempo passa a acomodação e adaptação à rotina de rua torna-se cada vez maior dificultando a reintegração do indivíduo na sociedade.

Paugam (2006) apresenta identidades e experiências vividas ao longo deste processo de desqualificação do estatuto dos indivíduos que se encontram em situação de precariedade, assim como as relações sociais vividas numa comunidade socialmente desqualificada. Esta desqualificação tem várias causas, desde o estigma que é associado ao estilo de vida, até à falta de acesso a serviços básicos e à discriminação que sofrem. Se, por um lado, esta desqualificação social abrange situações de pobreza, por outro, está vinculada a processos de exclusão social.

Para além da falta de recursos institucionais de apoio a esta população, existem dificuldades relacionadas com o próprio indivíduo que se encontra na situação de sem-abrigo. A rua pode ser vista como uma opção de vida que remete para a acomodação à situação por parte dos indivíduos que nela se encontram (Martins, 2007).

A intervenção deve ter várias dimensões integradas, ou seja, deve existir uma intervenção urgente, que permite o acesso a um alojamento condigno, alimentação, vestuário e higiene. Uma intervenção estruturada, onde se criem oportunidades para um suporte social continuado, criação de laços sociais, cuidados de saúde, educação, proteção judicial e formação profissional. Por fim, deve haver uma intervenção pessoal, onde se atua no tratamento, na reabilitação e, o mais importante, na construção de um projeto de vida (ENIPSSA, 2021).

A intervenção e o acompanhamento das pessoas sem-abrigo devem contemplar, no plano de intervenção individual, programas de apoio habitacional, formação profissional, mas também acesso à saúde, assim como a programas de capacitação e desenvolvimento de competências pessoais. Segundo Rodrigues et al. (2017) as

estratégias utilizadas na intervenção social apresentam-se associadas a políticas sociais, tais como: apoio na situação habitacional e na procura de emprego, estas estratégias são essenciais para a vida destas pessoas. Porém raramente fazem apelo às competências pessoais dos indivíduos que quase sempre são ignoradas.

Baptista et al. (2006) consideram que a intervenção social é também um fator de redução de diversos transtornos psiquiátricos e psicológicos, tais como a depressão, transtornos ansiosos e esquizofrénicos, podendo estar associados ao desenvolvimento e tratamento deste tipo de patologias mentais. Ainda refere que, quanto menor for o apoio social, maior será a incidência de transtornos, ou seja, se o apoio social falhar, consequentemente revela-se um fator de risco neste tipo de doença.

As estratégias de intervenção utilizadas são decididas pelos profissionais assumindo um cariz prescritivo de comportamentos e atitudes. Raramente estas estratégias são negociadas com estes indivíduos e, muitas vezes, são implementadas sem qualquer explicação do seu real propósito (Rodrigues et al., 2017).

Segundo, Ranquet (1997) citado por Tavares (2010) este tipo de intervenção não se deve centrar apenas na pessoa em si, mas em todo o contexto social que a rodeia. De acordo com a autora, esta intervenção a **nível pessoal** deve: (1) capacitar o indivíduo assegurar a sua sobrevivência; (2) desenvolva comportamentos que lhe permitam estabelecer relações próximas com os outros e com o meio onde está "inserido"; (3) desenvolva comportamentos que conduzam ao crescimento e à realização pessoal; (4) desenvolva padrões comportamentais que os conduza a fazer face a obstáculos que lhe possam surgir. A **nível social**, os objetivos atingir são: (1) facilitar o acesso às redes informais como família e amigos, caso seja possível; (2) favorecer recursos a estruturas formais a fim de providenciar a resposta a necessidades materiais; (3) favorecer a emergência de novos papéis sociais que respondam a novas expetativas; (4) contribuir para a mudança a nível legal de políticas sociais, costumes e regras de funcionamento (Tavares, 2010).

Segundo Bento & Barreto, (2002) uma grande parte dos serviços são idealizados para pessoas com alguma autonomia, que sabem minimamente aquilo que querem, que precisam e que até acabam por se dirigir aos próprios serviços solicitando um apoio pontual.

Porém estas intervenções são dirigidas sobretudo à satisfação das necessidades básicas e acabam por não contemplar medidas estruturais de reintegração social destes indivíduos, fazendo com que, consequentemente, estes criem dependência desses serviços e perpetuem a sua vida nas ruas (Quintas, 2010).

Soulet (2007) divide a intervenção social em dois tipos: (1) trabalho social generativo que promove as potencialidades dos indivíduos; (2) trabalho social paliativo, que visa contrariar as fragilidades dos indivíduos. O trabalho social generativo está focado na transformação social a longo prazo, criando mudanças estruturais e sistémicas que visam eliminar as causas profundas dos problemas sociais. Procura capacitar o indivíduo promovendo a autonomia e desenvolvimento sustentável.

Já o trabalho paliativo, foca-se no individuo que precisa de auxílio, através de medidas ativas e apoiadas pelo trabalho social. Neste tipo de intervenção, o apoio visa contribuir para a satisfação das necessidades básicas do individuo e para que este possa ultrapassar momentos de crise.

Focalizado no objetivo de contrariar a desfiliação e exclusão social, o trabalho social prolonga as políticas de redução de riscos e evita a gravidade das situações de vulnerabilidade (Soulet, 2007).

Soulet (2007) destaca o combate pela justiça social e direitos humanos, essencial para quem vive em situação de sem-abrigo, pois, na maior parte das vezes, precisam de combater para serem vistos e ouvidos procurando um lugar melhor na sociedade que na maior parte das vezes os ignora ou rejeita.

"Quando se multiplicam e se sobrepõem as medidas de intervenção e quando a esperança de saída da dependência do social diminui, não se trata tanto de libertar o indivíduo dos seus laços primários, mas sim de assegurar as suas capacidades de ligação com os outros". - Marc-Henry Soulet

Uma das principais causas para a situação de sem-abrigo é a carência económica. De forma a atenuar este fator de vulnerabilidade, o Estado português garante o apoio financeiro através de prestações sociais/apoios económicos (Cancela et al., 2023).

Em Portugal, a medida de política social criada para apoiar famílias e pessoas em situação de sem-abrigo que enfrentam uma situação de pobreza extrema é o Rendimento Social de Inserção (RSI) (Cancela et al., 2023).

A Lei nº 13/2003 de 21 de maio estabelece medidas de política social ativa, onde os beneficiários devem cumprir um contrato de inserção que define direitos e deveres, com o objetivo de promover sua integração social e profissional. Contudo, considera-se que o valor do Rendimento Social de Inserção (RSI) é insuficiente para que a PSSA consiga assegurar as suas necessidades básicas, especialmente no que se refere à habitação. Em algumas situações, observa-se o recurso por parte dos beneficiários, a outras formas de obtenção de renda, como mendicidade, aparcamento de veículos na via pública e prática de trabalho sexual (Cancela et al., 2023).

Essa prestação social, entretanto, desempenha um papel crucial na intervenção social, pois inclui a formalização de medidas de acompanhamento com o beneficiário. Apesar de insuficiente para garantir uma vida digna, o RSI desempenha um papel crucial na intervenção social, pois compreende a formalização de medidas de acompanhamento do beneficiário. O objetivo é promover, de forma gradual, sua inclusão social, profissional e comunitária (Cancela et al., 2023).

Assim sendo, trata-se de uma medida que auxilia no combate à pobreza, assente numa componente pecuniária e de inserção social (Baptista & Cabrita, 2009 citado por (Cancela et al., 2023).

Dessa forma, a ENIPSSA 2017-2023 teve um papel fundamental na promoção de uma intervenção mais eficaz e centrada nas necessidades individuais, proporcionando uma abordagem integrada para a superação da pobreza e da exclusão social. No entanto, com o término da vigência dessa estratégia, surge a necessidade de renovação, não apenas como resposta ao desafio contínuo da inclusão, mas também como uma reafirmação do compromisso do país com os direitos humanos, alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e ao Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

A implementação desta estratégia foi baseada num modelo de intervenção e acompanhamento, que incluía uma abordagem multidimensional, baseado no diagnóstico como no acompanhamento dos casos (Cancela et al., 2023).

Reconhecendo que a problemática dos sem-abrigo é complexa e multifacetada, a ENIPSSA 2025-2030 propõe uma abordagem ainda mais abrangente e integrada. A estratégia destaca um reforço nas medidas preventivas, procurando intervir antes que a situação de sem-abrigo se concretize. Desta forma, dá-se prioridade a políticas que previnem a exclusão social e garantam a continuidade do apoio a quem mais necessita.

Esta abordagem representa um novo avanço significativo em relação às ações anteriores, apontando para a necessidade de adaptar as redes de apoio territorial, que se estendem para além do abrigo, incluindo serviços comunitários essenciais e uma resposta personalizada a grupos vulneráveis específicos (Pessoas 2030, 2024).

A Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo - ENIPSSA 2025-2030 demonstra o compromisso de Portugal com uma sociedade mais justa e inclusiva. Além disso, a resolução enfatiza a importância de uma abordagem individualizada, respeitando a dignidade e a privacidade de cada pessoa, garantindo que as soluções de habitação oferecidas sejam não apenas temporárias, mas uma solução permanente e adequada ao projeto de vida de cada indivíduo. A ENIPSSA constitui o principal quadro de ação governamental. Contudo, a problemática é multifacetada e exige respostas integradas em várias dimensões: habitação, saúde, trabalho e apoio social (ENIPSSA 2024).

Como já mencionado, na nova estratégia o conceito de sem-abrigo surge com uma denominação mais alargada, isto é, não só as pessoas sem teto e sem casa se encontram em situação de sem-abrigo, como todas as outras que se encontrem em risco de vivenciar uma dessas situações. Deve-se *"garantir uma intervenção especializada junto de públicos especialmente vulneráveis como a população idosa, em situação de dependência, com deficiência, pessoas com necessidades de cuidados de saúde mental, pessoas com consumos e dependência do álcool ou substâncias ilícitas, pessoas LGBTI+, população cigana, população migrante, entre outros"* (Público, 2023).

Esta estratégia está organizada em torno de quatro eixos estratégicos principais: (1) Promoção do conhecimento e sensibilização sobre o fenómeno, com foco em educação e informação; (2) Prevenção e intervenção precoce, por meio de um sistema integrado de alerta; (3) Inclusão social, reforçando intervenções que promovam a reintegração das pessoas sem-abrigo; (4) Monitorização e avaliação, com um modelo de governação participativo e eficaz.

A ENIPSSA (2024) destaca a centralidade da pessoa e a necessidade de respostas personalizadas, considerando o contexto de vida de cada indivíduo. Além disso, está alinhada com a Agenda 2030, contribuindo para 10 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e com o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, especialmente no que diz respeito ao direito à habitação e assistência social.

A aprovação da nova estratégia era urgente, dada a necessidade de reforçar *"as políticas públicas na prevenção e combate ao fenómeno das pessoas que se encontram em situação de risco ou que vivenciam a condição de sem-abrigo"*. O governo declarou na resolução do Conselho de Ministros nº61/2024, o direito das pessoas sem-abrigo à habitação social, não tivesse sido Portugal um dos países pioneiros na clarificação do direito à habitação como uma medida integrada na constituição portuguesa de 1976 (Público, 2023).

A criação desta nova estratégias teve em conta as recomendações resultantes da avaliação realizada à estratégia anterior (2017-2023). No contexto político e social português ao longo dos anos são definidas estratégias que promovem a inclusão da pessoas em situação de sem-abrigo, com o intuito de propor oportunidades de inclusão de forma a combater a exclusão social (ISS, 2015 citado por Caridade, 2017).

2.3. Intervenção social à pessoa em situação de sem-abrigo na zona de Aveiro

Em 2012, foi constituído o Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo de Aveiro (NIPISAA), Este núcleo surgiu através de uma parceria interinstitucional, composta por várias entidades privadas, com intervenção direta ou indireta juntas das PSSA.

Cada núcleo deve ser formado por um representante da Câmara Municipal e das entidades ou organismos do setor público, nomeadamente, os tutelados pelos membros do Governo nas áreas do emprego, Segurança Social, Educação, Saúde, Justiça, Administração Interna, Obras Públicas e Ambiente, Cidadania e Igualdade; e por todas as entidades com intervenção na área que pretendam estabelecer um trabalho articulado e integrado, e às quais seja reconhecida competência para tal, por todos os outros parceiros. Preferencialmente, deve ser coordenado pela Câmara Municipal (ENIPPSA, 2017). Contudo, no caso do Núcleo de Aveiro, é coordenado pela entidade IPSS Florinhas do Vouga.

A atividade do NPISAA é gerida pelo Grupo Operativo (GO) cuja composição é decidida em reunião do Grupo Alargado (GA). O GO é constituído por elementos técnicos das seguintes entidades parceiras: (1) Câmara Municipal de Aveiro; (2) Cáritas Diocesana de Aveiro; (3) Centro Distrital de Aveiro do Instituto da Segurança Social; (4)

Administração Regional de Saúde do Centro (5) Centro de Respostas Integradas de Aveiro; (6) IPSS Florinhas do Vouga; (7) Centro Alcoólicos Recuperados Distrito Aveiro e Fundação CESDA. O GA é constituído pelas restantes entidades parceiras (NPISA Aveiro, 2023). O NPISAA tem por base os princípios do trabalho em rede, nomeadamente, participação, articulação, subsidiariedade, inovação, integração e igualdade de género.

O âmbito territorial do NPISAA corresponde ao concelho de Aveiro (NPISA Aveiro, 2023).

O funcionamento do NPISAA, de acordo com o previsto em sede da Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2017 tem como objetivos: (1) Contribuir para a prevenção das situações de sem-abrigo, para a melhoria das respostas existentes e para a definição de novas respostas; (2) Intervir junto de pessoas em situação de sem-abrigo e acompanhar o processo de inclusão, e por fim, (2) adotar conceitos e metodologias preconizadas na ENIPSSA 2017-2023 e atualmente, com a recente estratégia aprovada em sede da Resolução do Conselho de Ministros nº 61/2024 ENIPSSA 2025-2030, para a intervenção no âmbito da problemática das pessoas em situação de sem-abrigo, assegurando os mecanismos que permitam dar continuidade e sustentabilidade aos resultados e impactos, em articulação com o Conselho Local de Ação Social de Aveiro (CLASA) (NPISA Aveiro, 2023).

Tem como competências: (1) Definir, propor e desenvolver todas as atividades que venham a ser consideradas como essenciais para a criação de condições necessárias à implementação da ENIPSSA 2017-2023 em Aveiro; (2) Articular permanentemente com o Núcleo Executivo (NE) do Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia (GIMAE); por fim, assegura funções dos diferentes níveis de intervenção (NPISA Aveiro, 2023), ou seja:

- Nível do Planeamento;
- Nível da Intervenção;
- Nível da Monitorização;

Na zona de Aveiro, a Intervenção Social à PSSA é abrangente e adaptada às necessidades locais, incluindo uma série de abordagens e estratégias voltadas para a reintegração e apoio das pessoas vulneráveis.

Atualmente, existem várias repostas sociais dirigidas às pessoas em situação de sem-abrigo no Concelho: 2 centros de alojamento temporário, 2 equipas técnicas de rua, refeitório social, balneário, lavandaria e rouparia.

Segundo o Relatório de Atividades de (2023), foram realizadas diversas atividades que dão resposta aos objetivos e competências definidos anteriormente pelo NPISSA.

Dirigidas à comunidade local, realizaram-se campanhas de angariação de bens e campanhas de sensibilização e educação comunitária de modo a colmatar o estigma associado à situação de sem-abrigo e promover a solidariedade junto da comunidade estudantil.

Dirigidas à população em situação de sem-abrigo, as atividades passam por disponibilizar soluções de capacitação, educação, formação profissional e inserção profissional.

Através de um diagnóstico local, foram identificadas as áreas com maior concentração das PSSA e identificadas as suas necessidades específicas. Foi definido o acompanhamento/trabalho de rua, foram criados programas de trabalho de rua, de modo a estabelecer um contacto, criar laços de confiança e identificar as necessidades imediatas e a longo prazo das PSSA (NPISA Aveiro, 2023).

No concerne à reinserção no mercado de trabalho, foram realizados vários encaminhamentos e integração de indivíduos em situação de sem-abrigo em programas de medidas ativas de emprego e formação no IEFP, de forma a aumentar as oportunidades de emprego e promover a autonomia. Contudo, é necessário ajustar cada atividade à realidade do contexto de vida de cada pessoa, pois, devido o longo tempo de permanência na rua, sem rotinas ligadas à atividade profissional, impede que assumam o sentido de responsabilidade profissional (NPISA Aveiro, 2023).

Em relação à promoção do espaço ocupacional, no âmbito do Projeto *"Novo Sentido"*, promovido pela Cáritas Diocesana de Aveiro, foram realizados ateliers ocupacionais regulares, adaptados às especificidades multidimensionais de cada participante. Neste sentido foram desenvolvidos ateliers psico-educativos de gestão de emoções, de promoção da saúde física e mental, ateliers de artes, estimulação cognitiva, um clube de leitura e de escrita, ateliers de línguas (francês e inglês), ateliers de competências de atividades da vida diária e atelier de música. Também a Equipa de Intervenção Direta da IPSS Florinhas do Vouga disponibiliza um Espaço Aberto, onde

organiza atividades lúdicas, plásticas, culturais, ocupacionais e pré-profissionais (NPISA Aveiro, 2023).

O projeto "Ceia com Calor" existe há quinze anos e é uma iniciativa não financiada que tem por objetivo diminuir as carências alimentares, distribuindo um reforço alimentar às pessoas que se encontram em situação de Sem-Abrigo na cidade. Esta ação é desenvolvida de um modo informal, facilita a comunicação, ajuda a estabelecer relação com as pessoas em situação de sem-abrigo que acabam por se reaproximar dos serviços (NPISA Aveiro, 2023).

A intervenção junto das PSSA de Aveiro compreende ainda o acesso aos cuidados de saúde, procurando que estas pessoas estejam inseridas numa unidade de saúde local e que lhes seja atribuído um médico de família (NPISA Aveiro, 2023).

A habitação deve ser garantida antes de qualquer outro tipo de intervenção junto deste público-alvo. O NPISA (2023) tem tentado obter financiamento para a implementação de programas de habitação assistida, nomeadamente ***Housing First*** e Apartamentos Partilhados. No entanto, o investimento político e financeiro desejado ainda não foi conseguido, apesar da Autarquia disponibilizar dois apartamentos para o efeito.

No entanto, este número é insuficiente para responder à totalidade das necessidades identificadas na região, evidenciando a importância de maior mobilização de recursos e apoio de diferentes atores, incluindo o governo central e organizações da sociedade civil.

Capítulo III – Objetivos e procedimentos metodológicos

Assim como em toda a Ciência, no campo das Ciências Sociais e Humanas, a precisão dos processos, e a validade e fiabilidade dos resultados de investigação dependem do investigador e da maneira como interpreta a teoria que orienta o estudo, dos pressupostos ontológicos e epistemológicos que fundamentam a pesquisa, bem como os métodos usados para recolher e analisar os dados (Coutinho, 2018).

A presente investigação foi realizada na cidade de Aveiro, mais precisamente junto da população em situação de sem-abrigo e dos técnicos das Equipas de Rua e Gestão de Casos que intervêm e prestam apoio diariamente a esta população.

Ser e Estar em situação de sem-abrigo constitui um período de crise pessoal profunda, visando-se neste trabalho compreender as perceções e a maneira como estes indivíduos lidam com os obstáculos que a sociedade e a vida lhes proporcionam e como avaliam a intervenção social de que são alvo. Pretende-se complementar a perceção das PSSA com a dos técnicos que procuram auxiliá-los no processo de reintegração social.

Para além de clarificar o objetivo do estudo, explicitam-se neste capítulo os procedimentos metodológicos, as caraterísticas da amostra e as considerações éticas do estudo.

3.1. Objetivos do estudo

Quando se inicia uma investigação é essencial, antes de tudo, identificar um problema e formular uma questão de investigação para a qual pretendemos obter uma resposta concreta. Partindo do enquadramento teórico desenvolvido no primeiro capítulo percebemos que a intervenção social é um importante instrumento para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e equitativa, ao promover a inclusão das pessoas em situação de sem-abrigo na sociedade. Ao estudar as determinantes das perceções sociais dos diversos atores sociais sobre a intervenção social pretende-se contribuir para o conhecimento científico, evidenciando as necessidades desta população e as melhores práticas do trabalho social. Visa-se, também, contribuir para o desenvolvimento de programas de intervenção e políticas públicas mais eficazes, alicerçados no conhecimento aprofundado da realidade.

Esta pesquisa norteia-se pela seguinte questão de investigação:

Quais as perceções sociais dos diversos atores sociais sobre a intervenção social junto das pessoas em situação de sem-abrigo, no concelho de Aveiro?

Esta questão de investigação traduz o objetivo geral da investigação que, por sua vez se decompõe em objetivos específicos que direcionam e organizam o trabalho de pesquisa, determinam o que se espera alcançar e guiam todas as etapas do estudo (Marconi & Lakatos, 2003).

O objetivo deste estudo, é o de compreender as perceções sociais dos diversos atores sociais sobre a intervenção social junto da população em situação de sem-abrigo, do concelho de Aveiro.

Desdobra-se nos seguintes objetivos específicos:

• Compreender as trajetórias de vida das pessoas em situação de sem abrigo (o que implica descrever e explicar essas trajetórias e os obstáculos que enfrentaram/enfrentam);

• Caracterizar os programas e as formas de intervenção junto da população sem-abrigo;

• Descrever as perceções das pessoas em situação de sem abrigo sobre os apoios que lhes são prestados, ou seja, as práticas de intervenção de que são-alvo;

• Identificar as perceções que as equipas de rua têm dos programas de intervenção e da sua eficácia;

• Identificar as dificuldades com que se debatem as equipas de rua nos apoios que prestam à população sem abrigo.

Com esta investigação, pretende-se dar voz às pessoas em situação de sem-abrigo e às equipas de rua que intervêm diretamente e diariamente junto desta população, pretendendo entender melhor esta problemática de forma a ajudar a desenvolver novas abordagens e contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes.

3.2. Procedimentos metodológicos

Tendo em conta os objetivos desta pesquisa, optou-se por uma metodologia qualitativa, uma vez que se visa compreender as perceções dos atores sociais acerca da intervenção social junto das PSSA, a partir das suas experiências e referências, o que torna cada pesquisa única (Machado, 2008, p.53). A opção por uma abordagem qualitativa justifica-se por se pretender compreender as experiências subjetivas e os significados que os indivíduos atribuem a essas experiências (Silva, 2014).

A metodologia qualitativa preocupa-se com fatos da sociedade centrados na interpretação e explicação da dinâmica das relações sociais.

Segundo Minayo (2010) citado por Sousa & Santos (2020), a pesquisa qualitativa assegura a construção e/ou revisão de novas abordagens, conceitos e categorias referentes ao fenômeno estudado (Sousa & Santos, 2020).

Para Bogdan e Biklen (1994) citado por Sousa & Santos (2020), a pesquisa qualitativa está centrada na perspetiva dos participantes, cuja análise de dados ocorre

de modo indutivo o seu eixo está voltado para o individuo e para as suas relações e interações, por outro lado o investigador estabelece um contacto direto com o meio onde está a desenvolver a sua pesquisa.

Em suma, a realização desta investigação permite produzir este tipo de conhecimento, contribuindo para os debates em curso sobre as determinantes das perceções sociais dos diversos atores sociais sobre a intervenção social, que é realizada com a população em situação de sem-abrigo na cidade de Aveiro, o que implica o conhecimento da trajetória de vida destes indivíduos, as adversidades pelas quais passaram e/ou continuam a passar, motivando o debate de estratégias para uma maior reinserção na sociedade.

Sublinhe-se ainda que a investigadora realiza trabalho de voluntariado no âmbito do projeto "Ceia com Calor" da IPSS Florinhas do Vouga, prestando apoio a pessoas que se encontram a viver na rua em situações de pobreza, exclusão social e vulnerabilidade social na cidade de Aveiro. O envolvimento da investigadora neste trabalho de voluntariado facilitou o estabelecimento de uma relação de confiança com os entrevistados e o conhecimento aprofundado da realidade, na medida em que permitiu um longo trabalho de observação participante. A participação neste projeto foi e continua a ser extremamente gratificante e útil para a perceção da realidade vivida pelas PSSA.

3.2.1 População e amostra

O presente estudo tem por população-alvo as pessoas em situação de sem-abrigo da cidade de Aveiro e os técnicos das equipas de rua que intervêm junto desta população e que desempenham funções na Cáritas Diocesana de Aveiro e na IPSS-Florinhas do Vouga.

As amostras relativas às pessoas em situação de sem-abrigo e aos técnicos que as apoiam não são probabilísticas, ao invés, são amostras intencionais e de conveniência. A sua definição contou com o apoio do NPISAA, mais precisamente, com as duas equipas de técnicas da equipa de rua da IPSS Florinhas do Vouga, e com as Técnicas Gestoras de Casos da Cáritas.

A seleção das PSSA obedeceu a critérios como o despiste a eventuais alterações e problemas cognitivos (através do teste MEEM) e frequência no projeto "Ceia com Calor".

Participaram neste estudo 19 pessoas em situação de sem-abrigo, que vivem e dormem na rua e, na maior parte das vezes, recorrem a "abrigos" em casas devolutas há pelo menos meio ano, nacionalidade portuguesa, países de leste, PALOP e são maiores de idade. Na sua maioria, esta população é composta por indivíduos do sexo masculino, com idade ativa, em situação de vulnerabilidade social, sem qualquer retaguarda familiar, em situação económica precária, todos eles desempregados, alguns com problemas aditivos associados à doença mental. Uma grande parte são beneficiários da medida RSI e PSI e outros não têm qualquer tipo de rendimento.

Das 19 pessoas em situação de sem-abrigo que participaram no estudo, 5 indivíduos, responderam às questões do guião, partilharam e expressaram a opinião deles perante os serviços e apoios que recebem, mas não autorizaram que a entrevista fosse gravada. Autorizaram, no entanto, que a investigadora tirasse algumas notas para uso no estudo. Assim, foram realizadas 14 entrevistas, 2 a indivíduos do sexo feminino e 12 a indivíduos do sexo masculino.

As idades destes entrevistados variam entre os 24 e os 65 anos. Em termos de escolaridade, varia entre o 1º ciclo do ensino básico e o ensino secundário.

Tabela 1: Caraterização da Amostra – Pessoas em Situação de Sem-Abrigo

PSSA	Idade	Sexo	Nacionalidade	Escolaridade	Tipo de condição
Gaspar	51	M	Portuguesa	1º Ciclo	Pernoita Casa abandonada
Luís	49	M	PALOP	Ensino Secundário	Dorme na rua
Manuel	53	M	Portuguesa	1º Ciclo	Dorme na rua
Catarina	24	F	Portuguesa	Ensino Secundário	Dorme na rua
André	41	M	Portuguesa	3º Ciclo	Dorme na rua
Pedro	42	M	Portuguesa	2º Ciclo	Dorme na rua
Gonçalo	36	M	Portuguesa	3º Ciclo	Dorme na rua
Margarida	45	F	Portuguesa	3º Ciclo	Dorme na rua
Emanuel	39	M	Portuguesa	3º Ciclo	Dorme na rua
Júlio	65	M	Portuguesa	1º Ciclo	Dorme na rua
Marco	38	M	Portuguesa	3º Ciclo	Pernoita Casa abandonada
Noah	28	M	Países de Leste	Ensino Secundário	Dorme na rua
Jorge	50	M	Portuguesa	2º Ciclo	Pernoita Casa abandonada
Aníbal	49	M	PALOP	2º Ciclo	Dorme na rua
António	47	M	Portuguesa	3º Ciclo	Dorme na rua
Carlos	45	M	Portuguesa	2º Ciclo	Dorme na rua
Leonardo	38	M	Portuguesa	3º Ciclo	Dorme na rua
Márcio	53	M	Portuguesa	1º Ciclo	Já viveu na Rua
José	40	M	Portuguesa	3º Ciclo	Dorme na rua

Indivíduos que não autorizaram a gravação da entrevista

Fonte: Elaboração própria.

Em relação aos técnicos das equipas de rua que realizam a sua intervenção através de equipas multidisciplinares, foram realizadas entrevistas a profissionais de diferentes áreas: Educadores Sociais (2), Assistentes Sociais (4) e Psicólogas (2). Foram realizadas um total de 8 entrevistas a profissionais que atuam diariamente com esta população e que integram três equipas. A **Equipa de Intervenção Direta** atua a nível da motivação para o tratamento, no sentido de os acompanhar durante o processo de

tratamento, quer nas unidades de saúde, quer ao nível da psicologia e reinserção socioprofissional.

A segunda equipa, denominada de **"Projeto Giros"** atua na ótica da saúde pública, trabalha na redução de riscos, faz a entrega da metadona, troca de seringas, distribui material para práticas sexuais protegidas, rastreios de Hepatite, Sífilis, HIV, entre outras… Presta apoio através de um balneário social de forma que as pessoas consigam tomar banho e fazer a sua higiene, distribuiu roupas e dá acesso a uma lavandaria onde as pessoas com alguma precariedade financeira podem deixar a roupa a lavar. Esta equipa tem a particularidade de não trabalhar diretamente com a população sem-abrigo, trabalha com pessoas com comportamentos aditivos, contudo, uma grande parte deles encontra-se em situação de sem-abrigo. Por fim, a terceira equipa a prestar apoio é a equipa de **Gestão de Casos**, gere o processo do indivíduo no sentido de delinear um projeto de vida de forma a perceber quem se encontra nesta situação o que pretende fazer da sua vida sempre de acordo com a sua própria vontade.

Tabela 2: Caraterização da Amostra – Equipas de Rua

Profissão
Assistente Social - A
Educadora Social - B
Psicóloga - C
Assistente Social - D
Psicóloga - E
Assistente Social - F
Assistente Social - G
Educadora Social - H

Fonte*:* Elaboração própria.

3.2.2 Técnicas de recolha e tratamento de informação

Como referido, a recolha e análise dos dados foram desenvolvidas a partir de técnicas de natureza qualitativa. A recolha de informação incidiu sobre dados documentais e recorreu à observação participante e à entrevista semiestruturada.

Numa 1ª fase, foram explorados os dados resultantes de avaliações realizadas por parte de instituições que prestam apoio a este público em situação de extrema vulnerabilidade.

Numa 2ª fase, recorreu-se à observação participante e às entrevistas semi-estruturadas de modo a explorar a perceção e experiências que cada PSSA tem da sua própria condição, das suas necessidades, hábitos e costumes, problemas, capacidades e motivações.

As questões da entrevista foram previamente preparadas e estruturadas com a flexibilidade de explorar tópicos emergentes durante a entrevista, ou seja, questões não estruturadas. As formulações das questões foram analisadas e adaptadas aos diferentes públicos-alvo, de forma a tornar mais simples a sua compreensão, no caso da PSSA, substituiu-se alguns termos mais técnicos por palavras mais acessíveis.

O roteiro de perguntas foi seguido, porém, sempre que oportuno, eram feitas perguntas adicionais ou pedidos de esclarecimento com base nas respostas do entrevistado. Com esta abordagem, foi possível explorar aspetos do tema em questão, possibilitando uma compreensão mais aprofundada da perspetiva do entrevistado.

As questões do guião das PSSA encontram-se agrupados em seis temas:

- Trajetórias de vida e situação atual;
- Apoios económicos e intervenção social;
- Perceções e avaliação das Equipas de Rua;
- Acesso a serviços de saúde e cidadania;
- Propostas de alojamento/habitação;
- Satisfação com os serviços e apoios prestados.

Já as questões do guião dos Técnicos das Equipas de Rua e Gestão de Casos encontram-se agrupado em quatro temas:

- Caraterísticas da população em situação de sem-abrigo: causas e consequências;
- Características da Intervenção;
- Avaliação da intervenção e possíveis melhorias;
- Políticas Públicas.

Num primeiro contacto com as PSSA, foram explicados os objetivos da pesquisa e solicitado o preenchimento do consentimento informado para a recolha, tratamento e análise da informação. Seguidamente, aplicou-se a escala Mini-Mental (MEEM), de modo a despistar eventuais problemas cognitivos.

Para além da aplicação à população sem-abrigo, a entrevista semiestruturada foi igualmente usada junto dos técnicos das equipas de rua e técnicos gestores de casos que diariamente interagem com esta população.

Relativamente às entrevistas realizadas às PSSA e aos técnicos procedeu-se a uma análise por temática, organizando os dados recolhidos em "tema central", "subtema" e "análise de resultados", obtendo uma representação significativa das principais opiniões das pessoas em situação de sem-abrigo perante as respostas e apoios que lhes são oferecidas pelos técnicos.

3.2.3. Considerações éticas

De acordo com Cortella & La Taille (2005) citado por Rios (2020) a ética refere-se aos princípios, valores e normas que orientam o comportamento humano, que guiam as escolhas e comportamentos, considerando as implicações das ações para os próprios autores e para os outros. Surgem frequentemente em situações onde há um conflito entre o que é "certo" e "errado". Deparamo-nos com situações em que devemos fazer algo, mas não queremos, em que queremos fazer algo, mas não podemos, ou podemos fazer algo, mas não devemos. Esses conflitos geram dilemas éticos que frequentemente geram desconfortos e dúvidas, tanto na vida pessoal como profissional.

Para o desenvolvimento do estudo de investigação, as questões éticas são fundamentais para garantir o respeito, a integridade e a proteção dos envolvidos, além de assegurar a confidencialidade dos resultados (Duque & Calheiros, 2017).

Devem ter em conta aspetos fundamentais, como a obtenção do consentimento informado, a confidencialidade e anonimato e as consequências da participação na investigação.

Este projeto de pesquisa, foi submetido a aprovação da Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Minho, tendo obtido desta Comissão parecer favorável. Na posse deste parecer, foi realizado um primeiro contato com a coordenadora do NPISA e coordenadora da Equipa de Rua da IPSS Florinhas do Vouga, instituição sediada em Aveiro. Este primeiro contato serviu para dar a conhecer o estudo a desenvolver e os objetivos e metas a alcançar.

Obtida a colaboração da IPSS Florinhas do Vouga, procedeu-se à escolha do local para a realização das entrevistas à PSSA. De forma a não alterar as rotinas e contextos diários desta população, optou-se por realizar as entrevistas durante a prática de voluntariado da investigadora no projeto "Ceia com Calor", com devida autorização da coordenadora do projeto.

No que diz respeito às entrevistas realizadas às três técnicas da Equipa de Intervenção Direta, às duas técnicas do "Projeto Giros" e às três técnicas Gestoras de Casos da Cáritas Diocesana de Aveiro, optou-se por realizar em contexto laboral num dia conveniente para ambos, num ambiente tranquilo e sem perturbações.

Antes de iniciar as entrevistas, a confidencialidade da informação foi assegurada, nomeadamente, através do sigilo profissional da investigadora e da aplicação do termo de consentimento informado, livre e esclarecido adaptado a cada público-alvo, expresso de forma oral e escrita, às pessoas em situação de sem-abrigo e aos técnicos das equipas de rua, a entrevistar. Os entrevistados foram informados de que os registos teriam apenas finalidades investigativas e de que têm o direito de (1) interromper a sua participação no estudo, a qualquer momento; (2) retirar o consentimento para o tratamento dos seus dados pessoais; (3) solicitar informações sobre o tratamento dos dados e registos armazenados; (4) aceder e retificar os seus dados pessoais; (5) solicitar a portabilidade dos dados fornecidos enquanto não sejam tornados anónimos e (6) conhecer a forma pela qual podem contactar o responsável pelo tratamento dos dados para exercer os referidos direitos.

Os participantes foram ainda informados de que a sua privacidade estava protegida através da sua anonimização. Os entrevistados foram ainda alertados para o

facto de poderem responder apenas às questões em que se sentissem à vontade. Várias pessoas em situação de sem-abrigo questionaram acerca das possíveis consequências de participação neste estudo e apresentaram algum receio de poderem de certa forma ser avaliadas nas respostas que dariam e posteriormente de alguma forma serem alvos de represálias. Foi esclarecido que a participação ou não no estudo não resultaria em qualquer tipo de avaliação ou consequência negativa para os participantes. Além disso, todos os nomes mencionados no estudo são fictícios. Foi pedido que respondessem de forma sincera ao estudo, pois a longo prazo algumas das suas respostas poderiam ajudar a desenvolver novas abordagens e contribuir para desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes.

Foi ainda sublinhado que não seria utilizada informação dos participantes que os pudesse ligar aos dados do estudo, garantindo-se o anonimato dos dados tornados públicos. A relação entre a responsável pela investigação e os participantes teve por único objetivo a investigação científica.

Foi também assegurado que as informações individuais, resultantes da observação participante e das entrevistas, não seriam facultadas a nenhuma das entidades que aceitou facilitar o contacto da investigadora com as pessoas em situação de sem-abrigo e os técnicos das Equipas de Rua e Gestão de Casos. Os registos escritos que resultaram da investigação foram guardados digitalmente, em pastas privadas de um computador protegido por palavra-passe. Todos os acessos a estas informações são considerados como não autorizados. Os registos de áudio seguiram os mesmos procedimentos, sendo armazenados num gravador reservado para esse efeito.

Após a transcrição das entrevistas, as gravações áudio foram eliminadas.

3.2.4 Tratamento e análise de dados

O processo de análise de dados iniciou-se com a transcrição integral das entrevistas realizadas aos participantes e posteriormente leitura e tratamento das mesmas. Posteriormente, procedeu-se à análise através da técnica de análise de conteúdo temática. É compreendida como uma abordagem qualitativa usada para interpretar dados, como é o caso das entrevistas realizadas neste estudo, identificando e organizando informações em torno de temas ou tópicos. (Bardin, 2016). Este tipo de

análise permite explorar as experiências, perceções e sentimentos das pessoas em situação de sem-abrigo.

Do processo de Análise Temática em relação às entrevistas com a população em situação de sem-abrigo foi possível identificar seis temas centrais: (1) trajetórias de vida e situação atual; (2) apoio económico e intervenção social; (3) perceções e intervenção das equipas de rua; (4) acesso a serviços de saúde e cidadania; (5) habitação; (6) satisfação com os serviços e apoios prestados. Em relação às entrevistas com os técnicos das Equipas de Rua e Gestão de Casos foi possível identificar quatro temas centrais: (1) características da população sem-abrigo: causas e consequências do problema; (2) características da intervenção; (3) avaliação da intervenção e formas de a melhorar; (4) políticas públicas.

Para um melhor entendimento da análise de conteúdo temática realizadas foram criadas duas tabelas, uma por cada público-alvo, de modo a organizar as informações qualitativas de forma sistemática, identificando aspetos centrais a interpretar nos relatos dos participantes.

Tabela 3:Estrutura da análise de conteúdo temática dos discursos das PSSA

Tema Central	Subtema	Análises e Interpretações
Trajetórias de Vida e Situação atual	Fatores que levaram à situação de sem-abrigo; Duração da situação de sem-abrigo;	Compreender os fatores que antecederam a condição de sem-abrigo, destacando eventos recorrentes e traumas; identificar se há padrões nas trajetórias que revelam situações de vulnerabilidade comum.
Apoios Económicos e Intervenção Social	Tipos de apoios econômicos recebidos; Impacto dos apoios no cotidiano;	Avaliar a frequência dos apoios recebidos, analisando o impacto e as perceções sobre a eficácia desses auxílios para o bem-estar.
Perceções e Avaliação das Equipas de Rua	Interação com os técnicos; Impacto do apoio diário; Sugestões de melhoria.	Analisar a perceção sobre a abordagem das Equipas de Rua, identificando os aspetos que reforçam a confiança ou geram sentimentos negativos; sugestões dos participante para melhorar o apoio que é prestado.
Acesso a Serviços de Saúde e Cidadania	Facilidade de acesso; Dificuldades enfrentadas; Documentação e cidadania.	Identificar os principais obstáculos enfrentados no acesso a serviços básicos, destacando experiências de discriminação ou negligência e refletindo sobre a necessidade de políticas inclusivas.
Propostas de Alojamento/Habitação	Propostas de alojamento; Condições de vida oferecidas.	Avaliar se as alternativas de alojamento são compatíveis com as necessidades da população; analisar se as propostas atendem às expectativas e contribuem para uma vida digna e segura.
Satisfação com os Serviços e Apoios Prestados	Satisfação com os serviços; Aspetos positivos e negativos; Sugestões de melhoria.	Explorar o grau de satisfação geral dos participantes, identificando os pontos positivos e os desafios na prestação de serviços, bem como sugestões de melhoria para tornar os serviços mais eficazes e acessíveis.

Fonte. Elaboração própria, baseada em Bardin, 2011.

Com a tabela anterior é possível organizar e interpretar os dados qualitativos fornecidos pelas PSSA, de forma simples, promovendo uma análise detalhada das perceções e experiências destas pessoas face aos apoios e serviços que lhes são prestados pelos técnicos.

Tabela 4: Estrutura da análise de conteúdo temática da informação facultada pelos técnicos

Tema Central	Subtema	Análises e Interpretações
Caraterísticas da PSSA: Causas e consequências do Problema	Fatores que levaram à condição de sem-abrigo; Impacto na saúde física e mental; Condições de vida atuais.	Explorar os fatores sociais e pessoais que contribuem para a condição de sem-abrigo, incluindo como é que esses fatores afetam a saúde e a qualidade de vida dos indivíduos; identificar padrões comuns nas trajetórias de vida.
Caraterísticas da Intervenção	Objetivos das Equipas de rua; Estratégias de intervenção; Abordagem multidisciplinar.	Avaliar as estratégias usadas pelas Equipas de Rua e como é que as suas intervenções impactam a vida das PSSA; identificar práticas de apoio que se mostram eficazes ou áreas que precisam de reforço.
Avaliação da Intervenção e formas de a melhorar	Resultados da intervenção; Satisfação com os serviços; Sugestões de melhoria.	Identificar as perceções dos técnicos sobre o impacto da intervenção; analisar as sugestões de melhoria para ajustar a intervenção às necessidades especificas da população e aumentar a sua eficácia.
Políticas Públicas	Efetividade das políticas atuais; Estratégia Nacional para a integração da PSSA; Propostas para novas políticas.	Analisar as perceções sobre as políticas públicas existentes e identificar se elas correspondem às necessidades da população; Explorar as sugestões de políticas que promovam soluções mais sustentáveis e inclusivas.

Fonte: Elaboração própria, baseada em Bardin, 2011.

Com a tabela anterior é possível interpretar os dados fornecidos pelos técnicos com base em padrões, experiências e sugestões de forma a fornecer *insights* para o desenvolvimento de políticas públicas e intervenções mais eficazes.

CAPÍTULO IV - Perceções das pessoas em situação de sem-abrigo sobre a intervenção social de que são alvo

Antes de iniciar a interpretação dos resultados obtidos através do modelo de análise de conteúdo temática, acima enunciado, considera-se importante realizar uma breve descrição do contexto e comportamento das PSSA, manifestados ao longo do voluntariado que realizei e durante as entrevistas. Como já referido, as entrevistas à população em situação de sem-abrigo foram realizadas em contexto de voluntariado nos locais onde, normalmente, estes indivíduos permanecem, circulam e se sentem mais à vontade. Esta abordagem permitiu captar uma visão mais autêntica e próxima da realidade das pessoas em situação de sem-abrigo, pois encontram-se num contexto onde se sentem menos constrangidos, longe dos olhares e julgamentos da sociedade. É notória a interajuda que existe entre as próprias pessoas sem-abrigo. Durante a prática de voluntariado foi possível assistir a conversas paralelas entre eles, onde foi possível presenciar o cuidado e atenção que existe entre eles, no que toca à partilha de alimentos, informações sobre locais seguros para pernoitar, conselhos sobre como lidar com os desafios do dia-a-dia, informações sobre as instituições que prestam ajuda e quais os serviços que disponibilizam, principalmente para recém-chegados à rua.

Em contexto informal foram também presenciadas partilhas de relatos de situações problemáticas, nomeadamente, roubos durante a noite ou até mesmo durante o dia, quando se ausentam da tenda. Afirmam que são "obrigados" a "*andar com a casa às costas*" durante o dia, de forma a salvaguardar os seus bens essenciais e evitar que outros entrem nas suas tendas.

Para quem dorme na rua o sentimento de segurança é muitas vezes ambíguo. Embora possam sentir-se seguros em locais que já conhecem e entre pessoas com quem já criaram vínculos, estão igualmente cientes dos riscos que enfrentam.

Como já referido, através do modelo de Análise Temática foi possível identificar seis temas centrais nas entrevistas realizadas com as PSSA: (1) trajetórias de vida e situação atual; (2) apoio económico e intervenção social; (3) perceções e intervenção das equipas de rua; (4) acesso a serviços de saúde e cidadania; (5) habitação; (6) satisfação com os serviços e apoios prestados.

4.1. Trajetórias de vida das pessoas em situação de sem-abrigo

Como apresentado no capítulo do enquadramento teórico deste estudo, a condição de sem-abrigo é a consequência de uma trajetória de vida com falta de suporte e apoios familiares que se vai agravando consoante os obstáculos e dificuldades que vão surgindo (Bento & Barreto, 2002). Com a evolução dos estudos sobre esta problemática é possível afirmar que diversas são as razões que levam alguém a passar por uma situação de sem-abrigo (Coutinho, 2021).

As experiências e ausências familiares juntamente com as ruturas e fragilidades, acentuam os problemas relacionados com a habitação, a pobreza e a exclusão social num sentido mais amplo (Bento & Barreto, 2002; Cancela et al., 2023).). No entanto a sociedade tem tendência a ver as pessoas em situação de sem-abrigo através de estereótipos que as associam ao vício, criminalidade ou à falta de ambição e que as consideram responsáveis pela sua própria situação. Esse estigma pode levar à exclusão social e discriminação, dificultando os acessos a serviços e apoios adequados (Ricardo, 2017).

As trajetórias de vida das pessoas em situação de sem-abrigo revelam histórias marcadas por mudanças e desafios inesperados. Apesar das diferenças individuais, os extratos apresentam características em comum, que na maior parte das vezes, são causadas por diversos fatores como, a perda de emprego, problemas de saúde, dificuldades financeiras, consumos, afastamento de familiares e amigos, resultando num processo de desfiliação (Ramos, 2017).

Relatam que outrora a vida era marcada por períodos de estabilidade e considerada uma vida dita "normal", como é afirmado pelos extratos recolhidos durante as entrevistas.

A nostalgia de uma vida anteriormente estável é recordada por *Luís* que afirma ter tido uma boa casa e uma rotina que lhe proporcionava segurança e conforto. "*Eu tinha uma casa boa, eu tinha uma vida estável (…) tenho saudades desse tempo."* Tal como mencionado por *Gaspar*, a rotina do dia-a-dia de trabalho e casa era uma realidade que proporcionava segurança e esperança "*Eu… era trabalho e casa trabalho e casa (…) saudades dessa rotina.".*

Da mesma forma, *Emanuel* também menciona ter tido uma boa vida, ainda que pontuada por altos e baixos. No entanto, o desemprego e os consumos de substâncias são fatores recorrentes nestas trajetórias, incluindo na de Emanuel *"Posso considerar que tinha uma boa vida, marcada por altos e baixos, mas era uma boa vida (…) perdi o emprego e as drogas começaram a tomar conta de mim (…) a vida pregou-me uma rasteira (…) as pessoas que eu mais gostava afastaram-se de mim, sinto falta delas."* A dependência não só afetou a sua capacidade de manter uma vida organizada, mas também contribuiu para o afastamento de pessoas que lhe eram mais próximas.

Júlio e Marco revelam como as dificuldades relacionadas com os vícios acabaram por comprometer a estabilidade profissional e habitacional. *Júlio,* menciona que os problemas com consumos o afastaram de um emprego estável, levando à incapacidade de pagar a renda, à perda de apoio e uma estrutura familiar "*Tive uns problemas com os consumos… (…) não tinha um emprego estável, deixei de pagar a renda (…) não tinha o apoio de ninguém, há dois anos para cá a rua tornou-se a minha casa"*, o que levou a que a rua se transformasse na sua "casa". *Marco*, por sua vez, reconhece que o vício do álcool foi prioritário em relação às despesas essenciais, como o pagamento da renda da casa *"Perdi o meu emprego por causa do meu vício, para mim era mais importante arranjar dinheiro para a bebida do que para pagar a renda da casa (…) cheguei a pedir ajuda a uns amigos, mas afastaram-se de mim".* Outro elemento mencionado é o recurso ao álcool como mecanismo de esquecimento dos problemas. *Jorge*, descreve como o desemprego e o acumular das dívidas o levaram a refugiar-se no álcool, que se tornou uma "companhia" enquanto a sua situação se deteriorava, resultando na perda da casa e posteriormente no início da vida na rua *"Fiquei desempregado, as contas começaram a acumular (…) o álcool tornou-se uma companhia (…) com o tempo perdi a casa e acabei na rua".*

Contudo, ruturas profundas, como separações complicadas, violência doméstica são outros fatores de vulnerabilidade que expressam mudanças marcantes e inesperadas na vida de cada um. No testemunho de *Catarina*, esta recorda que antes de uma separação difícil, tinha um trabalho, podia comprar os seus bens e vivia uma vida normal, até que a separação culminou numa perda de tudo, incluindo o trabalho e a habitação (…) *"Tive uma separação complicada…acabei por vir viver na rua (…) antes de me separar tinha o meu trabalho, comprava as minhas coisinhas (…) Era uma vida dita de normal."*

Margarida, complementa este cenário ao partilhar que, apesar de viver uma vida equilibrada em termos financeiros, enfrentava altos e baixos marcados pela violência doméstica, que trouxe um constante estado de medo e fragilidade emocional. *"Eu tinha uma vida bastante normal, mas marcada por altos e baixos, vivia bem conseguia pagar as minhas coisas (…) sofri de a violência doméstica, tornou-se uma parte na minha vida, vivia sempre em redor do medo".*

Aníbal, descreve a forma como a separação da ex-companheira, combinada com o desemprego, culminou na perda da casa, numa situação agravada pela ausência de qualquer apoio familiar *"Vim para Portugal com a mãe dos meus filhos e os meus filhos à procura de uma vida melhor, devido a uns problemas acabamos por nos separar (…) fiquei desempregado e não consegui pagar a casa, não tenho ninguém aqui". Tal como para Aníbal, a* estabilidade profissional da vida passada é um aspeto que emerge dos extratos das narrativas apresentadas. *Pedro*, relembra o tempo em que tinha um emprego estável numa loja, conseguia pagar as suas despesas *"Antes de viver na rua, eu tinha um emprego estável, trabalhava numa loja e conseguia pagar minhas contas".* Este período é comparado à atual realidade vivida por várias famílias portuguesas, demonstrando como eventos inesperados, de que é exemplo o caso da perda de emprego, podem mesmo desestabilizar vidas organizadas.

Para *Manuel,* a procura de uma vida melhor noutro país resultou em dificuldades financeiras inesperadas. Ao regressar a Portugal, após tentar a sorte num país da União Europeia, trouxe consigo uma dívida que, aliada à dificuldade em encontrar um novo emprego, o levou a viver na rua *"Fui para (…) à procura de uma vida melhor (…) regressei para Portugal vim com uma dívida, quando cheguei aqui tentei arranjar trabalho, mas não consegui (…) acabei na rua".* Este extrato destaca como os sonhos de melhoria podem ser interrompidos por barreiras económicas.

Assim, essas experiências demonstram que a condição de sem-abrigo, muitas das vezes não é um ponto de partida, mas sim uma consequência de múltiplos fatores e eventos que se acumulam ao longo do tempo. Descrevem uma fase da vida anterior à situação de sem-abrigo estruturalmente organizada e estável, contudo devido à experiência de passagem de "ter tudo para não terem nada" acentuam o choque emocional da situação atual em que se encontram. A falta de um trabalho é um fator crítico que impede o pagamento das dívidas e a possibilidade de garantir um lugar digno

para viver. Para muitos, essa situação é agravada devido ao estigma associado ao desemprego e à ausência de redes de apoio que possam fornecer alguma estabilidade. A transição para a situação de sem-abrigo marca um ponto em que o retorno à "normalidade" se torna cada vez mais difícil criando um ciclo de pobreza e exclusão social. A dependência do álcool e das drogas revelam-se como um fator central na trajetória destes indivíduos, pois a necessidade de obterem a substância sobrepõem-se às obrigações familiares e financeiras resultando de uma perda progressiva das redes de suporte social e familiar. Na maior parte da vezes, em vez de viverem cada dia, cada dia torna-se uma sobrevivência.

4.2. Apoio económico e intervenção social

Segundo as narrativas associadas ao apoio económico e intervenção social, das dezanove pessoas em situação de sem-abrigo entrevistadas, oito indivíduos são beneficiários do RSI[1], um indivíduo é beneficiário do subsídio de desemprego e dez não têm qualquer apoio económico.

As experiências de acesso a apoios sociais entre as pessoas em situação de sem-abrigo revelam uma realidade marcada por desigualdades, insuficiências e barreiras. Embora alguns consigam beneficiar de ajudas pontuais ou apoios, outros enfrentam dificuldades em aceder ou manter esses apoios, tornando a superação da exclusão social ainda mais desafiadora.

Dez dos indivíduos entrevistados não beneficiam de qualquer apoio, todos partilharam que enfrentam dificuldades no acesso ao RSI devido às burocracias que têm de cumprir, são impostas obrigações, caso não aceitem comprometem o fim da prestação pecuniária (Ferreira, 2015, citado por Rios, 2020). Consideram que atribuição do apoio não é justo, afirmam que há pessoas que não estão em situação de sem-abrigo e conseguem beneficiar desse mesmo apoio.

Alguns extratos destacam a ausência completa de apoios. *André* e *Emanuel* partilham que não recebem nenhuma ajuda e consideram haver injustiça nos critérios de distribuição, *"Não recebo nenhum apoio (…) só ajudam quem não precisa"* "*Não*

[1] Entende-se por Rendimento Social de Inserção (RSI) uma prestação de solidariedade que visa garantir os apoios mínimos sociais protegendo os grupos de maior fragilidade e vulnerabilidade em situação de pobreza extrema (ENIPSSA, 2017).

recebo ajuda (…) às vezes arrumo uns carros, faço uns favores vou ganhando assim a vida" tendo *Emanuel* expressado a ideia de que os apoios são mais direcionados aos estrangeiros, "(…*) só sabem ajudar os estrangeiros",* reafirmando um sentimento de exclusão. A necessidade de realizar pequenos trabalhos informais, como arrumar carros, fazer favores, ou pedir esmolas, surge como a única forma de garantir o mínimo para a sobrevivência.

Outro obstáculo mencionado é a exigência de documentos que muitas vezes são impossíveis de obter. No caso de *Marco,* este descreve como a falta de alojamento e de uma morada fixa o impede de aceder a apoios, criando um círculo vicioso em que a ausência de habitação limita o acesso aos benefícios. *"Não recebo nada, pedem sempre para entregar muitos papéis e ter morada fixa, mas eu estou a viver na rua, não tenho morada".* Este sentimento de rejeição e abandono reflete uma experiência de exclusão, muitas vezes associada à incapacidade de aceder aos serviços existentes ou à perceção de que esses serviços não são suficientemente abrangentes ou inclusivos (Quintas, 2010).

Por outro lado, há aqueles que são beneficiários do apoio RSI, porém, apresentam um padrão recorrente de insatisfação com os apoios recebidos, consideram que o valor é insuficiente para assegurar as necessidades básicas e a reintegração na sociedade. *Noah*, destaca que as refeições na cantina social e a entrega de reforço alimentar durante a noite, embora úteis, não permitem sair da situação de rua, *"Sim recebo, consigo comprar senhas no refeitório social tenho direito a refeições, mas não é suficiente para conseguir pagar uma renda de uma casa ou de um quarto"* Tal como *Aníbal* e *António*, ambos beneficiários do RSI, reconhecem que o valor não cobre sequer as despesas básicas como o aluguer de um quarto. *"Recebo uma ajuda da segurança social só que é pouco", "Recebo o RSI não é suficiente para alugar um quarto".*

Carlos, complementa essa ideia, apontando que mesmo a receber o RSI e a realizar pontualmente trabalhos esporádicos, o rendimento não é suficiente para fazer face as despesas e dividas acumuladas *"Sim recebo o RSI (…) de vez em quando consigo fazer umas horas nas obras (…) não é suficiente para pagar as dividas".*

Como referido, o RSI é muitas vezes visto como um valor insuficiente para atender às necessidades das pessoas que se encontram em situação de sem-abrigo. A quantia não cobre o custo de vida mínimo necessário para colmatar as necessidades

básicas essenciais para a reintegração social, acaba por não acompanhar os aumentos dos preços, principalmente nas grandes cidades onde os custos acabam por ser mais elevados.

Existem também situações mais favoráveis, como a de *Márcio*, que outrora se encontrava em situação de sem-abrigo, com ajuda de diversos serviços conseguiu arranjar um trabalho e um quarto. No entanto, durante a pandemia ficou desempregado e atualmente recebe subsídio de desemprego. O valor que recebe dá para pagar o quarto e as despesas incluídas, porém o valor é escasso *"Eu recebo o subsídio de desemprego, para já consigo pagar o meu quarto, mas tenho de viver fora da cidade se aqui vivesse era impossível".* No entanto, essa estabilidade tem limitações, já que morar na cidade é financeiramente impossível, obrigando-o a viver em áreas mais periféricas e menos acessíveis. Sempre que necessita recorre aos apoios dos serviços como é o caso do refeitório social e/ou reforço alimentar, contudo tem receio de voltar à situação de rua *"estou à procura de trabalho, tenho receio de perder o quarto e voltar a viver na rua".*

A insuficiência do RSI e de outros apoios reforça a vulnerabilidade das pessoas em situação de sem-abrigo, torna-se importante trabalhar em soluções habitacionais acessíveis a todos como é o caso do *Housing First* e políticas públicas de empregabilidade mais inclusivas. Além disso, outro dos problemas mencionados é o valor do RSI e assim sendo, o valor deveria ser repensado e ajustado de forma a garantir respostas mais eficazes às necessidades básicas de cada pessoa.

As experiências de acompanhamento das organizações sociais, variam bastante entre as PSSA, refletindo perceções distintas sobre a qualidade e eficácia desse apoio.

Estes extratos mostram que as experiências individuais variam significativamente, dependendo das expectativas, necessidades e vivências de cada pessoa. Enquanto alguns valorizam os serviços como indispensáveis, outros consideram insuficientes ou mal direcionados, mesmo os que recebem ajudas e apesar de as valorizarem, muitos apontam as limitações significativas nas intervenções, a insuficiência dos valores e a falta de políticas abrangentes dificultam a transição para uma vida minimamente estável, destacando uma necessidade urgente na revisão das políticas públicas. Além disso, a ênfase na habitação como questão prioritária é

recorrente, alinhando-se com princípios do *Housing First* como solução para a situação de sem-abrigo (Toscanini, 2022).

4.3. Perceções e intervenção das equipas de rua

As experiências das PSSA perante as intervenções sociais por parte das equipas de rua de que são alvo refletem a diversidade de perceções e impactos. Estas experiências variam entre o reconhecimento do valor das ajudas de que são alvo e a frustração pelas suas limitações ou, em alguns casos, pela ausência da intervenção adequada.

As equipas de rua desempenham um papel fundamental, pois atuam diretamente junto das pessoas em situação de sem-abrigo, oferecendo suporte, orientação e encaminhamento para os serviços mais adequados. A intervenção é frequentemente valorizada por estabelecer uma ligação de proximidade e por permitir que as necessidades individuais sejam compreendidas, contribuindo para uma resposta mais integrada e eficaz (Cancela et al., 2023).

Para tal, é necessário perceber se os entrevistados têm ou já tiveram algum tipo de experiência com uma equipa de rua, encorajando-os a partilhar de forma livre como foi ou continua a ser a experiência desse acompanhamento. É importante explorar as perceções da PSSA em relação à prática, empatia e atitudes dos técnicos. Pretende-se que o entrevistado ofereça uma visão crítica e sugira melhorias nos apoios prestado pelas equipas de rua, expressando qualquer insatisfação ou obstáculos que enfrentam e soluções de como poderiam ser ajustados de forma a tornar os serviços mais eficazes alinhado às necessidades de cada um.

Muitos reconhecem a importância do suporte oferecido, como é o caso do *Gaspar*, que partilha o facto de, recentemente, estar a ser acompanhado e destaca os esforços que a equipa tem para com ele em relação à procura de habitação e na facilidade de acesso a um emprego. *"Sou acompanhado pelas Cáritas. Estou com elas há pouco tempo (…) fui tratar de uma papelada para ver se consigo arranjar uma casa da Câmara (…) e uns papéis para o centro de emprego para ir depois arranjar um trabalho".*

Este extrato demonstra uma tentativa ativa de reintegração, com o apoio institucional sendo uma ponte importante para a estabilidade. Desta mesma forma, *Luís*

menciona o apoio recebido em áreas essenciais, como alimentação através da cantina social e reforço alimentar noturno, higiene pessoal na utilização do balneário social e rouparia social, descrevendo uma experiência positiva e sem motivos de queixa. *"Ajudam-me com a alimentação, é muito bom (…) dão-me roupas para agasalhar, tomar banho e alimentação essas coisas, isso eu não tenho razões de queixa (…) ajudam-me sempre".* Essa perspetiva reflete a importância de iniciativas que, mesmo em níveis básicos, contribuem para melhorar a qualidade de vida de quem está na rua.

Júlio, também elogia o acompanhamento, enfatizando a dedicação das equipas de rua, que tentam fornecer todas as ajudas possíveis. *"Sim sou acompanhado (…) sempre muito atenciosas, tentam-me ajudar com todas as ajudas possíveis (…) sem este apoio não sei como seria".* Para ele, este suporte é fundamental para lidar com as adversidades da rua, revelando o impacto transformador que essas intervenções podem ter.

Para alguns, o apoio recebido tem um impacto direto significativo no alívio das dificuldades que sentem diariamente, como é o caso de, *Luís* que valoriza especialmente o apoio psicológico que recebe. Apesar de se sentir frequentemente deprimido devido à solidão e à falta de interações sociais, considera valiosa e confortante a oportunidade de conversar com as técnicas da equipa de rua, procurando apoio através do atendimento social disponibilizado. Para ele, esses momentos representam uma forma de lidar com o isolamento e de encontrar algum conforto emocional no meio de tanta adversidade *"Dão apoio psicológico (…) eu não vou negar, tem dias que me sinto um bocado mais deprimido porque além de estar sozinho não tenho com quem falar, então às vezes gosto de ir ao atendimento e conversar com as técnicas".*

Gonçalo, também partilha de uma visão positiva, sublinhando o impacto das ajudas, relatando ter recebido auxílio na organização de documentos, no acesso a consultas médicas e até mesmo na tentativa de obter uma vaga num centro de acolhimento temporário. *"Sim, ajudaram-me a organizar documentos, encaminharam-me para consultas médicas e até tentaram arranjar-me um lugar num centro de acolhimento temporário. Mesmo não sendo uma solução permanente, essas pequenas ajudas aliviam a situação".* Embora reconheça que essas não são soluções definitivas, valoriza as pequenas melhorias proporcionadas, que ajudam a aliviar a sua condição. Esse tipo de intervenção demonstra como um apoio estruturado e focado pode oferecer

não apenas alívio imediato, mas também caminhos para a reconstrução de uma vida mais estável.

Já *Catarina* enfatiza a relevância geral do apoio prestado, afirmando que sem ele a sua situação seria muito pior. *"Este apoio contribui e muito, se não existisse seria muito pior",* contudo embora reconheça o acompanhamento, critica a falta de apoio suficiente no que diz respeito à habitação a perceção de que precisam "desenrascar-se" ou viver em condições precárias, como é o caso das casas abandonadas, revela uma insatisfação com a abordagem adotada por parte das técnicas para resolverem a questão da habitação. *"Acho que nos podiam ajudar mais na questão do alojamento… dizem que temos de nos desenrascar e viver na rua ou numa casa abandonada que tenha teto".*

Esta visão negativa é partilhada por outros entrevistados, como é o caso de *André,* que apresenta uma visão mais crítica e negativa, afirmando que o trabalho das equipas de rua é insatisfatório, alegando uma preferência por ajudar estrangeiros, *"não preciso da ajuda delas (…) o trabalho delas é péssimo… preferem ajudar os estrangeiros às pessoas do país"*, reforçando um sentimento de exclusão e desigualdade.

No entanto, para outras pessoas, o apoio disponível é percebido como limitado ou insuficiente, como é o caso de *Manuel*, que afirma que a ajuda que recebe limita-se ao apoio na alimentação *"Sim… questão de comida e assim".* Embora esse apoio seja essencial para a sua sobrevivência, não aborda outras necessidades importantes, como o acesso à habitação ou a ajuda na procura de um trabalho.

António, expressa sentimentos semelhantes, afirmando que, embora considere útil a ajuda que recebe através da entrega de comida e agasalhos seja útil, acaba por não ser suficiente para enfrentar a precariedade da sua situação. *"Contribuiu um pouco (…) eles trazem comida e roupas, e às vezes ajudam, mas ainda sinto que preciso de mais apoio".*

A necessidade de um suporte mais abrangente e integrado é evidente nestes testemunhos, que apontam para a fragilidade das intervenções que não atendem às múltiplas dimensões da exclusão social.

Por outro lado, há extratos de insatisfação profunda com a ausência ou insuficiência dos apoios sociais, como é o caso de *André*, que afirma que teve de enfrentar as adversidades sozinho, e não contou com qualquer tipo de apoio. *"Não… eu é que tive de fazer por mim, o possível e impossível para erguer na vida… a vida passa-*

nos rasteiras, o custo de vida está a aumentar". Menciona o impacto negativo do aumento do custo de vida e a necessidade de se esforçar ao máximo para tentar superar as dificuldades.

Embora distintos, estes extratos, evidenciam questões comuns que devem ser consideradas na reformulação e implementação de políticas públicas mais eficazes, ou seja, sabe-se que intervenções, como a distribuição de alimentos e roupas, são essenciais e importantes para a sobrevivência, mas não são suficientes para promover uma mudança significativa na vida destas pessoas, é necessário ampliar a oferta de serviços que combinem assistência básica com a habitação e oportunidades de reintegração social e laboral (Quintas, 2010).

Além disso, os extratos também sugerem que o apoio prestado deve ser mais personalizado, considerando as necessidades individuais de cada indivíduo. Enquanto algumas pessoas priorizam o acompanhamento psicológico, outras precisam de ajuda para reorganizar as suas vidas. Isso exige não apenas recursos mais desenvolvidos, mas também uma abordagem integrada e centrada apenas e só no indivíduo, de forma a dar resposta aos desafios que cada pessoa enfrenta (Coutinho, 2021).

Por fim, é importante e necessário reconhecer o impacto emocional do apoio ou da sua ausência, considerando que o isolamento social e o sentimento de abandono são realidades recorrentes entre as pessoas em situação de sem-abrigo (Coutinho, 2021). Nesse sentido, a questão *"Considera que o apoio que lhe é dado pelas Equipas de Rua é aquele de que precisa?"* torna-se central para avaliar se as intervenções realizadas conseguem, de facto, atender às necessidades sentidas, promovendo uma abordagem mais holística e humanizada que vá além da assistência pontual, priorizando a interação, o acolhimento, a escuta ativa e a criação de oportunidades de mudança na vida destas pessoas. Ou seja, procura-se entender se as ações e os apoios dados por exemplo através de alimentos, roupas, apoio psicológico, atendem às verdadeiras necessidades da pessoa naquele momento. Isto quer dizer que, inicialmente a PSSA pode sentir que o que mais precisa é de encontrar um alojamento, mas a equipa de rua pode estar focada em atuar primeiramente na entrega e apoio com alimentos e bens essenciais.

Sendo assim, esta questão permite captar a perspetiva individual de cada indivíduo, sendo esta perspetiva essencial para ajustar as práticas das equipas de rua,

garantindo que suas ações sejam centradas na PSSA e promovam uma maior eficácia e satisfação com os serviços oferecidos.

Essa diversidade de perceções revela não apenas o impacto imediato das ações de apoio, mas também as lacunas que dificultam a superação da exclusão social e a conquista de uma vida mais digna. Para algumas pessoas, a ajuda disponível é motivo de gratidão, como é o caso de *Luís*, que expressa felicidade com os apoios recebidos, afirmando que tudo o que chega é bem-vindo e que não espera mais do que aquilo que pode ser oferecido. *"Sim, ajuda muita, dentro do possível tudo o que vem é bem-vindo não peço nada mais (…) toda ajuda que vem é de bom agrado".* Essa atitude reflete como, em situações de extrema vulnerabilidade, até mesmo ajudas pontuais podem ser tidas em conta como um alívio importante para o dia-a-dia. A simplicidade dessa gratidão, contudo, também pode indicar uma resignação em relação às possibilidades de mudança, evidenciando que o apoio recebido é visto como paliativo, e não transformador (Fernandes, 2006).

Por outro lado, há quem reconheça a importância das ajudas, mas as considere insuficientes para atender às suas necessidades mais urgentes. *Manuel,* menciona que, embora a assistência recebida seja útil, não corresponde ao que realmente precisa, ou seja um trabalho estável. *"Não é bem o que eu preciso, mas ajuda muito (…) se houvesse hipótese de arranjar trabalho num sítio certo era bom para mim"*. Essa necessidade de emprego é também enfatizada por *Pedro*, que aponta que os recursos disponíveis deveriam estar mais orientados para ajudar na obtenção de um trabalho e habitação, uma vez que essas são condições essenciais para sair da situação de sem-abrigo. *"O apoio é útil, mas poderia haver mais recursos para ajudar a encontrar trabalho e alojamento".* A insatisfação demonstrada nesses casos ressalta a desconexão entre o tipo de suporte oferecido e as prioridades expressas pelas pessoas em situação de sem-abrigo.

Ao longo das entrevistas a questão da habitação surge como um dos pontos mais críticos e frequentemente mencionado.

André, afirma que a sua maior necessidade é uma casa, algo que, segundo ele, as equipas de rua não conseguem oferecer. Essa frustração revela uma lacuna nos serviços prestados, uma vez que o acesso à habitação é um elemento-chave para garantir estabilidade e criar condições para uma verdadeira reintegração social (Barros,

2010). *"Não é o que preciso, eu neste momento preciso de uma habitação e as equipas não têm resposta para mim" Noah*, também reforça essa necessidade ao mencionar que, embora considere as ajudas que atualmente recebe são essenciais, sente a falta de um apoio para obter uma habitação e posteriormente criasse uma oportunidades de trabalho. *"O que fazem é essencial, mas falta mais ajudas (…) se houvesse mais apoio para conseguir um alojamento estável e ajuda para encontrar um trabalho, isso mudaria realmente a minha vida".* Para ele, essas intervenções seriam decisivas para transformar sua realidade e oferecer uma chance de um novo recomeço.

Para além destes extratos não apontarem as limitações dos apoios existentes, evidenciam também como a falta de políticas públicas perpetuam o ciclo de exclusão. As intervenções atuais, muitas vezes focadas nas necessidades básicas, como alimentação e roupas, são essenciais para a sobrevivência, mas não oferecem soluções estruturais que permitam às pessoas em situação de sem-abrigo recuperar a sua autonomia (Ferreira, 2019).

Além disso, os extratos revelam a importância de estratégias personalizadas e mais abrangentes. Enquanto *Luís*, valoriza a apoio disponível e parece satisfeito com as intervenções atuais, *André* e *Noah* demonstram uma necessidade urgente de medidas que vão além do básico, apontando para a habitação e o trabalho como prioridades. Essa disparidade nas perceções indica que os serviços de apoio devem ser mais flexíveis e adaptados às necessidades individuais, para que possam atender de forma mais eficaz às diferentes realidades das pessoas em situação de sem-abrigo.

A criação de políticas públicas mais eficazes, que combinem assistência imediata com medidas de longo prazo, surge como uma necessidade urgente (Sousa, 2023). O acesso a habitação digna, programas de formação e empregabilidade, e suporte psicológico são elementos essenciais para uma abordagem holística que promova a inclusão social e a autonomia (Sousa, 2023).

Os extratos analisados destacam tanto a importância quanto as limitações das ajudas recebidas pelas pessoas em situação de sem-abrigo, evidenciando a necessidade de intervenções mais inclusivas, integradas e centradas na pessoa isto porque cada pessoa em situação de sem-abrigo tem uma história, necessidades e objetivos únicos (Sousa, 2023). Nesse contexto, as experiências vividas pelas PSSA com os técnicos das

equipas de rua tornam-se especialmente relevantes, já que essas interações desempenham um papel crucial na eficácia e na recetividade das intervenções.

Ao avaliar as experiências negativas e positivas que as PSSA tenham tido com os técnicos das equipas de rua, é possível compreender de forma mais profunda como as abordagens e os comportamentos dos profissionais influenciam a confiança depositada nos serviços e o impacto das ações realizadas. De um modo geral, a maioria dos entrevistados revela não ter tido experiências negativas, reconhecendo a dedicação e o empenho dos técnicos. No entanto, algumas exceções, como *Manuel, Catarina* e *André* que destacam situações que revelam desafios na prática profissional, apontando para a necessidade de aprimorar a formação e a abordagem dos técnicos.

Os extratos evidenciam que o modelo de intervenção ideal deve valorizar não apenas os recursos oferecidos, mas também a qualidade das relações estabelecidas entre técnicos e PSSA criando um ambiente de confiança e suporte mútuo que contribua para a superação da exclusão social (Rogers, 1942, citado por Quintas, 2010).

Como já referido, embora algumas pessoas relatem experiências positivas com as equipas de rua, existem também casos de insatisfação e frustração que apontam para desafios no atendimento às necessidades. No caso de *Manuel* menciona desacordos com atitudes específicas dos técnicos *"tive algumas, tenho momentos que não concordo com algumas atitudes delas*" enquanto *Catarina* relata a dificuldade de lidar com a falta de soluções em momentos críticos, como quando estava com os seus pertences à porta de uma associação e foi informada de que não havia resposta imediata *"Foi quando eu estava com os sacos à porta da (…) e disseram-me que não tinham solução para mim naquele momento".* Já *André*, expressa o descontentamento que sente perante a desigualdade na distribuição de recursos, sentindo que algumas pessoas são mais favorecidas do que outras. *"Sempre a negarem as coisas, para uns dão para os outros não há nada"* Estes extratos destacam as limitações na capacidade de resposta e a necessidade de melhorar a equidade e a personalização das respostas.

Por outro lado, os testemunhos positivos revelam o potencial transformador das intervenções que atendem às necessidades básicas, *Luís*, valoriza o vínculo emocional criado com os técnicos, descrevendo momentos de apoio e amizade que trazem força em tempos difíceis. A possibilidade de desabafar e receber ajuda demonstra como a empatia e a atenção personalizada podem fazer uma diferença significativa *"O apoio e*

amizade, dão forças quando mais preciso (…) já cheguei muitas vezes ao gabinete da equipa e elas só de olhar para mim já sabem que eu não estou bem, é possível desabafar e receber ajuda".

De forma semelhante, *Pedro* ressalta o impacto de gestos simples, como a entrega de agasalhos e alimentos quentes, que se tornam essenciais para enfrentar as noites frias *"Costumam trazer cobertores e alimentos quentes que me ajudam bastante nas noites frias. É um gesto simples, mas faz toda a diferença".* Outros relatos destacam o papel dos técnicos na promoção da saúde e na motivação para mudanças positivas. *Emanuel*, menciona a importância do apoio recebido para procurar tratamento e a sensação de esperança proporcionada pelos técnicos "*Já cheguei a procurar ajuda junto dos técnicos, precisava de conversar (…) ajudaram-me a procurar ajuda com os tratamentos (…) deram-me esperança para a recuperação".* Enquanto *Jorge*, valoriza o apoio que lhe é dado através dos cuidados de saúde, alimentação e entrega de vestuário, além do aconselhamento contínuo *"ajudam-me a ter cuidados de saúde, trazem comida e dão-me roupa (…) aconselham-me".*

Estes extratos mostram como a intervenção vai além da mera sobrevivência, fortalecendo o vínculo social e incentivando as pessoas a procurarem soluções para melhorar as suas condições de vida.

Em síntese, as experiências relatadas ilustram uma dualidade entre as limitações do sistema e os impactos positivos das ações realizadas. Embora os desafios sejam evidentes, especialmente em relação à falta de recursos e à equidade no atendimento, os momentos de suporte efetivo demonstram o potencial das equipas de rua para promover dignidade e esperança (Ferreira, 2019).

Nesse contexto, a questão *"Em que medida o trabalho das equipas de rua contribui para que sinta que faz parte da comunidade?"* torna-se central. O trabalho dessas equipas vai além do simples atendimento às necessidades básicas, desempenhando um papel significativo na construção de vínculos sociais e na criação de oportunidades para que as pessoas se sintam incluídas e valorizadas. As ações realizadas pelas equipas de rua, quando alinhadas a um modelo humanizado e eficiente, podem ajudar a resgatar a autoestima, fortalecer a identidade social e promover a integração dessas pessoas na comunidade, mostrando que elas não estão à margem, mas sim como uma parte ativa (Cancela et al., 2023).

As respostas apresentadas pelas PSSA revelam perceções diversas quanto ao impacto do trabalho das equipas de rua em relação ao seu sentimento de pertença à comunidade. Para algumas, esse apoio é visto como um alívio nas dificuldades enfrentadas, promovendo uma conexão mínima com a sociedade, enquanto para outras, as limitações do sistema ainda deixam um sentimento de exclusão.

Manuel, expressa gratidão pelo suporte recebido, afirmando que se sente bem com a ajuda oferecida, mostrando como ações concretas podem trazer um sentimento de acolhimento *"Sinto-me bem aqui… ajudam-me muito"* Já *Catarina*, ressalta o valor das refeições fornecidas, reconhecendo que, embora a vida não seja a dita normal como desejaria, o apoio representa um ponto de partida para melhorias futuras. Essas declarações evidenciam a importância de intervenções básicas para fomentar um mínimo de estabilidade e dignidade *"Dão-nos alimentação (…) ao meio-dia e à noite no refeitório, não temos uma vida normal, mas já é o começo para alguma coisa".*

Por outro lado, *André*, apresenta uma crítica, relatando que muitas vezes é incentivado a procurar abrigo em casas abandonadas devido à falta de soluções de alojamento por parte das equipas de rua *"não… só nos mandam desenrascar. Os próprios técnicos incentivam-nos a ir para casas abandonadas porque não têm resposta para nós"*

Este extrato reflete uma lacuna significativa na resposta às necessidades habitacionais, apontando para a sensação de abandono e falta de inclusão.

Pedro, partilha um sentimento de invisibilidade que acabava por ser atenuado pelo contato com os técnicos, este contato faz com que se sinta que não está sozinho *"às vezes, sinto que estou invisível. Mas quando os técnicos vêm, me fazem sentir que não estou completamente sozinho. Isso ajuda um pouco"* Essa experiência ilustra o poder da presença e da empatia, mesmo quando as soluções práticas são limitadas. De forma semelhante, *Júlio* reconhece os esforços das equipas de rua para o integrarem socialmente na sociedade, mas ressalta que o estigma associado à situação de sem-abrigo ainda dificulta a sua integração na comunidade *"o trabalho deles ajuda-me sentir um pouco mais integrado, pois eles tentam-nos ajudar com recursos (…) no entanto tem dias que muitas vezes ainda me sinto excluído".*

Por fim, *Noah* destaca o impacto positivo do respeito e da consideração demonstrado pelos técnicos das equipas de rua, afirmando que isso o ajuda a sentir que

ainda pertence à comunidade, mesmo que seja de maneira limitada *"faz diferença saber que existe alguém que quer saber da nossa situação e nos trata com respeito (…) ajuda-nos a sentir que ainda pertencemos à comunidade, mesmo que de forma limitada"* Esta experiência sublinha a importância de abordagens humanizadas, que promovam a autoestima e o sentimento de pertença.

Estes testemunhos, quando comparados, revelam uma dualidade: enquanto as ações das equipas de rua ajudam a mitigar os efeitos da exclusão e promovem pequenas conexões com a comunidade, ainda existem outros desafios, especialmente quando dizem respeito a soluções de alojamento, o combate ao estigma que é associado à PSSA e a sua integração plena na sociedade (Cancela et al., 2023).

4.4 Acesso a serviços de saúde e outros

As pessoas em situação de sem-abrigo enfrentam barreiras significativas no acesso aos serviços de saúde e outros. Estas barreiras comprometem o atendimento às necessidades básicas quanto a garantia de direitos fundamentais (Ferreira, 2019).

Segundo as narrativas associadas ao **acesso a serviços de saúde** das dezanove pessoas em situação de sem-abrigo entrevistados, quatro indivíduos têm acesso a serviços de saúde e têm médico de família atribuído, quinze têm acesso a serviços de saúde, mas não têm médico de família atribuído.

Dos extratos recolhidos muitos relatam dificuldades no acesso aos serviços de saúde devido à ausência de documentação, morada fixa ou informações sobre os recursos disponíveis. Além disso, a discriminação e o estigma social associados à condição de sem-abrigo também são obstáculos, dificultando a criação de vínculos com os serviços e profissionais (Ferreira, 2019).

Contudo, há extratos de experiências positivas quando as equipas de rua facilitam e ajudam no acesso a esses serviços, encaminhando os clientes para consultas médicas, e auxiliam na organização de documentação necessária, estes apoios aos acessos de saúde representam uma ligação entre as pessoas em situação de sem-abrigo e os serviços, promovendo a inclusão social.

Como já referido, a maioria dos entrevistados têm acesso aos serviços básicos, como hospitais ou centros de saúde, mas a ausência de um médico de família atribuído é recorrente, comprometendo o acompanhamento contínuo e a prevenção de

problemas de saúde. Alguns extratos reforçam essas dificuldades, no caso do *Luís* relata que, embora seja atendido no hospital, quando necessário, não tem um médico de família atribuído. *"Não, médico de família para já não tenho aqui, mas acesso ao hospital eu sou aceita, já fui várias vezes e espero não ir de novo."* À semelhança, *Pedro* tem acesso a alguns serviços de saúde, mas aponta a falta de um médico de família como um obstáculo, dificultando a obtenção de um atendimento regular *"tenho acesso a alguns serviços de saúde, mas não tenho médico de família (…) quando preciso tenho dificuldades em ter um atendimento".* Por outro lado, *Manuel*, revela a dificuldade que sente em obter consultas de saúde devido à falta de vagas disponíveis, o que reflete não apenas um problema de burocracia, mas também a sobrecarga do sistema de saúde *"depende (…) em questão de saúde sinto muita dificuldade (…) quando vou para marcar uma consulta nunca tenho vaga". Gonçalo,* menciona um acesso limitado, afirma que consegue aceder aos serviços de um centro de saúde, mas sem acompanhamento fixo, o que dificulta um cuidado mais abrangente *"tenho acesso limitado a cuidados de saúde (…) consigo ir ao centro de saúde, mas não tenho médico de família (…) fica mais difícil obter um acompanhamento contínuo". Noah,* apresenta uma situação diferente, tem atribuído um médico de família, mas sente dificuldades na marcação de consultas ou até mesmo no que concerne à deslocação para o centro de saúde. *"tenho médico de família, mas o acesso é complicado (…) as consultas demoram, e muitas vezes não tenho transporte para ir para as consultas".*

A necessidade de deslocação para centros de saúde distantes da zona, como mencionado por *Catarina*, agrava ainda mais a situação, sobretudo quando os recursos financeiros para transporte são escassos *"não, a única dificuldade que tenho agora é que recebo muito pouco e como o meu centro de saúde não é nesta zona onde estou agora tenho dificuldade a deslocar-me para lá"*

Permanece a necessidade de um sistema mais acessível, inclusivo e equitativo que reconheça as particularidades desta população e ofereça respostas mais adequadas. A ausência de um médico de família impede um acompanhamento integral. Para mitigar essas barreiras, é fundamental criar estratégias que assegurem tanto a atribuição de médicos de família quanto a eliminação de obstáculos logísticos e burocráticos, promovendo um acesso mais inclusivo e contínuo aos cuidados de saúde.

Quando questionados sobre dificuldades no acesso a serviços como serviços como, segurança social e finanças, muitos apontam os entraves burocráticos relacionados com a falta de morada fixa e, em alguns casos, à condição de estrangeiro, fatores que contribuem para a exclusão e dificultam o exercício pleno da cidadania.

No caso do *Luís*, este relata dificuldades específicas nas finanças, onde a exigência de documentos em papel, mesmo quando versões digitais estão disponíveis, representa um entrave significativo *"só nas finanças é que senti mais dificuldade (…) eu preciso de documentos e mesmo que eu tenha as fotos guardadas no telemóvel eles não aceitam (…) tentei inscrever-me no centro de emprego e não aceitam".*

A falta de residência permanente é um dos principais obstáculos apontados por *Pedro* e *Carlos*, que destacam como essa condição inviabiliza a navegação no sistema burocrático e a obtenção de serviços básicos *"Sim, muitas vezes. É complicado, especialmente se você não tiver uma morada fixa"; "Sim, enfrentei dificuldades, especialmente com a burocracia. Às vezes, não tenho os documentos necessários para conseguir ter acesso a certos serviços, o que complica ainda mais a situação"*

Esse problema é ampliado para quem é estrangeiro, como mencionado por *Aníbal*, que acredita que sua condição agrava as dificuldades de acesso a apoios essenciais, sinalizando possíveis lacunas no atendimento inclusivo e equitativo *"Sim, muitas vezes (…) Acho que é pela falta de morada e também por ser estrangeiro, o que parece ser difícil ter certos apoios".*

Estes extratos reforçam a necessidade de reduzir as obrigações burocráticas, criar mecanismos de atendimento para quem não possui residência permanente e capacitar os serviços para lidar com populações vulneráveis, incluindo estrangeiros, são passos fundamentais para garantir um acesso mais justo e eficiente.

4.5 Acesso a habitação

As narrativas das dezanove pessoas em situação de sem-abrigo revelam uma diversidade de experiências e perceções em relação às propostas de alojamento recebidas. Entre os entrevistados, oito afirmam ter tido acesso a propostas de habitação, enquanto onze nunca receberam propostas. Essa disparidade destaca a inconsistência no acesso a soluções de habitação para esta população.

Entre os que receberam propostas, há variações significativas nos tipos de alojamento oferecidos. *Gaspar,* está atualmente à espera que lhe seja atribuída uma casa por parte da Câmara Municipal, o que sugere uma solução mais permanente *"sim, estou à espera agora de uma casa da Câmara". Luís,* recebeu uma proposta para se mudar para um dos apartamentos partilhados da Cáritas, esta é uma opção que parece promissora a curto prazo *"já, por acaso amanhã eu vou lá ver. Vou para os apartamentos da Cáritas são partilhados".* Por outro lado, *Pedro, Leonardo, Margarida, Noah, Jorge, Aníbal,* mencionam terem lhes sido atribuídas vagas em abrigos temporários, uma solução que, embora útil em emergências, não proporciona a estabilidade necessária para uma reorganização efetiva da vida *"sim"; "sim já"; "já me ofereceram vagas em abrigos temporários"; "sim, mas são geralmente temporárias (…) tive dificuldades em me adaptar". Márcio,* também recebeu uma oferta de alojamento, mas a localização distante do seu local de trabalho tornou a proposta inviável, levando-o a optar por procurar um quarto fora da cidade *"Sim, mas na altura o alojamento ficava longe do meu local de trabalho, consegui arranjar um quarto fora da cidade".*

Alguns entrevistados expressaram insatisfação ou rejeição das propostas recebidas. *Marco*, por exemplo, prefere continuar a viver na rua devido às regras exigentes associadas aos abrigos, o que aponta para a necessidade de soluções mais flexíveis e adaptadas às necessidades individuais *"Já, mas não estou interessado (…) eu prefiro estar a viver na rua, são muitas regras"* Por outro lado, *Noah* e *Aníbal* sublinham que as soluções temporárias não são suficientes para proporcionar uma base sólida para conseguirem reconstruir as suas vidas, enfatizando a necessidade de propostas de longo prazo que ofereçam maior estabilidade *"sim, houve propostas de abrigos temporários (…) mas são apenas soluções para alguns dias ou semanas, o que não é suficiente para me ajudar a reorganizar a vida; "Sim, mas são temporárias (…) quero algo que dure mais tempo".* Para aqueles que nunca receberam propostas de alojamento, como é o caso de *Manuel, Catarina, Emanuel, Júlio e José* o sentimento predominante é de frustração e abandono *"não"; "nunca"; "nunca, ninguém quer saber", "não, dizem sempre que não têm resposta para mim tenho de desenrascar."*

Esses relatos evidenciam uma lacuna significativa nos serviços de apoio e a falta de respostas eficazes às necessidades habitacionais dessa população.

Em suma, as experiências destacam a importância de desenvolver estratégias habitacionais mais inclusivas e personalizadas, que não apenas forneçam abrigo temporário, mas também criem condições para uma integração na sociedade. A consistência no acesso, a adaptação às necessidades individuais e a transição de soluções temporárias para permanentes são elementos cruciais para enfrentar os desafios da condição de sem-abrigo.

Os extratos relatados pelas pessoas em situação de sem-abrigo revelam desafios e frustrações em relação ao acesso e permanência em centros de alojamento de emergência ou temporário. Entre os entrevistados, alguns mencionam ter tido experiências em centros de alojamento, mas muitos destacam que essas soluções não corresponderam às suas expectativas ou necessidades de longo prazo.

No caso de, *Manuel,* este, esteve durante um ano e meio num alojamento fornecido por uma instituição, mas foi obrigado a sair após conseguir um emprego, sob o argumento de que já teria condições para pagar um quarto *"estive um ano e meio (…) só que quando arranjei emprego elas tiraram-me de lá para fora… porque como estava a trabalhar já tinha dinheiro para arranjar casa e tive de ceder o lugar a outro…Nesse dia saí…"*

Este extrato evidencia a transição abrupta e a falta de suporte contínuo, deixando-o novamente numa situação vulnerável. Já *Catarina*, menciona uma experiência ainda mais curta, de apenas um dia numa pensão, antes de retornar às ruas, ilustrando a insuficiência das soluções temporárias oferecidas *"estive só numa pensão e foi só 1 dia (…) depois disso vim para a rua"*

Por outro lado, *Pedro* e *Gonçalo*, tiveram experiências de alguns meses em abrigos temporários, mas ambos acabaram por voltar à rua após o término da permanência, devido à falta de alternativas permanentes. *Pedro*, destaca a dificuldade em obter uma solução de alojamento *"estive num abrigo temporário por alguns meses. Tentei que me arranjassem sítio permanente, mas não tinham resposta, voltei para a rua"* enquanto *Gonçalo,* simplesmente menciona que saiu do abrigo sem explicitar o motivo, sugerindo uma possível insatisfação ou falta de opções *"estive num abrigo por alguns meses, depois acabei por sair".*

Jorge, relata uma experiência negativa ao partilhar um espaço com pessoas com quem não se dava bem, levando-o a optar por voltar à rua. Este testemunho sublinha a

importância de um ambiente adequado de modo a garantir uma estadia mais eficaz e segura *"sim, mas não correspondeu, partilhei um espaço com pessoas que não me dava, voltei para a rua". António,* reforça a necessidade de soluções permanentes, destacando que as opções temporárias não são suficientes para recomeçar *"preciso de algo permanente e que me permitisse recomeçar (…) as soluções temporárias não ajudam a resolver o problema"*

André, expressa frustração e sentimento de exclusão, afirmando que recebe sempre respostas negativas quando solicita ajuda, e acredita que a assistência é direcionada prioritariamente a estrangeiros *"não, sempre que peço ajuda dizem que não têm não podem. Só ajudam os estrangeiros".*

Estes extratos, evidenciam a necessidade de melhorar as intervenções apresentadas, as soluções temporárias de alojamento apresentadas, embora ofereçam estabilidade, só o fazem a curto prazo, existe a necessidade de respostas permanentes e adequadas a cada indivíduo. Estas respostas são fundamentais e permitem que as PSSA possam realmente consigam recomeçar as suas vidas com dignidade.

4.6 Nível de satisfação com os serviços e apoio prestados

As narrativas das PSSA em relação à satisfação com os serviços de apoio prestados refletem um consenso sobre as necessidades fundamentais necessárias para melhorar o apoio prestado. A maioria destaca que a falta de uma habitação e a criação de oportunidades de emprego são um dos principais obstáculos para a reorganização das suas vidas. *Gaspar* e *André* destacam que a prioridade é encontrar uma casa e um trabalho, pois sem essas prioridades a sobrevivência e o desenvolvimento pessoal tornam-se extremamente difíceis. *"hum… arranjar uma casa, isto não é vida e é comida e arranjar trabalho (…) o que faz mesmo falta é arranjar uma casa e um trabalho"; "ajudarem-nos a conseguirmos arranjar uma casa".* A ideia é complementada por *Luís,* ao mencionar que há muitas casas abandonadas que poderiam ser aproveitadas para oferecer uma oportunidade de vida a quem está a viver na rua *"há tantas casas abandonadas e eu acho que há pessoas sem-abrigo que querem uma nova vida"*

A questão do trabalho digno é igualmente importante, tal como referido por *Manuel*, que sublinha a necessidade de trabalhos que sejam não sejam temporários, mas com contratos a termo incerto reforçando a importância de condições laborais

dignas. *"O que faz falta é trabalho para toda a gente, mas têm de me fazer um contrato e que seja seguro".*

Para *Pedro* e *Gonçalo* é importante ter uma casa e oportunidades de emprego assim como uma acompanhamento psicológico continuo *"oportunidades de emprego e apoio psicológico"; "precisamos de arranjar um trabalho digno e uma casa".*

A questão do alojamento é um tema recorrente, para *Catarina* viver em tendas ou em casas abandonadas não é uma solução, desabafa que quando consegue aceder a um rendimento extra perde outras ajudas essenciais, como as senhas gratuitas do refeitório social.

"O que faz falta é ajudarem mais na questão do alojamento (…) viver numa tenda ou numa casa abandonada não é habitação digna para ninguém (…) é muito difícil arranjar algo com os nossos rendimentos (…) até mesmo quando começamos a ter acesso a rendimentos começam a cortar-nos certas ajudas, por exemplo, as senhas da alimentação deixam de ser gratuitas, como temos um rendimento assumem que já podemos pagar".

Este relato evidencia a complexidade das necessidades e a importância de um suporte contínuo e não condicional. Vários participantes, como *Júlio*, *Marco*, *Leonardo*, *Jorge* e *Aníbal* destacam também a necessidade de evitar de dormir na rua devido ao frio e às condições precárias, sentem a necessidade de ter espaços seguros e acolhedores, como mencionado por *Margarida.*

"não quero estar sempre a dormir na tenda ou em casas abandonadas, preciso de uma casa, mas o dinheiro também não chega para pagar um quarto";

"preciso de um quarto onde não sinta o frio da noite";

"faz falta um alojamento, não posso continuar a dormir numa tenda";

"a criação de espaços seguros e acolhedores é fundamental";

"ajudarem nos com o alojamento";

"ajuda com o alojamento em vez de estarmos a dormir em casas abandonadas ou num banco de jardim".

A dificuldade em encontrar quartos disponíveis e a preços acessíveis é outro ponto abordado por *Carlos,* que afirma que o que recebem de RSI não é suficiente para colmatar as despesas de um aluguer *"precisamos de quartos mais baratos, estão muito caros o que recebemos não dá para pagar".*

Emanuel e *António* destacam a importância de apoios que facilitem a integração social, ajudando-os a sentirem-se parte da sociedade. O sentimento de exclusão social e a necessidade de apoio constante são evidentes para garantir uma vida mais estável e digna *"falta de alojamento e na procura de um emprego estável"; "preciso de apoios que me ajudem a sentir que faço parte e de um trabalho"*.

Por fim, a necessidade de respostas imediatas e mais abrangentes é mencionada por *Noah* e *Márcio*, reforçando que os apoios atuais não estão atendendo às suas necessidades *"mais apoios e ajudas"; "ajudas imediatas eram o ideal, uma casa".*

A ideia de que viver na rua não é digno, como expressado por *José*, *"uma casa mais apoios, não é digno viver na rua"* reforça a necessidade de criar políticas e apoios que realmente façam a diferença na vida destas pessoas.

Os extratos destas entrevistas revelam a necessidade de uma abordagem integrada que combine com o acesso a uma habitação digna, oportunidades de emprego e apoio/acompanhamento psicológico, além de políticas que assegurem a transição da vida de rua para a reintegração na sociedade de forma a proporcionar um futuro mais promissor para as pessoas em situação de sem-abrigo**.**

A análise dos testemunhos ao longo deste estudo evidencia que a questão da habitação é um tema central e recorrente entre a população que se encontra em situação de sem-abrigo. A ausência de uma habitação estável e segura surge como um dos maiores desafios enfrentados, afetando diretamente a qualidade de vida e a capacidade de reconstruir novas trajetórias de vida e reintegração na sociedade.

A necessidade de soluções habitacionais adequadas, permanentes e acessíveis é amplamente destacada, refletindo o impacto profundo que a falta de uma casa exerce sobre a dignidade destes indivíduos

Os extratos apresentados reforçam a urgência de políticas públicas que priorizem o acesso à habitação como um direito fundamental e uma base essencial para a reintegração social e a superação da exclusão social, tal como consta na Constituição da República Portuguesa (1976), o direito à habitação (artigo 65º) de dimensão adequada e com condições de higiene e conforto, e que garanta a preservação da intimidade pessoal e da privacidade familiar (Ferreira, 2019).

Os extratos revelam que a falta de um alojamento afeta diversos aspetos da vida, como a saúde física e mental até a capacidade de encontrar empregos e serviços sociais.

Muitos demonstram a dificuldade que sentem em encontrar soluções habitacionais permanentes, como referido, há quem tenham de viver em condições precárias e recorrer a tendas e a casas abandonadas para pernoitarem.

Além disso, as soluções temporárias apresentadas, como centros de alojamento ou abrigos de emergência, frequentemente não correspondem às necessidades e expectativas dos indivíduos, seja pela falta de estabilidade ou pelas regras restritivas que estes têm de cumprir e na maior parte das vezes não as aceitam.

Portanto, o alojamento emerge como um elemento crucial que deve ser prioritariamente abordado nas intervenções sociais voltadas para esta população.

CAPÍTULO V - Perceções das equipas de rua sobre a intervenção social

5. Perceções dos técnicos de equipas de rua e gestão de casos

A análise das perceções dos técnicos das Equipas de Rua e de Gestão de Casos fornece uma visão sobre o fenómeno da população em situação de sem-abrigo na cidade de Aveiro. Estes profissionais que acompanham e prestam apoio diariamente a esta população partilharam, através de entrevistas, *insights* sobre as complexidades do seu trabalho e dos desafios que enfrentam diariamente.

Através da partilha das suas experiências e conhecimentos, foi possível identificar cinco temas centrais que ajudam a estruturar uma compreensão mais profunda desta realidade: (1) características da população e determinantes da situação de sem-abrigo; (2) obstáculos à integração social das pessoas em situação de sem-abrigo; (3) características da intervenção social; (4) avaliação da intervenção e formas de a melhorar; (5) políticas públicas.

O primeiro tópico diz respeito às características da população sem-abrigo e aborda também as perceções dos técnicos sobre as causas que conduzem à situação de sem-abrigo.

No segundo tópico descrevem-se os obstáculos à integração social das PSSA, percecionados pelos técnicos.

O terceiro tópico centra-se nas características da intervenção realizada junto da população-alvo. Neste tópico, os técnicos destacam as abordagens utilizadas, os

recursos disponíveis, e os métodos de trabalho implementados para fornecer apoio e encaminhamento às pessoas em situação de sem-abrigo.

O quarto tópico diz respeito à avaliação da intervenção e às formas de a melhorar. A intervenção realizada pelos técnicos oferece uma reflexão crítica sobre a eficácia das intervenções desenvolvidas, identificando os pontos fortes e as áreas que necessitam de reformulação.

O quinto tópico aborda as políticas sociais. É analisado o papel das políticas governamentais no que concerne ao apoio que prestam à PSA, analisando a adequação das medidas existentes apresentando sugestões para políticas mais eficazes e inclusivas.

5.1 Características da população sem-abrigo: causas e consequências do problema

5.1.1 Características da população sem-abrigo da cidade de Aveiro

As características demográficas e socioeconômicas das pessoas em situação de sem-abrigo mostram que se trata de uma população com grande diversidade. De acordo com a *Assistente Social A*, as pessoas em situação de sem-abrigo que se encontram na cidade de Aveiro são maioritariamente pessoas em idade ativa. A técnica distingue as pessoas sem-teto das pessoas sem-casa, ou seja, *"as pessoas sem-teto são geralmente indivíduos isolados que pernoitam em locais abandonados ou ao relento, enquanto as pessoas sem-casa são indivíduos que se encontram em centros de alojamento temporários, pensões, e/ou apartamentos partilhados" (…) "Maioritariamente pessoas em idade ativa (…) são essencialmente pessoas isoladas"* Como afirmado no extrato, as pessoas sem-teto são pessoas isoladas sem qualquer retaguarda familiar como é o caso das mulheres que se encontram nesta situação, por norma, elas acabam sempre por arranjar um companheiro na rua, de forma a conseguirem proteger-se da situação em que se encontram *"(…)acabamos por ter alguns casais que se formaram na rua desde que estão na situação de sem-abrigo"*. As mulheres não deixam de ser um grupo mais fragilizado e, quando se encontra nesta situação, corre maior risco.

Como afirmado pela *Psicóloga C* e *Educadora Social B*, a maioria das PSSA são homens, com idades compreendidas entre os 30 e 55 anos, beneficiários de apoios sociais como o PSI e RSI. *"Na nossa equipa maioritariamente são homens, faixas etárias*

com mais prevalência a dos 30 aos 55 anos"; "O nosso público-alvo é maioritariamente homens, ali na faixa de 35, 45, 50, com baixa escolaridade, isolados a nível da família e muitos não são da zona de Aveiro acabam é por vir parar a esta cidade". Porém, como mencionado pela *Assistente Social D*, muitos enfrentam dificuldades em manter esses apoios e benefícios devido ao facto de não cumprirem com os acordos da Segurança Social, resultando de um longo período sem qualquer tipo de apoio ou rendimento. Posteriormente, essa falta leva a que não consigam realizar o pagamento da renda de uma casa e/ou um quarto *"todos eles, alguma parte beneficiários de RSI, outros estão a receber o PSI. Muitos acabam por não conseguir receber o RSI porque faltam aos acordos que têm com a Segurança Social".*

Explica que muitos são inseridos em empregos arranjados pela Segurança Social, ou seja, bolsas de emprego, mas depois, por vontade própria, acabam por sair ou não cumprir o contrato de trabalho até ao fim, resultando da penalização por parte da SS. Essa penalização leva a que fiquem aproximadamente cerca de dois anos sem receber, por norma o PSI ou o RSI. Quando não têm rendimentos, a única solução é realizar trabalhos pontuais. *"Acabam por ficar maioritariamente dois anos sem receber (…) isso é muito tempo sem receber (…) por norma recebem o PSI ou RSI (…) quando não têm rendimentos o que fazem é trabalhar em obras, trabalhos pontuais nada de muito formal (…) vão de vez em quando e fazem algumas horas".*

Porém existem mudanças nas caraterísticas demográficas da população referida, como relatado pela *Psicóloga E* que afirma que, embora o predomínio ainda sejam homens, cada vez mais pertencem a uma camada etária jovem. *"As características, têm vindo a mudar um pouco (…) antes, tínhamos uma população mais velha e agora cada vez mais encontramos pessoas mais novas em condição de sem-abrigo, o que depois vem a mudar aqui um bocadinho o padrão".* Realça que esta população tem grande incidência para os consumos de substâncias ilícitas e lícitas, o que provoca precaridade socioeconómica, perda de empregos, perda de alojamentos e instabilidade familiar. *"A população presente é consumidora de substâncias, drogas e álcool (…) existe muita precariedade em termos de trabalho, contratos de trabalhos muito curtos, às vezes nem existe esta questão do contrato de trabalho, só trabalhos temporários (…) e a questão familiar, em que normalmente estão em ambientes familiares mais vulneráveis".*

A situação económica é reforçada pela *Assistente Social F*, que refere que estas pessoas se encontram numa situação extremamente precária, são desempregados, com problemas aditivos associados à doença mental. Já *Assistente Social G* e *Assistente Social H* mencionam a ausência de rendimentos e o baixo valor das prestações sociais recebidas por muitos, o que agrava ainda mais a situação de vulnerabilidade desta população *"as pessoas em situação de sem-abrigo, que nós acompanhamos aqui, têm ausência de rendimentos, algumas, estão sem-teto, outras em situações de risco".*

Além disso, a falta de retaguarda familiar é destacada como um fator crítico no extrato relatado pela *Assistente Social H*, em que afirma que uma grande parte da população que acompanha não tem suporte familiar, o que contribui ainda mais para o isolamento social e dificulta a sua reintegração na sociedade *"nós acompanhamos um número elevado de população que não tem retaguarda familiar".*

Perante estes extratos constata-se que a população sem-abrigo na cidade de Aveiro é predominantemente composta por homens de faixa etária jovem, em idade ativa, com forte dependência de apoios sociais, com uma ausência significativa de retaguarda familiar, com problemas aditivos associados à doença mental. O problema da saúde mental, como já identificado pelas profissionais que diariamente trabalham com esta população é considerado grave.

Segundo a *Assistente Social A*, dos indivíduos que acompanha, uma grande parte apresenta problemas de saúde mental, incluindo casos não medicados. Destaca os esforços para garantir que todos recebam uma avaliação hospitalar. *"Existe uma grande percentagem de pessoas com problemas de saúde mental, sendo que uma parte tem problemas de saúde mental e ainda não estão medicados (…) Neste momento estamos a fazer os possíveis para que todos tenham pelo menos uma avaliação no hospital".*

A ideia é reforçada pela *Psicóloga B*, destacando que a maioria das PSA sofre de condições de esquizofrenia, depressão e ansiedade. As técnicas, tentam fazer com que tenham um acompanhamento médico e medicação adequada, evidenciando a importância de integrar estes indivíduos no Sistema Nacional de Saúde. *"A maioria aqui (apoiada pela equipa) tem esquizofrenia, depressão, ansiedade. Uma das nossas funções é tentar que a cada cliente seja atribuído um médico de família e que depois sejam encaminhados para os serviços de saúde e especialidade de psiquiatria".*

Segundo o extrato da *Educadora Social C*, a saúde mental tem-se agravado, especialmente após a pandemia COVID-19. Menciona a associação entre problemas mentais e o consumo de substâncias, formando um círculo vicioso que agrava a situação destas pessoas. *"A ausência de saúde mental existe, sentimos que com o passar dos anos piora, pós-pandemia piorou muito, mas isso acho que é algo que se nota de uma forma geral na sociedade portuguesa, nesta população, se calhar ainda mais. Muitas vezes a questão da saúde mental ou a ausência da saúde mental cruza-se com a questão dos consumos, naturalmente. Temos aqui um misto, doença mental, consumo de substâncias e situação de sem-abrigo, isto é, uma bomba explosiva. Por isso existem problemas graves ao nível da saúde mental nas pessoas em situação de sem-abrigo".* Isto é confirmado pela *Assistente Social D*, que também confirma uma associação entre os consumos de substâncias e os problemas de saúde mental, destacando que muitas pessoas sem-abrigo enfrentam as questões em simultâneo. *"Neste projeto, maioritariamente, temos pessoas com consumos, uma grande parte encontra-se na situação de sem-abrigo (…) e sim têm algum problema de saúde mental e claro que os consumos acabam por afetar também".*

A *Psicóloga E* destaca a dificuldade em determinar a prevalência exata devido a diagnósticos não realizados, embora reconheça que muitos lidam com perturbações de personalidade e outros com patologias desencadeadas através dos consumos de substâncias e devido às circunstâncias da vida *"Nós temos problemas de saúde mental diagnosticados e não diagnosticados, Portanto, a prevalência também é uma das coisas que nunca podemos dizer ao certo, porque existem pessoas que são detentoras de alguma característica ou de alguma patologia, mas que, efetivamente, não têm um diagnóstico e, portanto, nós lidamos com a consequência, acompanhamos pessoas com perturbações de personalidade, como depois outras perturbações também são despoletadas pelo consumo ou por situações de vida em que as pessoas vão tendo, que vão despoletando algum tipo de patologia, mas são casos em número elevado".*

A *Assistente Social F* e *Assistente Social G* afirmam a grande prevalência de situações de dependência de álcool e drogas, o que dificulta ainda mais o acompanhamento e tratamento desta população, principalmente aqueles que vivem na rua e por norma não comparecem nas consultas de tratamento. *"A prevalência é grande, porque a maior parte, além do problema do álcool e das drogas, acaba por ter um problema associado*

à saúde mental. (…) temos várias situações em que sentimos muita dificuldade em os sensibilizar, em os encaminhar, especialmente, aqueles que estão na rua, é muito difícil fazer um acompanhamento a nível da saúde mental". É difícil interromper o consumo de forma imediata, mas a participação nas consultas torna-se essencial para um acompanhamento mais eficaz. No entanto, a situação de rua muitas vezes dificulta esse processo, pois a maior parte não comparece nas consultas ou são difíceis de localizar. "*(…) sabemos que é impossível deixar de consumir do dia para a noite, mas é importante irem a consultas, pois assim é mais fácil de os acompanhar, contudo, estando na rua, às vezes é difícil, não querem ir, não aparecem para as consultas, não os conseguimos encontrar".*

Por fim, a *Educadora Social H,* reforça o extrato mencionando em que o consumo de álcool e a outras substâncias são um grande problema, frequentemente resultando em condições de esquizofrenia. Esse panorama evidencia a necessidade de uma abordagem integrada e continua que aborde tanto os problemas de saúde mental como as questões das dependências garantindo um apoio mais eficaz para a PSSA *"não sei muito bem, acho que talvez a adição leva a problemas de esquizofrenia, mas é mesmo o álcool e outro tipo de substâncias, acho que é maior problema".*

5.1.2. Determinantes da situação de sem-abrigo

A condição de sem-abrigo é o resultado de uma combinação de fatores onde as questões familiares, consumos de substâncias e dificuldades económicas se destacam como as principais causas. A *Assistente Social A* afirma que as ruturas familiares são resultado do consumo de drogas licitas e ilícitas. Além disso, a crescente ocorrência de despejos, devido à dificuldade em pagar a renda de uma habitação, e situações relacionadas com a imigração são mencionadas como novas causas emergentes "*é a questão dos problemas familiares, portanto há uma rutura familiar e essa rutura, tem muito a ver com os consumos, tanto de estupefacientes como drogas lícitas (…) Mas sim tem haver com esta questão da rotura familiar. Agora vão surgindo também alguns casos de despejo, não têm condições económicas para pagar os alojamentos e a questão da imigração que já começam a existir algumas situações aqui na cidade".*

A *Psicóloga B e a Educadora Social C* concordam que o consumo de álcool e de substâncias ilícitas, juntamente com problemas financeiros são causas comuns,

"consumo de álcool, consumo de substâncias ilícitas e problemas financeiros", a *Educadora Social C*, ainda acrescenta que o desemprego, o isolamento social e a ausência de uma rede de suporte e apoio fazem com que os indivíduos fiquem sujeitos à condição de sem-abrigo *"na minha opinião, trabalhando nesta equipa e conhecendo a realidade como conheço, grosso modo é pelo consumo de substâncias. Começam a surgir, de há uns anos para cá, outros fatores, como o desemprego, a ausência familiar, pessoas isoladas, que não tendo retaguarda, não tendo estrutura, é muito fácil irem parar à rua, é muito fácil chegar a esta situação. Mas, na minha perspetiva, da minha realidade de hoje, são os consumos de substâncias lícitas e ou ilícitas."*

A *Assistente Social G* e a *Educadora Social H* partilham da mesma ideia e apontam a problemática do alcoolismo e das adições, frequentemente associados a problemas de saúde mental, como fatores cruciais que dificultam a recuperação dessa população. *"as noções familiares, às vezes disfunção familiar, conflitos familiares, que depois muitas vezes levam ao problema do álcool e droga, mas principalmente o alcoolismo é o fator com que nos deparamos mais aqui… é o alcoolismo"; "as adições, que também estão associadas a problemas da saúde mental, como fator associado a essa problemática".*

A *Assistente Social D* observa que os consumos, combinados com ruturas familiares e dificuldades económicas frequentemente levam à perda de habitação *"neste momento o grande fator são os consumos (…) Consumos, redes de suporte, a ligação já é pouca, mas num primeiro momento a família ainda dá apoio, só que depois deixa de dar, ou seja, é um dos fatores, famílias destruturadas e com percursos complicados (…) os valores dos quartos e das casas também é um dos fatores (…) as pessoas não têm capacidade monetária para sustentar uma casa (…) pessoas que até tinham uma vida organizada, mas como perderam o emprego acabam por ir parar à situação de rua, porque deixaram de conseguir manter o pagamento de crédito ou prestações"*

Esta tese é reforçada pela *Psicóloga E* que afirma não haver apenas um só fator determinante, mas uma junção de diversos fatores como problemas familiares, desemprego e habitação que levam a que as pessoas se tornem ainda mais vulneráveis. *"Dizermos que há um fator que leva ou que é um fator-chave para levar, isso não seria correto dizer, mas existem sim alguns fatores, seja por problemas familiares, seja por esta questão habitacional, as pessoas já não têm condição, então chegam a esta situação. E no nosso dia-a-dia é também a situação do consumo, que pode levar as*

pessoas a uma situação mais vulnerável". A *Assistente Social F* partilha da mesma ideia apontando para uma junção de fatores ao longo do tempo, acentuando a falta de uma habitação acessível. *"É um conjunto variado de fatores, não é um único fator, é um acumular de fatores que vão tendo ao longo do percurso da vida deles e que os leva a ficar nesta condição. E depois tem outras coisas associadas que não lhes permite sair dessa condição, para além de termos neste momento pouca oferta em termos de habitação, com elevados custos fica impossível conseguirem pagar algo".*

5.2 Obstáculos à integração social das pessoas em situação de sem-abrigo.

Os principais desafios enfrentados por esta população são variados e interligados. A questão habitacional surge como o maior obstáculo na atualidade, conforme destacado pela *Assistente Social A*, que menciona a escassez de alojamento adequado e acessível *"neste momento é a questão do alojamento, não só para a PSSA como para nós enquanto serviços, é realmente intervir com esta população, apoiá-los e não termos uma resposta habitacional para lhes oferecer. Estamos com um problema a nível habitacional".*

Em Aveiro, as respostas disponíveis, como em centros de alojamento temporário e apartamentos partilhados estão frequentemente cheias e com grandes listas de espera. Estas listas, por serem de âmbito nacional, incluem pessoas de outros distritos que se encontram na mesma situação e também procuram apoio na região: *"(…) As respostas que temos aqui em Aveiro estão quase sempre cheias ou há lista de espera em centros de alojamento temporários e apartamentos partilhados e quando falamos em listas de espera, são listas a nível Nacional pois somos procurados por outros distritos também".* Afirma que as pessoas acabam por permanecer nos alojamentos temporários mais tempo do que o previsto, já que não é viável mandá-los novamente para a rua. Além disso, encontrar soluções no mercado de arrendamento privado é difícil devido aos preços elevados e incompatíveis com os rendimentos que possuem, o que representa um grande obstáculo no processo de reintegração *"(…) as pessoas acabam por permanecer lá mais tempo do que é suposto (…) Também não as podemos mandar novamente para a rua, terão de permanecer mais tempo nos nossos apartamentos. Depois também não conseguimos encontrar uma resposta no mercado de arrendamento privado, porque os preços são elevados para os rendimentos que eles têm. Portanto isto*

acaba por ser um grande obstáculo". Ressalta que, mesmo com vagas em apartamentos partilhados, a adaptação é difícil, pois requer o cumprimento de regras. Para muitos que já estão de tal forma acomodados à vida de rua torna-se difícil a adaptação a uma habitação partilhada: *"mesmo tendo vaga nos apartamentos partilhados não se conseguem adaptar, pois estão há muitos anos na rua, já se acostumaram com essa realidade e não conseguimos integrá-los em habitação, ou seja, na habitação partilhada"*.

A *Psicologia B* também aponta para a falta de habitação adequada e acessível às características de cada indivíduo. Este acaba por ser um problema que transcende a população sem-abrigo, afetando a sociedade como um todo. *"principal desafio… a falta de habitação e muitas vezes adequada ao perfil de cada um, porque na maior parte das vezes eles não têm perfil adequado para estarem em apartamentos partilhados, nem todos têm perfil para estarem sozinhos ou para estarem em centros de alojamento, por isso é mesmo a falta de habitação adequada (…) este é um problema que hoje em dia afeta a nível nacional, não só para eles, mas também para pessoas que não se encontram nesta situação".*

A *Educadora Social C* menciona os desafios de integração social e profissional, com dificuldades em manter contratos de trabalho e empregos, o que agrava a situação de exclusão. *"São muitos… a integração social, socioprofissional, a manutenção dos empregos, o cumprimento de regras, o assumir dos compromissos falham redondamente, quer para connosco, mas essencialmente para com eles (…) Porque traçam, aliás, nós aqui traçamos metas sempre muito curtas, não podemos traçar objetivos a longo prazo porque não é possível e depois temos de gerir a frustração. Mas mesmo com os objetivos traçados a curto prazo, eles falham frequentemente, por isso acho que este é um grande problema, esta população enfrenta a inserção na sociedade, porque há o estigma (…) depois, são pessoas com muitas fragilidades em várias áreas enquanto pessoa".*

A *Assistente Social D* ressalta a lacuna existente nas respostas para as pessoas com consumos, afirmando que a habitação deveria ser uma prioridade, independentemente se existisse ou não motivação para tratamento. *"Mercado imobiliário é um problema, os quartos estão muito altos, pensões… é impossível conseguirem pagar com os valores que recebem (…) nós como trabalhámos com pessoas com consumos acho que existe uma*

lacuna nas respostas, ou seja, existem sítios que até os podem integrar por exemplo os CATs, mas alguns deles não permitem pessoas com consumos, torna-se uma entrave (…) a maioria das pessoas sem-abrigo não está motivado para realizarem tratamento de forma a ficarem abstinentes e então temos de pôr a motivação à abstinência de lado do que propriamente a procura de habitação (…) há locais que não aceitam pessoas com consumos e acho que isso esta mal, porque habitação devia vir em primeiro lugar, devia ser uma prioridade mesmo quando a pessoa ainda não está motivada para tratamento porque a habitação é um direito" Defende que a habitação deveria ser vista como um direito, abordando a questão da politica de *Housing First* que sugere que o acesso à habitação deve ser visto como uma prioridade independentemente e não se a pessoa continua ou não com consumos ou esta ou não motivada para tratamentos (Martins, 2018).

A *Psicóloga E* sublinha que a ausência de habitação é um reflexo das dificuldades económicas enfrentadas por esta população, dificultando ainda mais a sua estabilidade. *"A habitação, que acho que é uma questão que até mesmo as pessoas que não estão em situação de sem-abrigo passam, nós conseguimos perceber as dificuldades que estamos a atravessar e obviamente uma população que não tem um trabalho regular, que muitas vezes não tem rendimento, isso torna-se ainda mais evidente e aliás as pessoas estão numa situação de sem-abrigo porque há ausência de habitação. Portanto, essa é a maior problemática que nós enfrentamos*".

O facto da sociedade enfrentar dificuldades para aceitar as PSSA é comentado pela *Assistente Social F* que devido aos estigmas associados, preconceitos e a uma falta de compreensão das causas complexas que levam a essa problemática, na maior parte das vezes as pessoas são marginalizadas e vistas como responsáveis pela sua própria condição, o que dificulta a implementação de políticas inclusivas e o acesso a serviços essenciais *"vivemos numa sociedade que não está , preparada para integrar plenamente este tipo de população, porque vivemos numa sociedade em que, maioritariamente, a integração passa pelo emprego e muitas destas pessoas não têm, não têm competências, não têm condições neste momento, por toda uma série de fatores, para integrar o mercado de trabalho e a integração deles terá de passar por outras áreas e fica mais complicado, porque a dimensão económica é sempre um fator preponderante"* enquanto a *Assistente Social G* destaca a precariedade das condições de vida e a

dificuldade em manter um local estável para viver: *"Estas pessoas vão para um sítio e têm de sair, porque acabam, muitas vezes, por estar em condições horríveis (…) não têm acesso a comida nem a casa de banho, acabam por ter de sair e procurar um sítio melhor e acabam por ficar nesta situação de ausência de alojamento estável".* A falta de uma rede de suporte, emprego e alojamento é ilustrado pela *Educadora Social H* que afirma que essa falta cria desafios que dificultam a superação da situação de sem-abrigo. *"Falta de respostas (…) muitas vezes não ter a reta guarda familiar, não terem aqui uma rede de suporte, os desafios são esses mesmos, é falta de postos de trabalho e falta de um local onde eles possam pernoitar, não conseguem descansar, então isto aqui é uma cadeia, não tendo um sítio onde ficar, não conseguem um posto de trabalho, também não conseguem dinheiro para suportar uma habitação, um quarto é um desafio para eles."*

Em síntese, esta problemática é um fenómeno complexo, impulsionado por múltiplos fatores, onde a falta de habitação adequada e acessível se destaca como um dos maiores desafios. A solução requer uma abordagem integrada que considere não apenas as causas subjacentes, mas também as necessidades individuais de cada indivíduo, oferecendo suporte contínuo e adaptado.

5.3 Características da intervenção social junto das pessoas em situação de sem-abrigo

A intervenção junto da população em situação de sem-abrigo requer uma abordagem multidimensional e adaptada às necessidades especificas de cada individuo. Um dos principais instrumentos dessa intervenção são as equipas de rua que, diariamente, desempenham um papel fundamental na aproximação e no acompanhamento destas pessoas.

Os objetivos da Equipa de Rua abrangem diferentes aspetos no apoio à população em situação de sem-abrigo, focando-se na aproximação, confiança, motivação para tratamento e redução de riscos. A *Assistente Social A* destaca que o principal objetivo é aproximar as pessoas dos serviços disponíveis na sociedade. Esta aproximação é feita através da criação de um vínculo entre elementos das equipas de rua e as pessoas em situação de sem-abrigo, onde lhes garantem cuidados básicos de higiene, alimentação e saúde, para de certa forma, gradualmente, serem integrados na sociedade. ***"****um dos*

objetivos é que as pessoas tenham conhecimento dos serviços que existem na sociedade (…) isto é o primeiro passo, temos de os aproximar dos serviços, pois a maior parte das pessoas nem sequer se dirigem aos serviços para procurar ajuda, por isso é que as equipa de rua têm este contato privilegiado no terreno e no sítio onde pernoitam, acabando por divulgar os serviços e ao mesmo tempo tentar aproximá-los dos serviços (…) muitas das vezes conseguimos que haja essa aproximação, através respostas às necessidades básicas, ou seja, cuidados de higiene, alimentação, cuidados de saúde é por aqui que tentamos sempre aproximá-los aos serviços" A motivação para tratamento é evidenciado pela *Psicóloga B* e a *Educadora Social C* especialmente para aqueles indivíduos que têm problemas aditivos. *"o objetivo principal é a motivação para o tratamento"*; *"um dos objetivos é a motivação para tratamento, trabalhamos com pessoas com comportamentos aditivos, não só pessoas em situação de sem-abrigo, mas pessoas com comportamentos aditivos, o nosso trabalho passa essencialmente por motivar para o tratamento, acompanhá-los durante o processo de tratamento, quer nas unidades de saúde, quer ao nível da psicologia e reinseri-los socio-profissionalmente".* A *Educadora Social C* descreve um acompanhamento continuo que vai desde a motivação inicial até à reinserção socioprofissional, sem necessariamente exigir a cessação do consumo, mas focando-se na redução de riscos e satisfação de necessidades básicas durante o processo *"nós acompanhamos o sujeito durante todo o processo, quer enquanto consome, quer enquanto decide parar o seu consumo, quer enquanto precisa de alguma coisa, é justamente acompanhar o sujeito, ele até pode andar a consumir e nós trabalhamos com eles, a redução de riscos ao nível da saúde, cumprimento das vacinas, vai ao médio, faz a sua higiene, alimenta-se, pronto pequenos objetivos. Isto passa pelo trabalho desta equipa. O foco não é o parar de consumir, não é necessariamente deixar o consumo (…) É poder responder às várias necessidades do sujeito durante a sua vida, durante os anos em que é acompanhado por nós".*

A *Assistente Social D* complementa ao apontar para as práticas de saúde pública, como a troca de seringas, distribuição de material de prevenção e realização de rastreios de doenças sexualmente transmissíveis, além de terem disponíveis serviços básicos como balneário social, distribuição de roupas e cobertores no inverno e lavandaria de acesso livre a quem mais precisa, garantindo que mesmo aqueles que tenham uma casa, mas que não consigam ter meios para realizar a sua higiene pessoal e/ou pagar a conta

da água possam usar os serviços. *"Trabalhamos na ótica da saúde pública, ou seja, troca de seringas para as pessoas que consomem (…) distribuímos material para as práticas sexuais, fazemos rastreios de hepatite, Sífilis, Sida etc… temos o balneário aberto da parte da manhã de forma que as pessoas consigam tomar banho e fazer a sua higiene. Temos a distribuição de roupa na rouparia e lavandaria onde podem deixar a roupa a lavar (…) mesmo a pessoas que não precisam de fazer higiene, mas que não têm condições nem meios para pagar a água, podem vir fazer a higiene ou deixar a roupa para lavar (…) de inverno temos a preocupação de distribuir cobertores e sacos de cama, agasalhos".*

A *Psicóloga E* sublinha a importância da proximidade e a construção de confiança, permitindo que os indivíduos expressem as suas necessidades de forma autónoma promovendo o bem-estar físico e emocional. *"o nosso objetivo é termos uma proximidade à pessoa, porque também achamos que é assim que vamos conseguir chegar aquilo que efetivamente é a necessidade da pessoa, sendo ela a dizer-nos qual é a necessidade dela e não nós a supormos qual é que ela é (…) então, os nossos objetivos, além, obviamente, de fazermos o nosso trabalho junto da população e acrescentarmos aquilo que a população precisa e, de uma forma geral, acrescentar este bem-estar, seja físico ou emocional, é também esta questão da aproximação e da confiança com eles".*

A *Assistente Social F* reforça o objetivo de retirar as pessoas da rua, mas reconhece a necessidade de garantir condições mínimas essenciais, como alimentação e a saúde mental, enquanto o objetivo principal não é alcançado, ou seja, retirar as pessoas da situação de sem-abrigo *"o objetivo principal é retirar as pessoas da rua. Não podendo atingir esse objetivo num curto prazo, garantimos as condições mínimas de dignidade humana tais como apoio à alimentação e saúde mental".*

A *Assistente Social G* e a *Educadora Social H* abordam a minimização dos danos e o trabalho de gestão de processos. A *Assistente Social G* destaca como principal objetivo reduzir os impactos negativos que a vida na rua tem para estes indivíduos, *"o principal objetivo são as pessoas de rua, ou então minimizar os danos destas pessoas"* enquanto a *Educadora Social H* sublinha a importância na construção de uma projeto de vida com os indivíduos em situação de rua, ajudando-os a identificar e seguir com os seus próprios objetivos *"tentarmos com eles construir um projeto de vida (…) o maior desafio, é eles saberem aquilo que querem".*

Para tal, a intervenção das Equipas de Rua junto da PSSA consiste num conjunto de ações e abordagens integradas, realizadas diretamente nos locais onde essas pessoas "vivem" pernoitam e passam uma grande parte do seu tempo.

Conforme justificado pela *Assistente Social A*, a intervenção inclui uma tentativa, por parte das equipas de rua, em visitas a parques de estacionamento, cafés, e locais de pernoita, com o objetivo de criar uma ligação entre as pessoas sem-abrigo e os serviços. *"É realmente ir ao terreno ir ao local onde eles permanecem onde eles dormem e onde acabam por fazer toda a sua vida no dia-a-dia, nós vamos aos parques de estacionamento onde estão a arrumar os carros, vamos aos cafés que eles frequentam, à noite principalmente aos locais de pernoita e realmente o principal objetivo é aproximá-los dos serviços, queremos que nos procurem que venham realmente aos serviços (…) alguns nunca vêm aos serviços, nós acabamos por fazer maior parte do trabalho com eles na rua".* Este contato direto permite oferecer apoio imediato, mesmo para aqueles que resistem aos apoios e não têm interesse em ter acesso aos serviços formais, como balneários e refeitórios sociais. *"Alguns dizem que também não precisam de ir ao balneário que se desenrascam, não precisam de ir ao refeitório social que se desenrascam, porém continuamos a prestar o nosso apoio e a passar na mesma nos locais onde que eles frequentam e já foi possível e conseguimos com que algumas pessoas façam tratamento sem que seja necessário virem ao nosso gabinete e conseguimos encaminhá-los para tratamento."*

A motivação para o tratamento, o apoio psicossociológico, o acompanhamento social e a reinserção são destacados pela *Psicóloga B* como elementos centrais da intervenção realizada: *"fazer a motivação para tratamento, apoio psicossociológico, acompanhamento social, parte da reinserção social, balneário social, refeitório, encaminhamento para colmatar as necessidades básicas é importante"* Como já referido, este trabalho é complementado por visitas regulares aos locais de pernoita, para identificar novas pessoas e realizar encaminhamentos para serviços essenciais. *"(…) o trabalho de rua é importante, vamos duas vezes por semana aos sítios onde eles pernoitam para ver se há alguém novo e posteriormente encaminhar para os serviços".*

A *Educadora Social C* enfatiza a preocupação com a habitação e as dificuldades enfrentadas para encontrar alojamento adequado para aqueles que de certa forma se encontram em situação de sem-abrigo e posteriormente têm problemas a nível da

doença mental e comportamentos aditivos. *"(…) as pessoas que estão em situação de saída de abrigos com recursos, pensão social para inclusão, pessoas até com recursos, mas não conseguimos arranjar alojamento que vá ao encontro das necessidades de cada um".*

A intervenção inclui a sensibilização e motivação tanto dos indivíduos quanto de potenciais arrendatários, promovendo a adaptação às regras sociais e de convivência. *"depois também tem estas características, a doença mental, consumos, a tal dificuldade tremenda no cumprimento de regras e de comportamentos, que depois acabam por se formar".*

A intervenção no *"Projeto Giros"* é especialmente focada em pessoas com consumos, segundo o extrato destacado pela *Assistente Social D*. Existe a necessidade de criar ações direcionadas tanto para pessoas sem-abrigo quanto para consumidores de substâncias que na maior parte dos casos que acompanha encontram-se em situação de sem-abrigo: *"A nossa intervenção é mais direcionada para pessoas com consumos sendo que acaba por estar direcionada também para os sem-abrigo, porque alguns apresentam consumo de substâncias e encontram-se a viver na rua".* A *Psicóloga E* complementa este extrato ao detalhar as áreas de intervenção que incluem balneário social, lavandaria, rouparia, e assessoria de metadona, além de iniciativas de redução de riscos e minimização de danos, como distribuição de materiais e sensibilização sobre doenças sexualmente transmissíveis e consumos. *"nós temos a nossa área que é do balneário social, é onde temos a lavanderia, a rouparia e a parte do balneário, onde podem fazer a sua higiene (…) fazemos a assessoria de metadona, ou seja, ajudamos nesta adesão ao tratamento e toda a outra parte de redução de risco e minimização de danos (…)"* O objetivo é não apenas alertar para as questões das doenças sexualmente transmissíveis e o consumo de substâncias, mas sim consciencializar a sociedade sobre as existência e as necessidades desta população vulnerável. A intervenção procura fornecer apoio imediato, promovendo uma compreensão de que a problemática é situacional e que todos somos iguais perante essas circunstâncias *" (…) seja através de darmos o material, seja também das sensibilizações que nós fazemos junto da população, tanto consumidores de substâncias como contexto recreativo (…) tentamos levar além da nossa população e sensibilizarmos as pessoas não só para as questões, e para os problemas que enfrentam, sejam eles as doenças sexuais, seja o consumo, mas*

também acreditamos que é uma forma de sensibilizarmos a população de uma forma geral para que esta problemática existe, esta população existe, esta situação existe, porque no fundo não é a população, somos todos iguais, é a situação (…) então as nossas áreas de intervenção e a nossa intervenção é neste sentido, é darmos um apoio imediato, seja ele através da alimentação, seja ele através da questão do balneário e também depois nesta questão dos consumos."

A *Assistente Social F* reflete sobre o processo complexo, longo e necessário para ajudar uma pessoa a sair da condição de sem-abrigo, reconhecendo os avanços e recuos nesse percurso. *"O que poderemos fazer para que possa sair da condição de sem-abrigo às vezes é um processo que é longo, não é tão linear nem tão rápido quanto nós gostaríamos, tem avanços e tem recuos, mas o objetivo final é o percurso que é necessário fazer para conseguirmos atingir esse objetivo".* A *Assistente Social G* reforça a importância de um acompanhamento próximo e contínuo, criando um relacionamento de confiança e ao mesmo tempo sensibilizando as pessoas para os seus problemas, enquanto procura encaminhamentos adequados, incluindo opções acessíveis de alojamento e reinserção socioprofissional ***"****nós procuramos fazer um acompanhamento mais próximo deles no sentido de os sensibilizar para o problema (…) tentamos principalmente, no início, sensibilizá-los, criando um relacionamento próximo no sentido de conseguir encaminhá-los depois para outras respostas, ou seja, a nível da saúde, por exemplo (…) há pessoas que não querem mesmo sair da rua temos de respeitar essa decisão, e há aquelas que querem sair e procuramos incentivá-las sempre para isso e procuramos respostas, os tipos de alojamento, os apartamentos partilhados, procuramos também prepará-los para esse tipo de propostas e autonomizá-los e quando é possível inseri-los a nível profissional, neste processo todo o mais difícil é a reaproximação com a família".* A *Educadora Social H* aponta para a necessidade de ajudar os indivíduos a delinear um projeto de vida compreendendo os seus principais objetivos e desejos, apoiando-os na reconstrução de uma trajetória que permita alcançar a autonomia e a estabilidade *"vêm aqui ao atendimento e o que nós fazemos é tentar sempre, como eu já disse, fazer aqui, delinear o projeto de vida, tentar perceber o que é que eles pretendem fazer da sua vida, quais os objetivos."*

A Equipa de Rua procura uma abordagem holística que não ofereça apenas o apoio imediato e básico, mas também trabalhe para a reabilitação e reintegração a longo prazo, respeitando a individualidade e as necessidades específicas de cada pessoa.

Desta forma, a intervenção das Equipas de Rua torna-se multifacetada, ao criar vínculos, a dar apoio a serviços básicos, a incentivar a motivação para o tratamento, e a apoiar na procura de uma habitação acessível com o objetivo final de promover a dignidade e a autonomia das pessoas em situação de sem-abrigo.

5.4 Avaliação da intervenção e formas de a melhorar

O papel das Equipas de Rua e Gestão de Casos é crucial no atendimento às diversas necessidades das pessoas em situação de sem-abrigo, oferecendo um leque abrangente de serviços que vão além do apoio imediato. Conforme descrito pelos profissionais envolvidos neste estudo, as equipas são compostas por profissionais de diversas áreas: Assistentes Sociais, Psicólogos e Educadores Sociais, permitindo uma abordagem integrada.

Como já afirmado e segundo o extrato recolhido da *Assistente Social A*, as equipas conseguem responder às necessidades, procurando motivar para o tratamento, promovendo a redução de riscos e encaminhando as PSSA para diversos serviços tais como refeitório social, balneário social, rouparia, lavandaria, atendimento de emergência, centro de alojamento temporário e apartamentos partilhados, com exceção do alojamento permanente: *"Tirando o alojamento permanente, damos resposta a tudo (…) somos duas equipas de rua aqui em Aveiro, nós somos a equipa de intervenção direta e trabalhamos mais a nível da motivação para tratamento. E depois temos outra equipa, a equipa do "Projeto Giros" que trabalha a redução de riscos (…) Também temos os serviços aqui da cidade, ou seja, refeitório social, balneários social, lavandaria, atendimento de emergência, centros de alojamento (temos 2), apartamentos partilhados (temos 4)"*. Os apoios prestados incluem também fornecimento e a compra de medicação, óculos e tratamentos dentários, conforme destacado pela *Assistente Social F "Apoiamos a nível de questões alimentares, ao nível de apoio nas questões de saúde, medicação, eventualmente às vezes numa outra situação em que precisem de óculos, apoiamos também com tratamentos dentários. Vai muito além em função das necessidades e do grupo com que trabalhamos".* O apoio em

áreas como a alimentação, encaminhamento para centros de saúde e/ou especialidades médicas é ressaltado pela *Psicóloga B,* enquanto a *Educadora Social C* destaca a importância de apoio ao nível das necessidades básicas, como a higiene, alimentação e ocupação *"estamos a dar resposta às necessidades elementares, higiene, alimentação e ocupação."* Destaca o papel do técnico gestor, que coordena os serviços essenciais e encaminha as PSSA para os recursos necessários, como é o caso do apoio ao nível do alojamento *"quase todas as pessoas estão em situação de sem abrigo, têm um técnico-gestor".* A *Assistente Social D* faz referência aos serviços disponíveis no apoio prestado como lavandaria, rouparia e distribuição de sacos-cama e cobertores durante o inverno *"Damos apoio através das questões de higiene, lavandaria, rouparia, snacks da parte da manhã, quando precisam e querem levar como pequeno-almoço (…) no Inverno iniciamos o plano de contingência do NPISSA e realizamos a distribuição de sacos-cama e cobertores".*

A Psicóloga E reforça que o suporte oferecido não se limita à população sem-abrigo, mas também abrange pessoas com comportamentos aditivos, proporcionando-lhes dignidade através de apoio em higiene e alimentação. *"os nossos apoios servem para dar apoio a várias problemáticas ajudamos na questão da higiene, na questão da alimentação e nestas questões dos consumos, porque não nos podemos esquecer que nós não trabalhamos só com população sem-abrigo, damos principalmente apoio a pessoas com consumo que posteriormente acabam por ser sem-abrigos".*

A *Assistente Social F* destaca o apoio em questões alimentares, de saúde e alojamento temporário, *"apoiamos a nível de questões alimentares, ao nível de apoio nas questões de saúde, medicação (…) encaminhamos para outras entidades quando há outro tipo de respostas e também fazemos apoios ao nível do alojamento", enquanto* a *Educadora Social H* fala sobre o encaminhamento para serviços de balneário, cozinha social e apoio ao imigrante dependendo da necessidade de cada um *"apoio no alojamento, alimentação, encaminhamento para a balneário social, a cozinha social e depois encaminhamento para outros serviços (…) prestamos apoio ao imigrante, depende da necessidade e de cada um."*

A *Assistente Social G* menciona a importância do encaminhamento para projetos de ocupação e emprego, evidenciando a necessidade de integrar os indivíduos em

atividades ocupacionais "*resposta a nível profissional, encaminhamos para projetos que existem a nível do centro de emprego, projetos para a ocupação, inseri-los em ateliês".*

Perante todas estas medidas de apoio é importante ressaltar o impacto das intervenções e a sua contribuição para alterar as trajetórias de vida de forma que a intervenção desenvolva competências que visam proporcionar autonomia e posteriormente melhorar a qualidade de vida destes indivíduos. A *Assistente Social A* enfatiza o contato privilegiado das Equipas de Rua com os indivíduos, o que facilita a gestão dos processos e contribui pra a elaboração de projetos de vida *"as equipas de rua têm um contato privilegiado com as pessoas que estão na rua, não só porque têm um contato regular (…) as equipas de rua têm um contato diário com a pessoa que está nesta situação, portanto têm aqui no fundo um papel privilegiado e que sem dúvida que vai contribuir para o projeto de vida dessa pessoa que está em SSA".*

A *Psicóloga B* destaca a importância de considerar o desejo das pessoas em sair da situação de sem-abrigo e a necessidade de articulação com serviços para apoio económico, habitação e reinserção social *"Primeiro temos de ver se a pessoa em questão quer ou não sair da situação de sem-abrigo. Esse é o primeiro ponto a debater, torna-se o ponto principal: aquilo que a pessoa realmente quer fazer, se demonstrar interesse em sair da situação de sem-abrigo, nós prestamos todos os apoio que a pessoa precisa, nomeadamente, tentamos articular com todos os serviços por causa do apoio económico, se necessário, apartamentos partilhados, CATs (se conseguirem ser integrados ou não) e o trabalho em volta dos serviços de reinserção social. Tentamos que vão para uma formação ou sejam integrados no mercado de trabalho, às vezes é muito difícil para as pessoas que estão em situação de sem-abrigo".*

A *Educadora Social C* acredita no impacto positivo do trabalho das equipas de rua, ressaltando o apoio psicossocial e o contato constante com os indivíduos *"eu quero acreditar que contribui (…) eu tenho de acreditar que o nosso trabalho resulta (…) As pequenas conquistas que nós pensamos fazer com esta pessoa, para nós, estamos a contribuir para uma melhor trajetória de vida da pessoa. Eles têm-nos como referência, têm-nos como porto-abrigo".*

A *Assistente Social D* sublinha a necessidade de respeitar as escolhas dos indivíduos, mesmo que isso signifique permanecer na rua, enquanto trabalham na redução de riscos e educação na saúde *"Claro que queremos que eles saiam da rua. Porém se ele quer*

continuar nesta situação, respeitamos. A nós cabe-nos reduzir o risco e trabalhar isso com eles".

A *Psicóloga E* acredita que o acolhimento com empatia e compreensão ajuda a melhorar o bem-estar dos indivíduos, independentemente das suas escolhas "*Eu acredito que nós acrescentamos sempre, diariamente, alguma coisa na vida dos nossos utentes, seja porque nós conseguimos acolhê-los de uma forma que na sociedade nem sempre são acolhidos, que é com empatia e com compreensão. Seja qual for a decisão deles, nós aqui acolhemos, e na verdade, trabalhamos com eles no intuito de, vamos fazer escolhas um pouco mais benéficas para eles, mas dentro daquilo que eles desejam. E seja o que for que desejem, aquilo que a sociedade espera ou não, nós vamos estar com eles e vamos ouvir de uma forma que não tem julgamento. Então nesse sentido, eu acredito que nós vamos acrescentando sempre, de alguma forma, bem-estar nos nossos utentes."*

A *Assistente Social F* destaca que a ajuda na definição dos objetivos de vida, proporciona um senso de direção e propósito *"Contribui permitindo-lhes ter um espaço onde possam definir o percurso de vida deles, às vezes quando estão na rua sentem-se muito perdidos e não têm objetivos definidos, nem concretos, nem metas, e nós aqui podemos de alguma forma ajudá-los a atingir e a começar a ter objetivos de vida para não se manterem sempre na mesma situação".*

Por fim, a *Educadora Social H* enfatiza a importância do desejo dos indivíduos em mudar e enquanto técnica sente a necessidade de ter respostas mais efetivas no campo da saúde mental e na habitação de forma que consiga dar apoio a nível da autonomia dos indivíduos. Apesar dos desafios, o apoio das Equipas de Rua é essencial para melhorar as condições de vida e promover a autonomia das pessoas em situação de sem-abrigo *"É bastante importante, mas necessário eles aceitarem. Nós temos aqui situações de pessoas que estavam sem hábitos de trabalho, que neste momento estão a trabalhar e estamos a trabalhar mesmo aqui a autonomia, a autonomizá-los".*

É importante que a intervenção que é realizada pelas equipas de rua contribua para a integração social das pessoas que se encontram em situação de sem-abrigo. Trata-se de uma questão complexa, que envolve diferentes perspetivas e abordagens por parte dos profissionais envolvidos nas Equipas de Rua. A opinião predominante entre os

profissionais entrevistados é a de que a intervenção dessas equipas contribui significativamente para a integração, embora ainda existam alguns desafios.

A *Assistente Social A* expressa uma confiança firme na eficácia da intervenção *"Sim, sem dúvida que contribui para a integração social",* enquanto a *Psicóloga B* ressalta a importância da vontade individual da pessoa, ainda que sublinhe o compromisso da equipa em oferecer apoio, independentemente da vontade ou não do indivíduo *"Sim, a não ser que as pessoas não queiram, depende da vontade da pessoa, contudo, mesmo que a pessoa não queira estamos aqui para o ajudar em tudo o que precisa, principalmente, a colmatar as necessidades."*

Já a *Educadora Social C* destaca que, embora a integração possa ser alcançada por alguns, o simples facto de os indivíduos utilizarem serviços básicos e manterem contacto acaba por ser uma forma de integração. *"Eu quero acreditar que sim e que conseguimos que isso aconteça, mas é uma minoria. Isto é relativo se conseguirmos que uma pessoa deixe esta situação (…) mas conseguimos que venham fazer a sua higiene, que venham ao refeitório, que venham realizar a sua higiene, que passem aqui uma vez por outra só para dizer, estou vivo, está tudo bem, para nós já é considerado integração"*.

A integração é muito importante, pode ter diversas perspetivas e patamares ou uma abordagem mais ampla e inclusiva, mas perante os extratos apresentados é possível reconhecer as diferentes dimensões da integração, desde a satisfação das necessidades básicas como a criação de vínculos sociais mínimos, daí às vantagens de uma equipa de carater multidisciplinar na intervenção prestada. A *Assistente Social A* sublinha a importância de integrar diferentes áreas do conhecimento no terreno, permitindo que a intervenção seja mais completa e holística "*Tem todas as vantagens, vai contribuir para que a intervenção seja feita de uma forma completa (…) Se conseguirmos estar todos no terreno a trabalhar todos juntos e a delinear um projeto de vida para aquela pessoa em conjunto é excelente"* A colaboração entre profissionais de diversas áreas contribui para a criação de projetos de vida mais personalizados e eficazes.

A *Psicóloga B* destaca como as diferentes áreas trazem expectativas diferentes, permitindo uma abordagem mais rica e variada para cada indivíduo *"O facto de sermos todas de áreas diferentes e de conseguirmos ter todas expectativas diferentes de cada pessoa, acabamos por nos complementar (…) cada uma trabalha a sua competência com*

cada pessoa". Este extrato é reforçado pela *Educadora Social C* que reforça a necessidade de trabalhar em equipa, tendo como apoio as competências e valências de cada área de formação de forma a obter um apoio mais direcionado para a necessidade especifica de cada indivíduo *"Nós não trabalhamos isoladas, trabalhamos em conjunto (…) o que nós precisamos é dos conhecimentos de todas e com as suas formações, com as suas competências, com as suas valências para trabalharmos com o indivíduo".*

A *Psicóloga E* complementa a sua abordagem, salientando os benefícios que uma equipa multidisciplinar pode trazer tanto para os utentes quanto para os profissionais. "*O facto de trabalharmos multidisciplinarmente tanto é benéfico para nós como para eles (…) É benéfico para eles porque nós conseguimos juntar o melhor de cada profissão e dar-nos o resultado que é o desejado, ou mais, aquilo que nós conseguimos dar de maior qualidade do nosso serviço. E isso é, obviamente, benéfico para eles. É também benéfico, para nós, porque além de nós trabalharmos com esta população, enfrentamos vários desafios, connosco próprios enfrentamos desafios até emocionais. E acabamos por partilhar com pessoas da mesma formação, mas com pessoas que têm outra formação e que acabam por ter também outra visão, outra perspetiva, outros conhecimentos que nos levam a nós também a desenvolver mais o nosso trabalho, a estarmos atentas a outras coisas do nosso trabalho".* A troca de perspetivas e conhecimentos entre colegas de diferentes áreas não só enriquece o serviço prestado, como também fortalece emocionalmente os próprios profissionais, proporcionando uma visão mais abrangente e integrada.

A *Assistente Social F* observa que a multidisciplinaridade permite uma intervenção mais enriquecida, ao abordar aspetos que talvez uma única formação não realçaria *"Permite ver aspetos que eu se calhar sozinha não conseguia ver, tendo várias formações, há aspetos que nós enfatizamos mais, as outras colegas enfatizam mais e permite enriquecer a intervenção, temos todas perspetivas e opiniões diferentes que se completam.*

Em suma, o caráter multidisciplinar das Equipas de Rua é visto como uma mais-valia indispensável, que não só enriquece a qualidade da intervenção, mas também promove uma abordagem mais completa e eficaz para atender às complexas necessidades das pessoas em situação de sem-abrigo. Perante esta intervenção

multidisciplinar é possível recolher alguns casos de sucesso ao longo da intervenção que é realizada com estes indivíduos.

Os relatos de casos de sucesso apresentados pelos profissionais demonstram a complexidade e a diversidade das experiências vividas pelas pessoas em situação de sem-abrigo. *A Assistente Social A* destaca que, embora existam muitos casos em que a reintegração seja difícil, há histórias de sucesso onde indivíduos, mesmo após anos a "viverem" nas ruas, conseguem superar os desafios, conseguem ingressar em comunidades terapêuticas a fim de iniciar tratamento, obter empregos e alcançar estabilidade através da permanência em apartamentos partilhadas *"Felizmente temos vários casos de sucesso (…) Mas por outro lado temos pessoas que sim, que conseguimos, mesmo até aquelas que já têm muitos anos de rua, muitos encaminhamos para comunidades terapêuticas, fazem os devidos tratamentos, seguidamente entram no departamento de inserção e neste momento estão a trabalhar. Também já conseguimos através dos apartamentos partilhados"* Contudo, no caso dos indivíduos que conseguem ter acesso a apartamentos partilhados o sucesso ainda esteja limitado devido à dificuldade em encontrar alojamento permanente, há casos positivos *"sendo que o sucesso aí ainda está um bocado "atrasado" pois não conseguimos tirar daí as pessoas, não conseguimos arranjar um alojamento permanente"*

A *Assistente Social A* partilha um exemplo de um jovem que, estando em situação de rua, foi acolhido num apartamento partilhado. Após diversas atividades e intervenções, conseguiu emprego e, posteriormente, um alojamento próprio, mantendo-se estável e organizado *"temos um caso de um rapaz que passou pelos apartamentos partilhados, ou seja, encontrava-se em situação de rua, passou para os apartamentos partilhados, depois de várias atividades realizadas com ele, conseguiu trabalho, e, entretanto, conseguiu alojamento, está organizado. São pessoas com quem conseguimos trabalhar e se mantêm neste ritmo"* Este caso exemplifica como, com o apoio adequado, é possível promover uma transição bem-sucedida para uma vida mais autónoma e estruturada.

Faz ainda referência que o problema em termos de organização das pessoas torna-se mais difícil para aqueles que têm problemas com o álcool e acabam por ter muitas recaídas. *"O nosso grande problema em termos de manutenção das pessoas que se conseguem manter mais tempo organizados, são aqueles que têm problemas de*

alcoolismo, têm muitas recaídas, são cada vez piores, e temos algumas dificuldades. Muitos voltam ao início ou ainda piores".

Existem também casos em que a reintegração completa não é possível, exigindo um acompanhamento contínuo *"também temos casos em que nunca vamos conseguir, esses são situações que têm de continuar a ser acompanhados, são os casos em que chamamos de uma intervenção paliativa, ou seja, a pessoa continua na rua, nós continuamos na mesma a intervir naquelas que são consideradas as necessidades elementares"*. Estas situações, que classificamos como intervenções paliativas, focam-se em garantir as necessidades básicas das PSSA mesmo que constituem a permanecer nessa condição.

Por outro lado, a *Psicóloga B* sublinha a complexidade dos casos envolvendo consumo de substâncias. Embora existam sucessos, a natureza do vício torna difícil afirmar que o problema está completamente resolvido, uma vez em que as recaídas são sempre uma possibilidade: *"Eu acho que tudo o que seja consumo de substâncias é complicado dizer que é um caso de sucesso, pois a qualquer momento a pessoa pode recair, por isso acho que um consumidor de substâncias será sempre um consumidor de substâncias. É como um consumidor de álcool (é a droga que nos preocupa mais) o tratamento é mais complicado é uma droga socialmente aceite e é mais complicado lidar com pessoas que ingerem álcool do que com pessoas que consumem heroína ou cocaína. Na perspetiva de acompanhamento é mais difícil".*

A *Assistente Social D* reflete sobre o conceito de sucesso relativo. Para ela, pequenas conquistas, como conseguir que alguém em situação de sem-abrigo aceite tomar um banho após um mês sem higiene, já é um passo significativo. Contudo, ela também reconhece as limitações do mercado de trabalho em aceitar estas pessoas e os desafios contínuos que enfrentam *"Sucesso é relativo. Entrada no mercado de trabalho é fundamental é o ponto de partida (…) mas o mercado de trabalho nem sempre esta pronto para os receber nem eles estão prontos para o mercado de trabalho, cabe a nós trabalhamos para tal, ajudá-los a perceber, capacitá-los (…) às vezes não conseguimos ver os resultados que queremos, mas eles aos poucos vão tentando e nós vamos assistindo a essas "lutas" há deles que têm recaídas, mas estamos novamente prontas para os ajudar e auxiliar. Para nós termos alguém há um mês sem tomar banho e de um*

momento para o outro conseguimos que venha fazer uma marcação e tomar banho para mim já considero um caso de sucesso".

A *Psicóloga E* oferece uma perspetiva interessante, observando que, mesmo em situação de rua, algumas pessoas conseguem surpreender pela resiliência e capacidade de organização, ou seja, a capacidade de conseguirem criar um ambiente minimamente estável, apesar das adversidades, também é vista como uma forma de sucesso, *"sucesso nasce também na rua. E as pessoas, mesmo em situação de rua conseguem organizar-se dentro daquilo que é o panorama delas ao ponto que até nós técnicos, às vezes, surpreendemo-nos de como é que a pessoa, nesta situação, conseguiu criar isto, viver nestas condições, tendo em comparação a primeira situação que ela tinha. E, portanto, isto também acaba por mostrar a capacidade e a resiliência que os nossos utentes vão desenvolvendo e o quão duro é também passar por uma situação de sem-abrigo, porque há pessoas que efetivamente fazem uma escolha, seja uma escolha refletida ou não, mas fazem uma escolha, mas outras pessoas não. E isso mostra o quão resilientes elas se tornam em criar o ambiente que elas desejam e que as aproxima daquilo que é ter uma habitação".*

A *Assistente Social F* menciona os "pequenos sucessos" que, com o tempo, podem levar a integrações mais completas, mas reconhece que a intervenção é frequentemente lenta e demorada, especialmente com pessoas que estão há muito tempo em situação de rua. Ela observa que a resistência à mudança pode ser um obstáculo significativo: *"Um caso de sucesso de uma pessoa que tenha conseguido ter uma casa e que esteja integrada no mercado de trabalho, para mim isso é um caso de sucesso (…) pessoas que viviam na rua com comportamentos aditivos, que não tinham qualquer tipo de acompanhamento, estavam no limiar dos limiares e conseguiu-se que a pessoa aceitasse o tratamento, acompanhamento médico, e começasse a definir algumas regras, a requerer as prestações sociais a que tem direito, portanto, isso vão sendo pequenos sucessos. As pessoas que estão neste momento na rua, aqui em Aveiro, são pessoas que já estão há muito tempo nesta situação em que a intervenção é sempre mais lenta, mais demorada, tornando mais difícil os processos de mudança".*

O regresso à família, para a *Assistente Social G* é um dos maiores indicadores de sucesso, é gratificante quando, depois de tantos anos, a pessoa consegue novamente ter contacto com os familiares *"Sim, já tivemos aqui um caso de sucesso, de regresso, eu*

acho que isso é, pronto, para mim é essencial, é o regresso à família. Acho que quem já teve aqui uma situação em que a pessoa já há anos que não se relacionava com a família e conseguiu-se uma habitação, onde se conseguiu que a pessoa melhorasse a perspetiva, pelo menos a vida a nível do problema do álcool e conseguiu-se o regresso à família".

A *Educadora Social H* relata um caso inspirador de uma jovem estrangeira que veio para Portugal estudar e após um período difícil em situação de sem-abrigo, conseguiu apoio para alojamento temporário, conseguiu terminar o seu curso e atualmente está a fazer um doutoramento, com reconhecimento internacional. *"Acompanhei uma jovem que estava cá em Aveiro a estudar na Universidade, não era portuguesa, tinha vindo de um país do continente Africano (…) por algum motivo, não conseguiu a bolsa que ela tanto queria, ficou sem meios, não tinha retaguarda familiar, não tinha dinheiro para poder pagar um quarto, e teve aqui este percalço (…) então a rapariga estava em situação de sem-abrigo, foi muito difícil encontrarmos um alojamento para ela, não conseguimos nas respostas que tínhamos, entretanto fizemos um pedido de apoio extraordinário à Câmara, pagámos no primeiro mês e neste momento ela está a tirar um doutoramento, está com uma bolsa espetacular, já foi chamada para Washington (…) tornou-se um caso de sucesso".*

Em resumo, o conceito de sucesso nas intervenções junto a pessoas em situação de sem-abrigo é multifacetado, ou seja, pode ser através de pequenas vitórias diárias, como a aceitação de cuidados básicos, até grandes transformações de vida, como a reintegração familiar ou o alcance de realizações académicas e profissionais. Cada caso reflete a complexidade das circunstâncias individuais e a importância de uma abordagem multidisciplinar e personalizada para alcançar resultados positivos.

Apesar dos casos de sucesso existem também lacunas e dificuldades sentidas na intervenção que é realizada, refletindo a precariedade dos recursos disponíveis quanto a complexidade das necessidades dos indivíduos. Uma das principais questões destacadas ao longo deste estudo é a falta de habitação adequada. A *Assistente Social A* sublinha a dificuldade em encontrar soluções habitacionais estáveis, especialmente para pessoas que lidam com problemas de saúde mental e dependência de substâncias psicoativas. Faz também referência à falta de acompanhamento psiquiátrico. Quando conseguem ter acesso a uma consulta de especialidade, limitam-se a ter consultas anuais, deixando a gestão da medicação nas mãos das equipas de intervenção, o que

leva a que a medicação seja ajustada apenas anualmente: *(…) Temos também a questão da saúde mental, porque muitas vezes juntamente com os consumos de drogas ilícitas, as substâncias psicoativas acabam por complicar. Sabemos que o acompanhamento a nível da psiquiatria muitas vezes também não é o melhor porque, realmente, podem ter um psiquiatra, vão às consultas uma vez por ano, mas depois não têm a capacidade de fazer a gestão da toma da medicação, tem de ser feita muitas vezes por nós.*". A *Educadora Social C* destaca a limitação de recursos financeiros e a falta de autonomia das equipas de intervenção, especialmente após a transferência de competências para as autarquias, o que restringe a capacidade de fornecer apoios imediatos e diretos. *"dificuldade de habitação, falta de recursos, às vezes precisávamos de mais dinheiro na intervenção social para responder às necessidades. (…) desde que houve a mudança, a transferência de competências para a autarquia (…) estamos muito mais limitados na nossa intervenção somos dependentes, ficamos muito limitados. Nós precisávamos de um fundo de maneio, precisamos de ser mais autónomos na intervenção, para um apoio direto".* Outra dificuldade mencionada é a falta de compromisso por parte das PSA em comparecer aos atendimentos agendados pelas técnicas, dificultando o acompanhamento contínuo *"é o cumprimento deles, a noção de responsabilidade é o que lhes falta, eles faltam aos atendimentos, nós marcamos atendimentos onde não comparecem".*

A *Psicóloga B* e a *Assistente Social D* reforçam a questão da habitação como um dos maiores entraves, apontando para a impossibilidade de as pessoas recém-saídas da rua conseguirem arcar com custos elevados dos quartos no mercado arrendatário "*Todas! questão da habitação e apoios económicos"; "respostas adequadas a esta população (…) falta de apoios adequados (…) queremos dar resposta, encaminhar para algum sítio e não conseguimos, atualmente como esta a habitação não dá, há clientes que até estão minimamente organizados na vida, conseguem trabalhar e gerir o seu dinheirinho, só que a nível da habitação não dá (…) com quartos a 500 euros, estas pessoas acabam de sair da situação de rua (…) estão a trabalhar a receber o seu primeiro salário. É impossível pagar 500 euros por um quarto, por isso sim não há respostas adequadas".* Esta situação torna impossível a autonomização dos indivíduos, mesmo quando têm um emprego ou uma certa organização financeira.

A *Psicóloga E* evidencia a sobrecarga das equipas técnicas que com recursos humanos limitados são responsáveis por atender um grande número de pessoas *"vamos tendo algumas dificuldades nas questões técnicas, portanto, nós somos poucos técnicos (…) aqui na nossa equipa, mensalmente, temos cerca de cem pessoas para acompanhar".* A escassez de profissionais compromete a capacidade de oferecer um acompanhamento adequado e contínuo, agravando ainda mais as dificuldades enfrentadas no terreno.

A *Educadora Social H* enfatiza a falta de respostas imediatas, especialmente no que diz respeito ao alojamento e ao acesso a cuidados de saúde. Embora haja algumas soluções para alimentação e higiene, a ausência de habitação adequada e a dificuldade em garantir acompanhamento médico contínuo, incluindo a obtenção de médicos de família e/ou consultas de especialidade são apontadas como grandes lacunas *"às vezes é mesmo a falta de respostas imediatas, que seriam fundamentais, mas neste momento a nossa maior lacuna é não termos alojamento(…) conseguimos dar resposta a alimentação através da cozinha social também conseguimos, o balneário social (…) agora a falta de alojamento, para mim é a nossa maior lacuna (…) às vezes as consultas na psiquiatria do hospital, mesmo com médicos de família, nós temos muita dificuldade em marcar ou até mesmo conseguir um médico de família que acompanhe um utente".*

A habitação continua a ser o principal problema para a intervenção das equipas de rua, diariamente "lutam" para oferecer um apoio adequado e eficaz dentro das limitações impostas pelo sistema e pelas condições socioeconómicas dos indivíduos, para tal são utilizadas estratégias para atenuar as dificuldades sentidas, que variam de acordo com os recursos disponíveis e as limitações enfrentadas pelas equipas de rua.

Uma abordagem comum é a realização de reuniões frequentes com parceiros locais e nacionais, como destacado pela *Assistente Social A*. Essas reuniões têm como objetivo identificar e relatar dificuldades, impondo por soluções através de relatórios enviados para o apoio central *"As estratégias passam um pouco por isto, ou seja, são as reuniões que fazemos com os vários parceiros, não só aqui da cidade, como parceiros a nível nacional, que são realizadas ao longo do ano em que fazemos um levantamento das dificuldades sentidas ao longo do ano, e enviar relatórios para o apoio central de Lisboa. São inúmeros os relatórios que enviamos a demonstrar estas dificuldades. Já tivemos algumas que conseguimos resolver, por isso é que os NPISSA são tão*

importantes, porque acabam por atuar nos territórios, mas também fazem o levantamento daquilo que são as dificuldades dos vários territórios para que depois quando se dá as reuniões das estratégias podemos apresentar quais as nossas dificuldades, e sinceramente já conseguimos muito, desde que foi a última estratégias, já conseguimos apartamentos partilhados, pois era algo que não tínhamos há uns anos atrás, já conseguimos a sessão da saúde mental".

Esse trabalho de articulação já resultou em alguns avanços, como a criação de apartamentos partilhados e melhorias na articulação entre saúde mental e apoios sociais.

Por outro lado, *a Psicóloga B* ressalta a ausência de estratégias eficazes devido à falta de respostas estruturadas, especialmente no âmbito habitacional. A dependência de autorização de outras instituições para responder a necessidades urgentes como a medicação limita o trabalho das equipas. *"não temos estratégias, pois não existem respostas. A todas as respostas que surgem neste âmbito da habitação nós tentamos candidatar-nos para conseguirmos colmatar necessidades. Ao nível dos apoios económicos não passa por nós, nós somos uma equipa que não temos um fundo maneio para poder ajudar o utente.*

Se o utente precisar de uma medicação urgente, não temos como auxiliar no momento, temos de pedir a outra instituição que está responsável por esse apoio, se pode dar ou não (…) portanto nós tentamos sempre fazer o melhor, mas muitas vezes não conseguimos assegurar. Por exemplo, se a dificuldade sentida for tipo alimentação, nós conseguimos assegurar, conseguimos dar resposta imediata, os banhos e a roupa, o apoio psicológico, o acompanhamento social, isso sim conseguimos assegurar… agora se for apoio relativos a outras áreas não conseguimos, estamos sempre dependentes de outros".

A *Educadora Social C* enfatiza a necessidade de uma abordagem resiliente, menciona a procura de financiamento para projetos como forma de colmatar dificuldades específicas, mantendo-se atenta às oportunidades de melhoria *"Nós já temos de ter um saco de paciência gigante. Estratégias. Sensibilizar, motivar, sugerir formas de atendimento de vida, andar nos centros de atendimento e financiamento de projetos. Vêm financiamentos e se nós acharmos que possa ter cabimento, financiamos determinado projeto para colmatar alguma dificuldade algum constrangimento,*

estamos sempre atentas e essas são as formas que nós temos de combater as dificuldades em que vivemos".

A *Assistente Social D* e a *Psicóloga E* compartilham a experiência de lidar com situações emergentes e a necessidade constante de adaptação *"É fazer omeletes sem ovos, desdobrar-nos. Procurar quartos. Falar com alguém sermos nós a procurar, mas na maior parte das vezes não conseguimos"*

Enquanto a *Assistente Social D* fala da dificuldade em encontrar alojamento adequado e o esforço contínuo em procurar soluções, a Psicóloga E descreve a intervenção como um constante "apagar fogos", lidando com desafios imediatos e ajustando-se às necessidades emergentes *"as dificuldades que nós vamos tendo, na verdade, nós agimos sempre numa perceção de resolução imediata. Então é o apagar fogos (…) quase que aparece sempre alguma coisa que nos leva a termos de agir de imediato e as nossas dificuldades vão sendo estas, de gerir (…) Umas vezes nós conseguimos até, emocionalmente conseguimos gerir melhor a situação, depois aparece-nos uma situação nova, que temos de estar sempre neste ajustamento e nesta dinâmica (…) É isso às vezes torna-se um desafio".*

A *Assistente Social F* destaca a falta de habitação como um dos principais desafios no apoio às PSSA. As estratégias atuais incluem apoios pontuais e a utilização de apartamentos partilhados, que são apenas medidas transitórias. O maior obstáculo surge quando se tenta integrar estas pessoas no mercando arrendatário, onde os elevados custos da renda e dos preços dos quartos torna esta transição impossível *"Faltas de resposta, ao nível do alojamento principalmente (…) apoios que nós pontualmente vamos fazendo ao nível do alojamento, mas que não resolvem a questão habitacional definitiva daquela pessoa (…) temos as respostas dos apartamentos partilhados, mas que também são transitórias (…) depois chegamos à questão de ir para o mercado normal na habitação e um quarto de 300, 400 euros, de 900 euros inviabiliza logo, não há maneira da pessoas autonomizar-se e sair da condição sem abrigo"*. Esta análise sublinha a necessidade urgente de soluções habitacionais mais acessíveis e permanentes para garantir uma reintegração sustentável.

Por fim, a *Assistente Social G* e a *Educadora Social H* destacam a importância do trabalho em equipa e da sensibilização da sociedade *"somos a equipa, agarramos-mos muito à equipa, ao núcleo todo, ao grupo operativo que trabalha, porque são vários*

serviços. Eu acho que isso, para mim, é o mais importante. Se não fosse isso, também não conseguíamos trabalhar isoladamente."

A colaboração entre diferentes serviços é essencial para enfrentar desafios complexos, e esforços para reduzir o estigma e adaptar respostas existentes para a população sem-abrigo são vistos como passos importantes para melhorar a eficácia da intervenção *"É conseguir aqui na nossa cidade, tentar arranjar respostas, às vezes, tentar sensibilizar também, imagina as pensões, porque estas pessoas são muito rotuladas, tentar arranjar respostas adequadas, existentes na nossa sociedade, porque até existem respostas, mas não é para esta população".*

De forma a melhorar a eficácia da intervenção junto da população sem-abrigo, as estratégias propostas pelos profissionais que trabalham com a PSSA destacam a necessidade de intervenção em várias frentes, com um foco especial no aumento do alojamento acessível. A *Assistente Social A* enfatiza a importância de pressionar tanto as autarquias quanto o poder central para aumentar as ofertas de alojamento, ressaltando que a habitação é um problema constante debatido em relatórios e avaliações *"neste momento é cada vez mais pressionar as autarquias e não só, e também o poder central da necessidade de mais alojamento acessível (…) devemos continuar a pressionar os órgãos competentes nesta área, para obtermos mais apoios e ajuda no que diz respeito à procura de alojamentos (…) mesmo em termos de avaliações relatórios estamos sempre debater o problema da habitação."*

A *Psicóloga B* sugere o aumento dos financiamentos às equipas que trabalham diretamente com essa população pois é crucial para melhorar a intervenção *"Aumentando os financiamentos às equipas que trabalham com esta população".* Isso reflete a necessidade de mais recursos para enfrentar os desafios diários, como também mencionado pela *Educadora Social C*, que destaca a falta de formação específica na área da saúde mental, acreditando que uma melhor preparação técnica seria fundamental para lidar com crises e situações complexas *"Falta-nos formação na área da doença mental (…) Eu acho que, enquanto técnicos, que procuramos, nós procuramos informar-nos e formar-nos. Mas eu sinto que, por exemplo, se eu tivesse mais bem preparada, se tivéssemos uma formação na área de doença mental saberia como intervir melhor nessa área às vezes mesmo em situação de crise eu faço aquilo que eu acho que devo fazer, não tenho formação na área, seria fundamental".*

Por sua vez, a *Assistente Social D* reforça a urgência de dar respostas na área da saúde mental, apontando para a dificuldade de encaminhamentos para serviços psiquiátricos *"É necessária esta população ter acesso a uma resposta mais solidificada a nível da saúde mental. Fazer encaminhamento para a psiquiatria é uma dificuldade eles não têm este apoio fundamental."*

Além disso, propõe a abertura de concursos acessíveis para habitação social, mencionando a existência de habitações desocupadas que poderiam ser utilizadas por PSA que reúnam condições para tal *"outras questão a ser trabalhada é habitação, abrir concursos para a habitação social. Há habitações sociais em Aveiro que não estão a ser ocupadas e deviam há quem necessite e reúna condições para tal",* sendo que essas habitações devem ser a preços acessíveis de forma a que as pessoas consigam manter os pagamentos *"habitação a um preço que seja possível para eles manterem o pagamento".*

A *Psicóloga E* reconhece a importância da formação, mas observa que a sobrecarga de trabalho e a escassez de recursos limitam a capacidade de participação em programas de formação *"além de acreditar que a formação é um ponto essencial e que ela é valorizada, mas acabamos por nem conseguir ter tempo para ela (…) como referi anteriormente, a nossa problemática de falta de recursos acaba por ser tão evidente depois no trabalho, que não temos o tempo que consideramos que poderia ajudar e que certamente ajudaria numa melhor intervenção".*

A *Assistente Social G* aborda a questão da redução de danos para pessoas sem teto, especialmente aquelas com problemas de consumo de substâncias, sugere a criação de abrigos de emergência que permitam a pernoita, oferecendo um espaço mínimo de segurança e higiene para essas *pessoas "termos de alojamento, é uma dificuldade que temos, são situações que nós temos de reduzir os danos destas pessoas que estão mesmo sem teto e com consumos, deviam ter um sítio para dormir e não têm, porque para ir para um centro, como já referi, não podem ter consumos (…) devia haver uma resposta de acesso para pernoitar e tomar um banho (…) criar alguergues de emergência".*

Por fim, a *Educadora Social H* reforça a necessidade de respostas adequadas, enfatizando que a existência de soluções específicas e apropriadas é fundamental para atender às necessidades desta população.

As estratégias enumeradas apontam para uma intervenção complexa que compreenda, nomeadamente, mais apoio financeiro às equipas de rua e formação especializada destas equipas.

5.5 Políticas públicas.

A *Assistente Social F* destaca a necessidade de políticas sociais mais integradas, criticando a desarticulação entre as áreas de saúde, emprego e habitação, defende que essas políticas deveriam ser mais concertadas para oferecer respostas mais adequadas à população em situação de sem-abrigo *"Com políticas sociais mais integradas e que possam privilegiar a dimensão da habitação e da habitação permanente numa habitação transitória."*

As opiniões dos profissionais que atuam com a população em situação de sem-abrigo revelam uma diversidade de perceções sobre as políticas públicas dirigidas a esta população.

A evolução das Estratégias Nacionais é destacada pela *Assistente Social A* que enfatiza a importância de uma nova abordagem, ou seja, a Estratégias Nacional 2025-2030, focada na prevenção, tanto de novos casos como de recaídas. Esta visão aponta para um avanço na estruturação e aplicação das políticas, mas reconhece a necessidade de uma implementação eficaz: *"Existe a Estratégia Nacional, neste momento ela terminou em 2023 foi prorrogada mais um ano, até ao final de 2024, mas já temos aprovada a Estratégia 2025-2030. Esta Estratégia tem um decreto de lei (isto não aconteceu na primeira estratégia) temos vários ministérios envolvidos na Estratégia. Relativamente à Estratégia anterior, tivemos muito focalizados na intervenção que é bastante importante, a próxima Estratégia tem um ponto bastante importante que é a prevenção e neste momento foi feita de forma que se comece a trabalhar a prevenção. Não só a prevenção de situações novas, mas também de recaídas, ou seja, situações de anteriormente. Por isso, temos um documento, temos uma estratégia e temos de aplicar como deve ser trabalhada".*

Por outro lado, a *Psicóloga B* critica a insuficiência de financiamento e a falta de equipas técnicas adequadas, sublinhando a carência de formação, especialmente na área da saúde mental. Este ponto prova a dificuldade enfrentada pelos profissionais para lidar com as complexidades das situações encontradas no terreno *"São escassas.*

Apesar de termos a Estratégia que está quase a terminar e de a vir agora outra, acho que os financiamentos são poucos para o número de PSSA que existem. Por outro lado, acho que as coisas falham por não haver equipas técnicas adequadas para as situações que estão no terreno. Porque nem toda a gente tem formação correta na área (…) importante formação, nomeadamente a nível da saúde mental que é escassa".

A *Educadora Social C* ressalta a sensibilidade das lideranças políticas, mencionando iniciativas como os apartamentos partilhados e novas respostas de acolhimento. No entanto, reforça que, embora haja progresso, ainda é preciso avançar na eficácia das respostas *"ainda bem que elas existem, ainda bem que tivemos o Presidente da República sensível a esta problemática (…) Mas não chega, é preciso fazer mais, é preciso sermos mais certos na resposta. Agora estes projetos que existem para dar resposta, como nós temos, apartamentos partilhados, há uns anos foi uma luta de anos, de anos e anos, a insistir que era uma necessidade fundamental que precisávamos, ainda bem que surgiu, e eu penso que as políticas públicas tiveram muito peso nestas novas medidas e vêm agora, novas respostas de centros de acolhimento, de centros de emergência, isto está a surgir"* Em contra partida, a *Assistente Social D* menciona a escassez de envolvimento político e investimento público, apontando para disparidades no apoio dependendo da autarquia *"São poucas (…) o envolvimento político é pouco nesta área claro que depois varia de autarquia para autarquia (…) mas é uma das dificuldades que temos são as faltas de politicas e investimento público".*

A *Psicóloga E* reflete sobre a relevância da população sem-abrigo, não necessariamente em termos numéricos, mas na importância política e económica que lhe é atribuída *"a população em situação de sem-abrigo, não tem grande relevância não em termos numéricos, porque se fossemos a ver em termos numéricos tinha muita, mas em termos de importância política, em termos de importância económica que dão para a população, ou seja, é pouca"*

A *Assistente Social F* observa a desarticulação das políticas públicas, ressaltando a necessidade de uma abordagem mais integrada entre saúde, emprego e habitação. Apesar dos avanços, reconhece que ainda há um longo caminho a percorrer para alcançar uma resposta mais coordenada e eficiente *"Ainda estão muito desarticuladas, ainda é as políticas de saúde para um lado, as políticas de emprego para o outro, as políticas de habitação para o outro e este tipo de população precisava que todas estas*

políticas fossem mais concertadas e que pudessem dar melhor resposta, apesar de termos a estratégia, já um longo caminho foi feito, mas ainda há muito a correr."

Por fim, a *Educadora Social H* utiliza uma metáfora para descrever o progresso das políticas como "é como um bebé, gatinha e dá os primeiros passos", reconhecendo que, apesar de alguns avanços, ainda há uma grande carência de políticas públicas eficazes *"Pois, acho que se tem de fazer um caminho. Há muita falta de resposta ok estamos a melhorar. Isto é tipo... é como o bebê. gatinha depois e dá os primeiros passinhos eu acho que estão a tentar fazer qualquer coisa, mas ainda há muita falta muita, muita, muita, muita falta de políticas para esta população, muita falta mesmo".*

Embora se reconheça um progresso nas políticas públicas para a população sem-abrigo, os profissionais apontam para a necessidade de um maior financiamento, formação adequada, coordenação entre diferentes áreas e um envolvimento político mais robusto e consciente para garantir respostas mais eficazes e abrangentes.

As perceções dos profissionais sobre a Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2025-2030 revelam uma análise crítica e detalhada sobre os compromissos políticos e as soluções previstas. A *Assistente Social A* destaca a importância do eixo da prevenção incluído na nova estratégia, reconhecendo a necessidade de um financiamento próprio e adequado para a sua implementação. Embora veja a redução da problemática como uma meta possível, considera a erradicação completa uma meta distante *"a questão da prevenção é muito importante, continuamos a ter os outros eixos porque tem um eixo da intervenção, da monotorização. Mas este eixo da prevenção faz sentido que esteja lá, agora na prática vamos ver como é que as coisas vão correr. A estratégia precisava de um financiamento, este é um assunto que debatemos sempre nas reuniões, mas o que nos dizem é que o financiamento tem haver consoante a intervenção dos vários ministérios (…) acho que devia ter um financiamento próprio (…) não sei se é possível erradicar, é possível sim reduzir, mas agora erradicar acho que não".*

A *Psicóloga B* reforça que, independentemente das soluções, vão continuar a surgir novos casos devido a fatores, como os baixos rendimentos e os aumentos do valor da habitação, sugere um foco maior em políticas de rendimento e habitação para mitigar a situação, mas mantém uma visão sobre a impossibilidade de erradicar esta problemática *"nunca vamos ter resposta para o número de pessoas, ou seja, por mais vagas por mais*

respostas que possam surgir vão sempre surgir novos casos, o que se pode fazer é trabalhar com as pessoas que estão na rua no sentido da questão económica, ou seja se a pessoa tiver rendimentos é possível alugar um espaço, mas muitas das vezes isso não é possível porque o rendimento é escasso e os preços da habitação são altíssimos (…) impossível erradicar este problema"

A *Educadora Social C* sublinha a necessidade de compromissos políticos efetivos e de soluções verdadeiras que enfrentem diretamente as exigências da realidade *"há compromissos políticos, soluções previstas, vamos fazer um esforço muito grande por cumprir"* destaca a habitação e a saúde como pilares essenciais para a integração *"(…) há problemas é a habitação e a saúde (…) são os dois grandes pilares para trabalhar com as pessoas em situação de sem-abrigo",* menciona as dificuldades práticas que os utentes enfrentam ao tentar manter empregos ou formação enquanto vivem na rua *"é muito difícil eles trabalharem, frequentarem formações para despois estarem a viver na rua".*

A *Assistente Social D* reconhece a importância da estratégia, mas ressalta as dificuldades da sua implementação especialmente devido à falta de investimento público e apoio político *"Faz falta e é importante, mas depois existe uma dificuldade de a implementar nos territórios devemos trabalhá-la mais, não nós enquanto técnicos porque fazemos o máximo para colocar tudo em prática, mas a estratégia existe e parece que a nível político existem algumas falhas para que ela possa ser implementada na totalidade e ser levada ao fim, mas dentro dos territórios os técnicos estão a tentar e a esforçar-se para dar o devido apoio, falta sim é o investimento público e o apoio publico"*

A *Psicóloga E* concorda com a necessidade de um diagnóstico adequado e direcionamento dos recursos, mas alerta para a importância de um compromisso político sério e contínuo para que a estratégia tenha um impacto real *"efetivamente, eu considero que é necessário haver uma maior abertura para olhar para a situação e não só dar meios financeiros para ajudar a que a situação diminua, mas também direcionar esse trabalho (…) acho que ainda existe muito trabalho a ser feito.* A habitação é vista como uma das principais linhas de ação, *"porque até uma das grandes linhas da estratégia é esta questão da habitação"* enfatiza que ainda há muito trabalho a ser feito *"há muito trabalho que se pode fazer e que as coisas podem melhorar muito mais do que aquilo que estamos nesta situação, até porque os números se vêm a aumentar,*

então acho que o trabalho tem de ser repensado e tem de ser mais, cada vez mais, até porque a situação económica do país também está a levar nesse sentido, mas acho que ainda há muito trabalho para fazer"

A *Assistente Social F* reflete sobre a dificuldade de implementar na prática as estratégias bem delineadas no papel, expressando esperança de que a nova estratégia possa, pelo menos, minimizar o problema, embora a erradicação total seja vista como impossível *"Eu espero que não aconteça como a estratégia anterior, que no papel de facto está uma estratégia excelente, mas depois é muito difícil a implementação, porque não há respostas (…) Erradicar, erradicar, é impossível"*

A *Assistente Social G* reforça a necessidade de envolvimento de todos os serviços e de um apoio mais robusto a nível superior, destacando a dificuldade de encaminhar as pessoas para tratamentos ou empregos sem antes resolver a questão da habitação *"agora é preciso é que todos os serviços se envolvam e tenhamos também ajudas a nível superior (…) cada vez há menos ajudas e tendo em conta as estratégias (…) é difícil, muito difícil (…) as pessoas vêm aqui pedir ajuda e nós não temos capacidade económica nem autonomia para ajudar estas pessoas (…) não posso encaminhar uma pessoa para trabalho, para tratamento (…) não posso se a pessoa estiver na rua"*

Por fim, *a Educadora Social H* acredita que a aplicação total da estratégia poderia reduzir significativamente o número de pessoas na rua, mas reconhece que a erradicação completa é impraticável devido a uma minoria que opta por essa condição como estilo de vida *"acho que se nós conseguirmos pôr na prática a estratégia que está muito bem (…) Se conseguirmos aplicar a 100%, acho que conseguíamos aqui dar um grande salto e tirar muitas pessoas da rua, mas nunca conseguiríamos erradicar, porque há pessoas que não querem sair"* enfatiza a importância de respeitar essas escolhas, em que o mais importante é a minimização dos danos *"há que respeitar, minimizar danos, atenção, mas há pessoas em situação de sem- abrigo que querem estar nesta situação (…) é um estilo de vida (…) uma percentagem muito pequena, mas existe. Por isso que em erradicar a 100% nunca conseguimos".*

Em suma, os profissionais destacam a necessidade de uma abordagem integrada e bem financiada, com foco na habitação, saúde e apoios financeiros. Embora reconheçam avanços e melhorias possíveis, a erradicação completa da situação de sem-

abrigo é vista como improvável, dadas as complexidades envolvidas e a diversidade das necessidades e escolhas individuais.

CONCLUSÃO

Perante o trabalho de voluntariado e as entrevistas realizadas, é possível concluir que as pessoas em situação de sem-abrigo revelam uma realidade complexa e multidimensional, marcada por diversos desafios estruturais e individuais. Como apresentado neste estudo pelos extratos das entrevistas realizadas, tanto para as pessoas em situação de sem-abrigo como para as técnicas das equipas de rua, a condição de sem-abrigo presente no conselho de Aveiro é resultado de uma combinação de fatores, entre os quais se destacam ruturas familiares, dificuldades económicas, desemprego e consumos de substâncias psicoativas associados a problemas de saúde mental. Estas trajetórias são frequentemente agravadas pela ausência de suporte familiar e pela exclusão social, que perpetuam um ciclo de vulnerabilidade (Camões, 2012).

As histórias de vida partilhadas por estes indivíduos refletem momentos anteriores de estabilidade, em que a habitação, o emprego e as relações familiares desempenhavam um papel importante. Contudo, eventos inesperados, como perda de emprego, consumos, separações, ou violência doméstica, culminaram numa transição para a rua, frequentemente acompanhada por sentimentos de desamparo e exclusão. Para a maioria, é notório que a condição de sem-abrigo não é um ponto de partida, mas sim uma consequência de vários fatores adversos a longo tempo.

Um dos principais desafios enumerado e enfrentados por estes indivíduos são as entraves no acesso aos apoios sociais, onde a ausência de documentação e morada dificultam a obtenção de apoios como o Rendimento Social de Inserção e o acesso a serviços de saúde, principalmente a atribuição de um médico de família.

As equipas de rua desempenham um papel crucial no apoio a estes indivíduos, oferecendo orientação, encaminhamento para serviços, suporte emocional e ajudas materiais, como alimentação e vestuário.

No entanto, apesar dos esforços as intervenções realizadas são frequentemente vistas como insuficientes para promoverem a mudança. A falta de recursos e de soluções habitacionais limita a eficácia destas intervenções que, na maior parte das vezes acabam por ser de carater paliativo.

Ao longo de todo o estudo, a questão da habitação emerge como um dos temas mais críticos e recorrentes. A falta de uma habitação digna e estável não só afeta a qualidade de vida, mas também compromete a reintegração da pessoa na sociedade (Coelho, 2019).

A maior parte dos extratos referem a necessidade de soluções habitacionais permanentes, acessíveis e adaptadas à sua realidade. É de referenciar que alternativas a modelos como o *Housing First* são permissoras para estes casos.

Outro elemento central identificado nos extratos é a importância de uma abordagem integrada e humanizada. As intervenções sociais devem ir além da assistência básica, incluindo estratégias para a inclusão no emprego e nos acessos a serviços de saúde, promovendo uma abordagem centrada no individuo promovendo a sua autonomia.

Por outro lado, as perceções das equipas de rua sobre a sua própria intervenção refletem os desafios que sentem em relação à intervenção realizada e à falta de recursos para responder às necessidades das PSSA. Os técnicos reconhecem a dificuldade em implementar intervenções eficazes, visto que não têm respostas habitacionais e políticas públicas mais consistentes. Além disso, destacam a necessidade de um maior alinhamento entre os serviços e as entidades governamentais para enfrentar os desafios diários que perpetuam a exclusão social.

Em suma, a análise evidencia a urgência de uma transformação nas intervenções sociais e nas políticas públicas direcionadas à população em situação de sem-abrigo. O acesso à habitação digna, e apoios direcionados para a empregabilidade, são identificados como pilares fundamentais para a reintegração social destes indivíduos.

É essencial e importante combater o estigma e criar abordagens que promovam a inclusão, a dignidade e a autonomia destas pessoas. As ações atuais, embora relevantes, necessitam de ser ampliadas e articuladas, integrando uma intervenção de curto, médio e longo prazo para assegurar respostas mais eficazes e humanas à problemática do sem-abrigo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alcântara, S., Abreu, D., & Farias, A. (2015). Pessoas em Situação de Rua: das Trajetórias de Exclusão Social aos Processos Emancipatórios de Formação de Consciência, Identidade e Sentimento de Pertença. *Revista Colombiana de Psicologia*, *24*, 129–143. https://doi.org/10.15446/rcp.v24n1.40659

Aldeia, J. (2014). De "cidadão" a "sem-abrigo". O laço de cidadania no fenómeno dos sem-abrigo João Aldeia*. *INTERSEÇÕES*, *16*(2), 229–244.

Baptista, M., Baptista, A., & Torres, E. (2006). Associação entre suporte social, depressão e ansiedade em gestantes. *PSIC - Revista de Psicologia da Vetor Editora*, *7*(1), 89–48.

Bardin, L. (2011). Análise de conteúdo (4ª ed.). Lisboa: Edições 70.

Barreto, E. (2000). *Vinculação e Relações de Objeto dos Sem-Abrigo: Um estudo exploratório* [Dissertação].

Barros, R. (2010). *Contributos de Mulheres Sem-Abrigo para a Construção de Respostas Habitacionais/Serviços de Apoio* [Dissertação]. ISCTE - IUL.

Batista, I. (2018). *The First Portuguese Homelessness Strategy: Progress and Obstacles*. European Journal of Homelessness, 7(2), 87-107.

Bento, A., & Barreto, E. (2002). *Sem-Amor Sem-Abrigo*.

Cancela, M., Caetano, A., Teixeira, M., & Almeida, C. (2023). A Intervenção Social com Pessoas em Situação de Sem-Abrigo: O papel das políticas sociais de âmbito nacional e local. *Temas Sociais*, *4*, 33–49.

Camacho; S. (2022, junho 14). Lutar contra a situação de Sem-Abrigo: uma prioridade da Europa Social e um compromisso de todos [Conferência]. Rede Europeia Anti-Pobreza, Madeira.

Camões, A. (2012). *Trajetórias de Vulnerabilidade: Perceção Subjetiva e Objetiva da Condição do «Novo Pobre»* [Dissertação]. Universidade Católica Portuguesa.

Capucha, L. (2004). Desafios da Pobreza (Tese de Doutoramento). Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa. Disponível em: https://www.academia.edu/25911964/Desafios_da_Pobreza

Cardoso, R. (2017). *Conta-me um conto: um processo intercultural de conscientização e de aprendizagem ao longo da vida* [Dissertação]. Universidade Aberta.

Caridade, C. (2017). *Pessoa sem-abrigo: Narrativas pessoais, condições sociais e políticas* [Dissertação]. Universidade do Minho.

Cáritas. (2024). *Pobreza e exclusão social em Portugal: uma visão da Cáritas 2024*.

Carmo, R., Sebastião, J., Azevedo, J., Martins, S., Costa, A., & Casanova, J. (2018). *Desigualdades Sociais - Portugal e a Europa*.

Coelho, G. (2019). *Estudo Comparativo da Perceção das Equipas de Intervenção Social: Housing First e Serviços Tradicionais de Apoio a Pessoas em Situação Sem-Abrigo em Portugal* [Dissertação]. ISPA.

Coutinho, C. P. (2018). Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas - teoria e prática (2.ª edição, Reimpressão 2022). Almedina.

Coutinho, S. (2021). *Políticas Públicas de Intervenção para Pessoas em situação de Sem Abrigo: Proposta de critérios de avaliação potenciadores da eficácia na prevenção e intervenção junto da população.* ISCTE - IUL.

Cruz, M. (2018). *Opinião pública sobre as pessoas sem-abrigo em Portugal*. Universidade do Minho.

Diogo, F., Castro, A., & Perista, P. (2015). *Pobreza e exclusão social em Portugal: contextos, transformações e estudos*. Húmus.

Duque, E., & Calheiros, A. (2017). Questões Éticas subjacentes ao trabalho de Investigação. *Revista EDaPECI São Cristóvão (SE)*, *17*(2), 103–118.

EAPN Portugal. (2014). *A pobreza e a exclusão social: Um olhar na primeira pessoa*. Rede Europeia Anti-Pobreza Portugal.

EAPN. (sem data). *O que é a Pobreza?* [Portal oficial da Rede Europeia Anti-Pobreza]. EAPN. https://arquivo.eapn.pt/o-que-e-a-pobreza

EAPN. (2022). *Pobreza e Exclusão Social em Portugal- Relatório 2022* [Estatístico]. EAPN Portugal.

ENIPSSA- Inquérito de Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo Síntese de resultados. (2021).

ENIPSSA. (2023). *Aquisição de serviços de consultoria para a avaliação ex-post da estratégia nacional para integração de pessoas em situação de sem-abrigo (ENIPPSA 2017/2023)* (Relatório Final No. Volume I).

ENIPSSA. (2024). *ENIPSSA*. Estratégia Nacional para a Integração da Pessoa em Situação de Sem-Abrigo. https://www.enipssa.pt/conceito-de-pessoa-em-situacao-de-sem-abrigo

FEANTSA. (2005). *ETHOS Typology on Homelessness and Housing Exclusion*. https://www.feantsa.org/en/toolkit/2005/04/01/ethos-typology-on-homelessness-and-housing-exclusion?bcParent=27

Ferreira, D. (2019). *"O sem abrigo vai ter o quê na sociedade? Às vezes nem um buraco para se meter tem": A vivência da Cidadania daqueles que (sobre)vivem na rua* [Dissertação]. Universidade do Porto.

Fernandes, M. (2006). *Fechados no Silêncio - Os sem-abrigo* [Dissertação]. Universidade Aberta.

Freitas. (2021). *Gestão de equipas de rua para pessoas em situação de sem-abrigo o caso da região autónoma da madeira* [Dissertação]. Universidade lusófona.

Gato, A. (2020). *O Estado Novo e a saúde dos pobres*. https://doi.org/10.4000/books.cidehus.15402

Gomes, T., & Guadalupe, S. (2011). *Redes de Suporte Formal ao Sem-Abrigo na Cidade de Coimbra1*. *21*.

Gonçalves, J. (2017). *As necessidades das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo da cidade de Lisboa*. https://doi.org/10.13140/RG.2.2.13128.21765

Gonçalves, S. (2022). *Narrativas sobre a pobreza em Portugal: o caso da imprensa escrita* [Dissertação]. Politécnico de Portalegre.

Lages, J. (2022). Habitação em pandemia: os desafios da COVID-19 a partir da experiência de mulheres em situação de precariedade habitacional. *CIDADES, Comunidades e Territórios*, *45*. https://doi.org/10.15847/cct.26604

Lúcio, J., & Marques, F. (sem data). *A pobreza em Lisboa na I República*. https://doi.org/10.34037/978-989-9053-04-5_1.1_23

Machado, A. (2012). *Trajetórias de exclusão social em mulheres sem-abrigo: um estudo de caso* [Dissertação]. Universidade Católica Portuguesa.

Lino, F. (2019). *De onde vêm e para onde vão… Trajetórias de vida de pessoas em situação de sem-abrigo numa instituição de acolhimento temporário* [Dissertação]. Universidade do Porto.

Machado, A. (2012). *TRAJECTÓRIAS DE EXCLUSÃO SOCIAL EM MULHERES SEM-ABRIGO: UM ESTUDO de Caso* [Dissertação]. Universidade Católica Portuguesa Escola Superior de Direito.

Machado, H. (2008). Manual de Sociologia do Crime. Porto: Afrontamento

Marconi, M., & Lakatos, E. (2003). *Fundamentos de metodologia científica* (5ª). Atlas.

Martins, A. (2007). *As sem abrigo de lisboa estudo realizado na AMI em lisboa (centros sociais de olaias e chelas)* [Dissertação]. Universidade Aberta

Martins, P. (2018). *Modelo Housing First como precursor da mudança social transformativa: uma perspetiva ecológica sobre o impacto da perceção da qualidade da casa e da escolha na integração comunitária, no recovery e na qualidade de vida* [dissertação]. ISPA.

Miguel, M., Ornelas, J., & Maroco, J. (2010). Modelo de atitudes face aos sem-abrigo em Portugal. (Portuguese). *Análise Psicológica*, *28*, 437–450. https://doi.org/10.14417/ap.310

Moreira, P. (2015). *A ILUSÃO DA CLASSE MÉDIA: NOVA POBREZA EM EMERGÊNCIA?* [Relatório de estágio]. Universidade do Porto.

Nações Unidas. (1966). *Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais*.
https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/international-covenant-economic-social-and-cultural-rights

Neves, A. (2022). *A Implementação da Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo: Estudo de Caso no Centro de Acolhimento e Inserção Social – Comunidade de Inserção, em Coimbra"* [Dissertação]. Universidade de Coimbra.

NPISAA. (2023). *RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023 - NPISA Aveiro*. NPISA.

Observador. (2024). *Número de pessoas sem abrigo em Portugal continental aumentou para mais de 13 mil em 2023* [Jornal]. Observador. https://observador.pt/2024/12/10/numero-de-pessoas-sem-abrigo-em-portugal-continental-aumentou-para-mais-de-13-mil-em-2023/

Padgett, D., Gulcur, L., & Tsemberis, S. (2006). Housing First Services for People Who Are Homeless With Co-Occurring Serious Mental Illness and Substance Abuse. *Sam Tsemberis*, *16*. https://doi.org/10.1177/1049731505282593

Paugam, S. (2006). *A desqualificação social ensaio sobre a nova pobreza*. Porto Editora.

Peralta, S., Carvalho, B., & Fonseca, M. (2023). *Portugal, Balanço Social 2023* [Relatório Anual].

Perista, P., & Baptista, I., (2010). A estruturalidade da pobreza e da exclusão social na sociedade portuguesa – conceitos, dinâmicas e desafios para a Acão. https://journals.openedition.org/sociologico/165

Pessoas 2030. (2024, 3 de abril). *Aprovada a Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2025-2030 (ENIPSSA)*. Recuperado de https://pessoas2030.gov.pt/2024/04/03/aprovada-a-estrategia-nacional-para-a-integracao-das-pessoas-em-situacao-de-sem-abrigo-2025-2030-enipssa/

Pessoas Sem-Abrigo. (2024). [Jornal]. Expresso. https://expresso.pt/sustentabilidade/2024-04-02-Pessoas.-Sem-Abrigo-b2f9f089

Pina, A., Fernandes, B., Lourenço, B., & Santos, E. (2021). (Sobre)viver em situação de sem-abrigo em Portugal: a emergência de respostas inovadoras. *polemica*, *20*, 001–025. https://doi.org/10.12957/polemica.2020.63483

Pinheiro, A. (2016). *Análise de Conteúdo - Laurence Bardin* (1ª). Casa de Ideias.

Pomar, V. (Org.), Altman, B., Dias, B., Mortágua, J., Carvalho, J. R., Lopes, I. I., Moreira, I., Secco, L., Arcary, V., & Pomar, V. (2023). *Revolução dos Cravos: 50 anos (1974-2024) [livro eletrônico]*. Fundação Perseu Abramo. https://www.fpabramo.org.br

Público. (2023). *Mais de 10.700 pessoas viviam como sem-abrigo em 2022* [Jornal]. Público. https://www.publico.pt/2023/12/20/sociedade/noticia/10700-pessoas-viviam-semabrigo-2022-2074310

Público. (2024). *Número de pessoas sem abrigo em Portugal continental aumentou para mais de 13 mil em 2023* [Jornal]. Público. https://www.publico.pt/2024/12/10/sociedade/noticia/numero-pessoas-abrigo-portugal-continental-aumentou-13-mil-2023-2115131

Presidência do Conselho de Ministros. (2024). *Resolução do Conselho de Ministros n.º 208/2024: Nova Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2025-2030*. Diário da República.

Quintas, S. (2010). *A perceção de técnicos e indivíduos "sem-abrigo": Histórias ocultas de uma realidade no Porto* [Dissertação]. Universidade do Porto.

Ramos, C. (2017). *Percursos formativos de pessoas em situação de sem-abrigo e contributos para o seu desenvolvimento psicossocial no cat "farol"* [Dissertação]. Universidade de Coimbra.

Ricardo, S. (2017). *Pessoas sem-abrigo: responsabilidade individual, responsabilidade política e estigma* [Dissertação]. Universidade do Minho.

Rios, B. (2020). *Pobreza, Exclusão Social e Rendimento Social de Inserção: as vozes das crianças e dos jovens* [Dissertação]. Instituto Superior de Serviço Social do Porto.

Rodrigues, E. (2000). O Estado-providência e os processos da exclusão social: considerações teóricas e estatísticas em torno do caso português. *Revista da Faculdade de Letras: Sociologia*, *10*, 173. http://hdl.handle.net/10216/8982

Rodrigues, C. (2025). *Privação e Exclusão Social*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. https://ffms.pt/pt-pt/estudos/privacao-e-exclusao-social

Rodrigues, E. V., Samagaio, F., Ferreira, H., Mendes, M. M., & Januário, S. (2017). A pobreza e a exclusão social: teorias conceitos e políticas sociais em Portugal. Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 9, 64-80.

Rosa, V., & Guadalupe, S. (2015). A rutura dos laços sociais nas narrativas da pessoa em situação de sem-abrigo. *Intervenção Social*, *42/45*, 171–190.

Sá, I. (2008). *História Breve das Misericórdias Portuguesas 1498-2000*.

Sá, I. (1997). *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, Caridade e Poder no Império Português, 1500-1800* (1ª). Coleção Outras Margens.

Silva, M. (2023). *Os desafios da COVID-19 nas respostas dirigidas às pessoas em situação de sem abrigo na Unidade de Emergência da SCML* [Dissertação]. Universidade de Lisboa

Silva, P. (2014). *Contributos para a Inovação da Intervenção do Serviço Social na situação de Pessoas Sem-Abrigo* [Dissertação]. ISCTE - IUL.

Snow, D. A., & Anderson, L. (1993). *Down on their luck: A study of homeless street people*. University of California Press

Soulet, M. (2007). O Trabalho Social Paliativo: Entre redução de riscos e integração relat. *Cidades- Comunidades e Territórios*, *0*(15), 11–27.

Sousa, D. (2023). *Intervenção sociopedagógica e pessoas em situação de sem-abrigo - caminhos de inclusão (um estudo de caso)* [Dissertação]. Universidade Católica Portuguesa.

Sousa, J., & Santos, S. (2020). *Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer*. *10*(2), 1396–1416.

Tavares, A. (2010). Acompanhamento social a pessoas que viveram em situação de sem-abrigo com doença mental [Dissertação]. Universidade Fernando Pessoa

Visão. (2019). *Como a Finlândia descobriu a solução para acabar com o problema dos sem-abrigo* [Jornal]. Visão. https://visao.pt/atualidade/sociedade/2019-06-03-como-a-finlandia-descobriu-a-solucao-para-acabar-com-o-problema-dos-sem-abrigo/

Toscanini, L. (2022). *Housing First e Redução de Danos- Uma análise das práticas de redução de danos no projeto "é uma casa" da associação Crescer.* [Dissertação]. ISCTE.

Legislação:

Conselho de Ministros. (2024, 30 de dezembro). Resolução do Conselho de Ministros nº 208/2024. *Diário da República*, 1ª serie, nº [254]. https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/208-2024-901536082

Decreto-Lei n.º 30/389, de 20 de abril de 1940. *Diário do Governo*, Série I, n.º 92. https://files.diariodarepublica.pt/1s/1940/04/09200/05230526.pdf

Decreto-Lei n.º 19-A/1996, de 29 de junho. *Diário da República*, Série I-A, n.º 148. https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/19-a-1996-306009

Decreto-Lei n.º 13/2003, de 21 de maio. Regime jurídico do rendimento social de inserção. *Diário da República*. https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/13-2003-541856

Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2024: Aprova a Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2025-2030.
Diário da República, 1.ª série, n.º 65. https://portugal2030.pt/wp-content/uploads/sites/3/2024/04/rcm61_2024.pdf

Anexos

Anexo I. Consentimento Informado Pessoas em Situação de Sem-abrigo

CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO EM ESTUDO
de acordo com a Declaração de Helsínquia e a Convenção de Oviedo

Por favor, leia com atenção a seguinte informação. Se achar que algo está incorreto ou que não está claro, não hesite em pedir mais informações. Se concorda com a proposta que lhe é feita, queira assinar este documento, por favor.

Título do estudo: População em situação de sem-abrigo: Perceções dos fatores de sucesso e insucesso da intervenção social no concelho de Aveiro

Enquadramento: Este estudo insere-se no Mestrado em Crime, Diferença e Desigualdade, do Departamento de Sociologia, do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade do Minho, e tem a orientação da Prof.ª Doutora Alice Delerue Matos.

Explicação do estudo: O principal objetivo deste estudo é perceber as perceções das pessoas em situação de sem-abrigo e dos técnicos que fazem parte das equipas de rua lhes prestam apoio, de forma a perceber quais os fatores de sucesso e insucesso das intervenções sociais.

As entrevistas são gravadas em áudio, mas nenhuma imagem é recolhida. A gravação áudio é destruída logo que a entrevista seja transformada em texto.

Condições de participação: A participação neste estudo é voluntária, não dá lugar a nenhuma recompensa, mas também não acarreta riscos para si. Caso decida participar, saiba que tem o direito de (1) deixar de colaborar a qualquer momento, (2) retirar a autorização ao tratamento dos seus dados pessoais; (3) perguntar/pedir informações sobre o tratamento dos dados e informação guardada; (4) aceder e corrigir os seus dados pessoais; (5) transmissão a outra entidade dos dados fornecidos enquanto for possível associá-los a si.

Se não aceitar participar na entrevista e decidir abandonar o estudo, não será prejudicado/a.

Confidencialidade e anonimato: Os dados recolhidos neste questionário são utilizados somente para fins de um estudo, respeitando a confidencialidade. Serão usados números em vez dos nomes nas entrevistas, conhecidos apenas pela responsável do estudo e pela sua orientadora científica.

Os textos que resultam do estudo serão escritos que resultam da investigação serão guardados num computador, protegido por palavra-passe. Apenas a responsável pelo estudo terá acesso às informações fornecidas. As gravações seguirão os mesmos procedimentos, sendo armazenados num gravador reservado para esse efeito. Depois de transformadas em texto, as gravações áudio serão eliminadas, assim como, no final do estudo toda a informação que nos fornecer.

Agradece-se a sua participação e colaboração no estudo. Se tiver alguma dúvida, estou disponível para o(a) esclarecer.

Identificação da investigadora responsável no projeto/pessoa que pede o consentimento: Bruna Rafaela Brandão dos Santos, estudante do Mestrado em Crime, Diferença e Desigualdade do Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (Endereço eletrónico: pg48790@uminho.pt)

Assinatura/s: … … … … … … … … … … ... … … … ..... … … … … … … … … … … … … …
… … … … … … … … … ..... … … … ..... … … … … … … … … … … … … …
-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-

Declaro ter lido e compreendido este documento, bem como as informações verbais que me foram fornecidas pela/s pessoa/s que acima assina/m. Foi-me garantida a possibilidade de, em qualquer altura, recusar participar neste estudo sem qualquer tipo de consequências. Desta forma, aceito participar neste estudo e permito a utilização dos dados que de forma voluntária forneço, confiando em que apenas serão utilizados para este estudo e nas condições que me foram descritas pela investigadora.

Nome: … … … … … … … ..... … … … ..... … … … … … … … … … … … …
Assinatura: … … … … … … … ..... … … … … … … … … … … … … … … … …
Data: …… /…… /…….

ESTE DOCUMENTO TEM 2 PÁGINAS E FEITO EM DUPLICADO, SENDO UM EXEMPLAR PARA A INVESTIGADORA, E OUTRO PARA A PESSOA QUE CONSENTE

Anexo II. Consentimento Informado Técnicas Equipas de Rua

CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO EM INVESTIGAÇÃO

de acordo com a Declaração de Helsínquia e a Convenção de Oviedo

Por favor, leia com atenção a seguinte informação. Se achar que algo está incorreto ou que não está claro, não hesite em solicitar mais informações. Se concorda com a proposta que lhe é feita, queira assinar este documento, por favor.

Título do estudo: População em situação de sem-abrigo: Perceções dos fatores de sucesso e insucesso da intervenção social no concelho de Aveiro.

Enquadramento: Esta investigação insere-se no programa de estudos do Mestrado em Crime, Diferença e Desigualdade, do Departamento de Sociologia, do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade do Minho, e tem a orientação da Prof.ª Doutora Alice Delerue Matos.

Explicação do estudo: O principal objetivo do estudo é apurar as perceções dos técnicos que integram as equipas de rua prestam apoio às pessoas em situação de Sem-Abrigo, sobre os fatores de sucesso e insucesso das intervenções sociais.

A investigação adota uma perspetiva qualitativa, recorrendo à entrevista semiestruturada, como técnica de recolha de informação junto dos técnicos de equipas de rua. Como técnica de tratamento de informação, privilegiar-se-á a análise de conteúdo.

As entrevistas são gravadas em áudio, mas nenhuma imagem é recolhida. O registo de áudio é eliminado logo após a transcrição integral da entrevista.

Condições de participação: A participação neste estudo tem caráter voluntário, não implicando qualquer recompensa, nem risco potencial, de caráter social, legal ou financeiro. Caso decida participar, saiba que tem o direito de (1) interromper a sua participação a qualquer momento, (2) retirar o seu consentimento ao tratamento dos seus dados pessoais; (3) solicitar informações sobre o tratamento dos dados e registos

armazenados; (4) aceder e retificar os seus dados pessoais; (5) solicitar a transmissão a outra entidade dos dados fornecidos enquanto não forem tornados anónimos.

Se não aceitar participar na entrevista ou se optar por abandonar o estudo, não será prejudicado/a.

Caso pretenda notificar algum aspeto relativo à proteção dos seus dados, deverá fazê-lo, por escrito, dirigindo a notificação ao Encarregado de Proteção de Dados da Universidade do Minho (protecaodados@uminho.pt).

Mais, se informa que este estudo mereceu parecer favorável da Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Minho.

Confidencialidade e anonimato: A privacidade dos participantes será protegida através utilização de códigos, apenas conhecidos da investigadora e sua orientadora científica, no tratamento e análise da informação recolhida. De sublinhar ainda que não será utilizada informação dos participantes que os possa ligar aos dados do estudo, garantindo-se o anonimato dos dados tornados públicos.

Os registos escritos que resultam da investigação serão guardados digitalmente, em pastas privadas de um computador protegido por palavra-passe. Todos os acessos a estas informações serão considerados como não autorizados. Os registos de áudio seguirão os mesmos procedimentos, sendo armazenados num gravador reservado para esse efeito. Os dados recolhidos neste questionário são utilizados somente para fins de investigação, respeitando a confidencialidade.

Os registos escritos que resultam da investigação serão guardados num computador, protegido por palavra-passe. Apenas a responsável pela investigação terá acesso às informações fornecidas. Os registos de áudio seguirão os mesmos procedimentos, sendo armazenados num gravador reservado para esse efeito. Após a transcrição das entrevistas, as gravações áudio serão eliminadas, assim como, no final do estudo toda a informação referente ao estudo será previamente eliminada.

Agradece-se a sua participação e colaboração no estudo. A responsável pela investigação encontra-se disponível para prestar os esclarecimentos que considerar necessários.

Identificação da investigadora responsável no projeto/pessoa que pede o consentimento: Bruna Rafaela Brandão dos Santos, estudante do Mestrado em Crime,

Diferença e Desigualdade do Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (Endereço eletrónico: pg48790@uminho.pt)

Assinatura/s: … … … … … … … … … … ... … … … ……. … … … … … … … … … … … … …

… … … … … … … … … ……. … … … ……. … … … … … … … … … … … … … …

-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-

Declaro ter lido e compreendido este documento, bem como as informações verbais que me foram fornecidas pela/s pessoa/s que acima assina/m. Foi-me garantida a possibilidade de, em qualquer altura, recusar participar neste estudo sem qualquer tipo de consequências. Desta forma, aceito participar neste estudo e permito a utilização dos dados que de forma voluntária forneço, confiando em que apenas serão utilizados para esta investigação e nas garantias de confidencialidade e anonimato que me são dadas pelo/a investigador/a.

Nome: … … … … … … … ……. … … … ……. … … … … … … … … … … … … …

Assinatura: … … … … … … … ……. … … … … … … … … … … … … … … … … …

Data: …… /…… /…….

ESTE DOCUMENTO É COMPOSTO POR 2 PÁGINAS E FEITO EM DUPLICADO, SENDO UM EXEMPLAR PARA A INVESTIGADORA, E OUTRO PARA A PESSOA QUE CONSENTE

Anexo III. Guião de Entrevista Pessoas em Situação de Sem-Abrigo

Guião de Entrevista para a população em situação de sem-abrigo

Questões centradas no tema da investigação:

1. Como era a sua vida antes de viver na rua?
2. O que aconteceu para passar a viver na rua?
3. Há quanto tempo vive na rua?
4. Recebe algum tipo de apoio económico? Se sim, qual ou quais?
5. É acompanhado ou já foi acompanhado por uma equipa de rua que apoia as pessoas em situação de sem-abrigo? Se sim, o que pensa do trabalho dos técnicos de equipas de rua?
6. O trabalho das equipas de rua contribuiu para melhorar as suas condições de vida? Se sim, em que aspetos?
7. Considera que o apoio que lhe é dado pelas Equipas de Rua é aquele de que precisa? Se não, o que poderiam fazer mais por si as Equipas de Rua?
8. Pode partilhar uma experiência positiva que tenha tido com os técnicos das Equipas de Rua?
9. Pode partilhar uma experiência negativa que tenha tido com os técnicos das Equipas de Rua?
10. Em que medida o trabalho das equipas de rua contribui para que sinta que faz parte da comunidade?
11. Tem acesso a cuidados de saúde? Tem médico de família atribuído?
12. Alguma vez sentiu dificuldades no acesso a serviços, tais como centros de saúde, segurança social, finanças, etc.? Porque é que acha que isso acontece?
13. Já lhe foram apresentadas propostas de alojamento? Se sim, o que lhe propuseram?
14. Já esteve num Centro de alojamento de emergência ou temporário? Se sim, quando terminou o tempo previsto para a permanência nesse alojamento, que tipo de alojamento lhe propuseram?
15. Se foi encaminhado para algum tipo de alojamento, este correspondeu ao que desejava? Se não, porquê?
16. Como pode ser melhorado o apoio às pessoas sem-abrigo? O que faz falta?

Caracterização sociodemográfica do entrevistado

Género:
Idade:
Nacionalidade:
Escolaridade:

Anexo IV. Guião de Entrevista Equipas de Rua

Guião de Entrevista para os técnicos de equipas de rua

Características da população sem-abrigo, causas e consequências do problema

1. Quais as características demográficas e socioeconómicas das pessoas em situação de sem-abrigo?
2. Qual a prevalência de problemas de saúde mental entre a população em situação de sem-abrigo?
3. De acordo com a sua experiência, que fatores levam os indivíduos à condição de sem-abrigo?
4. Quais os principais problemas/desafios que esta população enfrenta?

Características da intervenção junto da população sem abrigo

1. Quais os objetivos da Equipa de Rua?
2. Pode explicar em que consiste a intervenção das Equipas de Rua junto da população sem-abrigo?
3. Que funções desempenha na Equipa de Rua?

Avaliação da intervenção junto da população sem abrigo e formas de a melhorar

1. A que tipo de necessidades das pessoas em situação de sem-abrigo dão respostas as Equipas de Rua?
2. Em que medida o apoio prestado pelas Equipas de Rua contribui para alterar as trajetórias de vida das pessoas sem-abrigo? Probing: intervenção desenvolve competências que visam potenciar a autonomia da população sem-abrigo? Melhora a qualidade de vida das pessoas sem-abrigo?
3. Considera que a intervenção das Equipas de Rua contribui para a integração social das pessoas que se encontram em situação de sem-abrigo?
4. Que vantagens/ganhos podem ser atribuídas ao carater multidisciplinar da intervenção das equipas de rua?
5. Poderia partilhar um caso de sucesso que tenha acompanhado?
6. Quais as dificuldades sentidas na intervenção que é realizada?

7. Quais as estratégias utilizadas para atenuar as dificuldades sentidas?
8. Como melhorar a eficácia da intervenção junto da população sem-abrigo?

Políticas públicas dirigidas à população sem-abrigo

16. O que pensa das políticas públicas dirigidas a esta população? 17. O que pensa da Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2025-2030? Probing: como vê os compromissos políticos e soluções previstas? Tendo em conta as estratégias definidas acha possível erradicar o problema dos sem-abrigo?

Caracterização sociodemográfico e profissional do técnico:

Género:

Idade:

Escolaridade:

Exercício de atividade profissional (meses/anos):

Exercício de atividade nas Equipas de Rua (meses/anos):